

**ISSN 2526-1339**

**REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS**

**Volume 7, número 2**

**Vitória  
2022**

## **EXPEDIENTE**

**Publicação Semestral**

**ISSN 2526-1339**

**Temática: Humanas**

**Revisão Português**

José Renato Campos

**Capa**

*Marketing* Centro Universitário Multivix Vitória

Elaborada pela Bibliotecária Alexandra B. Oliveira CRB06/396

*Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.*

## **Correspondências**

**Coordenação de Pesquisa e Extensão Centro Universitário Multivix Vitória**

Rua José Alves, 301, Goiabeiras, Vitória/ES | 29075-080

E-mail: [pesquisa.extensaovix@multivix.edu.br](mailto:pesquisa.extensaovix@multivix.edu.br)

**CENTRO UNIVERSITÁRIO MULTIVIX VITÓRIA**

**DIRETOR Geral**

Leila Alves Côrtes Matos

**COORDENAÇÃO ACADÊMICA**

Michelle Oliveira Menezes Moreira

**COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Patrícia Martineli

**CONSELHO EDITORIAL**

Alexandra Barbosa Oliveira  
Ana Cristina de Oliveira Soares  
Karine Lourenzone de Araujo Dasilio  
Kirla Christine Almeida Dornelas  
Michelle Moreira  
Patricia de Oliveira Penina

**ASSESSORIA EDITORIAL**

Ana Cristina de Oliveira Soares  
Cecília Montibeller Oliveira  
Daniele Drumond Neves  
Helber Barcellos Costa  
Karine Lourenzone de Araujo Dasilio

**ASSESSORIA CIENTÍFICA**

Kirla Christine Almeida Dornelas  
Gustavo Tassis Baptista  
Luiz Felipe de Carvalho Macena  
Gabriel Batista Martinelli

## **APRESENTAÇÃO**

As Ciências Humanas sempre serão interessantes, uma vez o objeto de estudo dessas áreas é o ser humano! Dessa maneira, estudos nas áreas das Ciências Humanas contribuem para o entendimento e o progresso em diversos aspectos, tais como socioeconômicos e culturais da humanidade. Nessa perspectiva, lançamos a Revista Esfera Acadêmica Humanas, que aborda temas impactantes para a sociedade atual. Esperamos que a revista seja uma fonte de informação, bem como um meio de conhecimento profundo, com a finalidade de contribuir para a transformação da sociedade. Boa leitura!

Boa leitura!

## SUMÁRIO

<b>EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY: INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS BIOPSISSOCIAIS.....</b>	<b>6</b>
Duckelman Grosman Barbosa; Esther do Couto M. F. Souza; Sabrina Santos Tomazzeli; Adriana Elisa de Alencar Macedo	
<b>O USO EXACERBADO DE REDES SOCIAIS E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE DOS CONTEXTOS ATUAIS E A ATUAÇÃO DA TEORIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL (TCC).....</b>	<b>29</b>
Ellen Recla Lima; Rachel Luiza Ramos; Wesley Moreira Oliveira; Daniela Bello Carvalho	
<b>AFETO EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA INFÂNCIA.....</b>	<b>44</b>
Júlytta Gonçalves Moreira de Souza; Kamila Cazotto Morellato; Leonardo Henrique dos Santos; Daniela Dadalto Missawa	
<b>MEDICAMENTALIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DA VIDA: NARRATIVAS CONSTRUÍDAS NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA.....</b>	<b>60</b>
Beatriz Barcellos Baia; Gabriela Domingues de Souza; Nicolli Plaster Fachetti; Gustavo Tassis Baptista	
<b>O ADOECER FEMININO NAS REDES SOCIAIS: TRANSTORNOS ALIMENTARES E DISMORFIA CORPORAL.....</b>	<b>79</b>
Bárbara Malavazi Dell Antonio; Beatriz Malavazi Dell Antonio; Gabriely Nascimento Cabral; Daniela Bello de Carvalho	
<b>A ESCOLA E A PREVENÇÃO DE SUICÍDIO NAS ADOLESCÊNCIAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA.....</b>	<b>96</b>
Jônatas Luiz de Oliveira Gomes; Júlia Maia de Paula; Renata Affonso Mariano; Adriana Elisa de Alencar Macedo	

## EDUCANDÁRIO ALZIRA BLEY: INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS BIOPSISSOCIAIS

Duckelman Grosman Barbosa<sup>1</sup>  
Esther do Couto M. F. Souza<sup>1</sup>  
Sabrina Santos Tomazzeli<sup>1</sup>  
Adriana Elisa de Alencar Macedo<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Acadêmicas de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará - Docente do Curso de Psicologia

### RESUMO

Esta pesquisa contextualiza a história e trajetória da hanseníase no Brasil, doença que no passado era conhecida como lepra, traz consigo não apenas sequelas físicas, mas estigmas e preconceitos, além de diversas consequências na formação biopsicossocial do indivíduo. Para além, temos como objetivo geral compreender as consequências advindas da segregação das(os) genitoras(es) infectadas(os) das(os) filhas(os) “sadias(os)” nascidas(os) durante o período da internação compulsória como medida de contenção da disseminação da hanseníase, especificamente no Espírito Santo (no município de Cariacica) através do Hospital Doutor Pedro Fontes (HPF), conforme preconizava o Conselho Nacional de Profilaxia da Lepra, criado em 1933, data que marca o início de um conjunto de medidas tomadas, iniciando-se pela construção de leprosários por todo território nacional. Os leprocômios (hospital para leprosos) funcionavam com regras, normas e regimentos com o fim de retirar do convívio social as pessoas infectadas. Esse processo desencadeou outra demanda, que consistia em como lidar com as(os) filhas(os) dos casais internados(as), bem como daquelas(es) que foram geradas(os) durante as internações. As crianças nascidas neste contexto, conforme prescrevia as normas de contingenciamento, deviam ser afastadas dos pais logo após o nascimento pois entendia-se que a doença era altamente contagiosa e essa era uma das formas de protegê-las.

**Palavras chave:** Negligência-Infantil; Hanseníase; Instituições; Educandário Alzira Bley.

### ABSTRACT

This research contextualizes the history and trajectory of leprosy in Brazil, a disease that, in the past, was known as leprosy, brings with it not only physical sequelae, but stigmas and prejudices, in addition to several consequences in the biopsychosocial formation of the individual. In addition, our general objective is to understand the consequences arising from the segregation of infected mothers from “healthy” daughters born during the period of compulsory hospitalization as measure to contain the spread of leprosy, specifically in Espírito Santo (in the municipality of Cariacica) through the Hospital Doutor Pedro Fones (HPF), as recommended by the National

Council for the Prophylaxis of Leprosy, created in 1933, the date that marks the beginning of a set of measures were taken, starting with the construction of leprosariums throughout the national territory. The lepers hospital operated with rules, norms and regulations in order to remove infected people from social life. This process triggered another demand, which consisted of how to deal with the children of hospitalized couples, as well as those that were generated during hospitalizations. Children born in this context, as prescribed by the contingency rules, should be removed from their parents immediately after birth, as it was understood that the disease was highly contagious and this was one of the ways to protect them from the disease.

**Keywords:** Child Neglect; Leprosy; Institutions; Alzira Bley Educational.

## INTRODUÇÃO

As primeiras experiências na vida do ser humano são de fundamental importância para o seu desenvolvimento como adultos saudáveis em seu aspecto psíquico-emocional, sendo que, a qualidade dos vínculos que encontramos nas questões relacionadas à dinâmica proporcionada por um ambiente familiar, são insubstituíveis (OLIVEIRA, *et al.*, 2020).

Esta provisão afetiva que é recebida por intermédio da interação, juntamente com a sensação de conforto, segurança e confiabilidade depositada nos pais biológicos e/ou cuidadores exerce papel de enorme relevância na formação dos indivíduos. Do mesmo modo, a ausência dessa condição impacta negativamente o desenvolvimento esperado das conexões neurais saudáveis e que levam a desordens do aprendizado e do comportamento. Capacidades físicas, cognitivas e sociais emergem nessa dinâmica familiar e são precursoras do sucesso acadêmico, profissional, social e afetivo (LIMA; CORTINAZ; NUNES, 2018). Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo compreender quais foram os impactos psíquicos e sociais decorrentes das internações e vivências no HPF e seu respectivo preventório, o Educandário Alzira Bley, local para onde eram levadas(os) as(os) recém-nascidas(os).

As pessoas nascidas nesse contexto viveram suas infâncias de uma forma não convencional, sendo apartadas dos pais e colocadas numa instituição desprovida de qualquer critério plausível que atendesse às condições necessárias para um desenvolvimento dito saudável, o que traz consequências em todos os níveis. Os pais,

por sua vez, eram obrigados a entregar seus filhos, conforme a Lei nº 610, artigo 15, estabelecida em 13 de janeiro de 1949. O governo imbuído de autoridade, tendo nomeado o saber médico para executar o plano de profilaxia da <sup>1</sup> hanseníase, certamente não previu e nem tão pouco mensurou os danos psicossociais para estas pessoas, transformando um plano para garantir o bem-estar da população em um problema de saúde pública, haja visto que, após colher relatos das(os) ex-internas(os), através de entrevistas semi-estruturadas, análise documental e visita ao local, dentro do que foi documentado e observado, percebeu-se diversos fatores de abuso, negligências e riscos para a saúde e bem-estar geral das(os) internas(os).

## REFERENCIAL TEÓRICO

Entre as décadas de 1930 a 1970 pessoas com sintomas da doença denominada hoje como hanseníase, eram internadas compulsoriamente em hospitais colônias construídos a partir do Plano Nacional de Saúde como normativa do Ministério da Saúde (1934) para conter o avanço da doença que acreditava-se ser altamente contagiosa, sendo esta afirmativa mais tarde comprovada como equívoca (SANTOS; CASTRO; FALQUETO, 2008).

Famílias foram divididas neste manejo de separar os sintomáticos dos não sintomáticos. Desta forma, se entre o casal um dos cônjuges apresentava sintomas característicos da hanseníase a(o) parceira(o) também era internada(o) pois entendia-se que pelo convívio íntimo entre o casal a(o) parceira(o) também já estaria infectada(o). Embora a sintomatologia fosse detectada em níveis diferentes para cada um, o sistema de internação e tratamento eram os mesmos (CYPRESTE; VIEIRA, 2014). Assim também, as(os) filhas(os) já nascidas(os) antes da internação e consideradas(os) “sãs(ãos)” eram entregues aos familiares para serem cuidadas(os), já as crianças nascidas dentro do HPF, eram levadas para os preventórios, também conhecidos popularmente como educandários. Estes locais foram construídos próximos ao complexo hospitalar com finalidade exclusiva para abrigar essas crianças em local considerado “sadio” (CYPRESTE; VIEIRA, 2014).

---

<sup>1</sup>Será utilizado o termo hanseníase visto que a utilização do termo antigo (lepra), além de incorreto, traz consigo preconceitos sociais e culturais aos quais não condizem com o proposto intuito desta pesquisa.



## Conhecendo a história da hanseníase

Inicialmente a hanseníase era conhecida como lepra e as menções mais antigas a respeito desta doença datam desde 600 a.C. e se concentram nas regiões da Ásia e norte da África, onde pressupõe-se sua origem (CYPRESTE; VIEIRA, 2014). Desde esse tempo, a doença já traz consigo um estigma preconceituoso a(ao) portadora(or) devido às mudanças na coloração da pele, no aparecimento de manchas, no surgimento de nódulos e úlceras pelo corpo, o que pode chegar ao ponto de exalar odor desagradável. Quando em estágio avançado, esta doença causa deformidade e mutilação de membros e outras anomalias. Somados todos estes fatores ao medo do contágio, temos a síntese das causas de rejeição e preconceito por parte da sociedade (EIDT, 2004).

Na antiguidade, a hanseníase abarcava várias doenças de pele, como: dermatoses, eczemas, psoríases, etc. Nos dias atuais, à medida que a ciência avança em seus estudos a respeito das doenças, se torna possível classificá-las e direcioná-las a um melhor diagnóstico e tratamento. No entanto, neste caso específico, o estigma e a rejeição cunhados por séculos, permanecem (EIDT, 2004).

No Brasil, os primeiros registros da doença remontam do início do século XVII, sendo que o termo hanseníase passou a ser adotado oficialmente no país somente em 1976, sendo ainda comum nos dias de hoje o uso popular do termo antigo. A hanseníase é causada pela bactéria *Mycobacterium leprae*, descoberta em 1873 por um médico norueguês, bacteriologista e dermatologista, chamado Gerhard Henrik Armauer Hansen (BACHLER, 2011) e afeta pele e nervos periféricos. Seu diagnóstico tardio pode acarretar várias complicações, deficiências e deformidades físicas que podem impactar negativamente a vida das pessoas, principalmente, pelo estigma social.

Em entrevista concedida às autoras, Ana (nome fictício que utilizaremos para a primeira das entrevistadas), hoje com 75 anos de idade, relata que desde que os médicos começaram a suspeitar que ela e sua família eram possíveis portadores da bactéria causadora da hanseníase, percebeu um “tratamento diferente” por parte dos vizinhos e conhecidos: os vizinhos apresentavam comportamentos “desconfiados” e “preconceituosos”, e até mesmo os parentes e membros da comunidade evangélica que frequentavam os tratavam de maneira distinta. As pessoas, por exemplo, não mais os cumprimentavam com aperto de mãos, também não sentavam no mesmo

banco na igreja e em outros locais comuns.

Dado apenas uma suspeita sobre a doença, as reações da sociedade quanto às(aos) hansenianas(os) eram e ainda são prejudiciais e preconceituosas, sendo esta umas das razões pelas quais as(os) moradoras(es) ou ex-moradoras(es) têm vergonha ou dificuldade de adaptação e/ou retorno à sociedade. Ana foi internada em 1951 (quando tinha aproximadamente 4 anos de idade) e conta que, quando já adulta (final da década de 1970), com seus exames resultando em taxas baixas para a contaminação pela bactéria, recebeu alta e que poderia deixar o HPF, mas não o fez, pois além de não ter emprego e não conhecer mais a vida fora das imediações da colônia, tinha medo do julgamento e rejeição das pessoas.

### **O Hospital Dr. Pedro Fontes e as instituições totais**

O HPF, na época denominado leprosário, foi fundado em 1937 seguindo as demandas do governo e as medidas nacionais de controle da hanseníase, assumindo papel controlador da considerada endemia (conforme o conhecimento científico e social que obtinham na época) com finalidade da realização de isolamentos compulsórios de pessoas portadoras da doença (CYPRESTE; VIEIRA, 2014), obrigando-as explicitamente pela polícia sanitária, que iam em busca dos doentes por todo o estado, a se isolarem e deixarem para trás todo e qualquer laço familiar e social. Desta forma, deviam reformulá-los, em um novo local de isolamento, local este que possui em seu interior todas os âmbitos tidos como necessários para vivência, como um bairro local, separado e isolado por completo da sociedade por meio do afastamento físico, muros e portões delimitadores (CYPRESTE; VIEIRA, 2014).

Figura 1 - Entrada da denominada "Área Doente", ou seja, área contagiosa/leprosário propriamente dito



Fonte: PAVANI, Elaine (2009)

As primeiras obras tiveram início em março de 1934, com capacidade para abrigar 200 doentes. A sua criação enquanto instituição pública e patrimônio do estado ocorreu através do decreto 5.967/1935. A Área total do terreno era dividida em três partes: a "Área Sadia" (área externa ao hospital), "Área Intermediária" (possuía a casa das irmãs de caridade; um pavilhão de observação e triagem; o parlatório; sala dos correios; vestiário para troca de roupa dos que entravam) e "Área Doente" (onde foram construídos imóveis para abrigar os internos isolados; casa da costura; biblioteca; armazém para venda de produtos diversos; laboratório, farmácia, almoxarifado; cozinha; refeitório geral; policlínica; pavilhões masculinos e femininos; residência para as famílias; capela; cemitério; fábrica de colchões; sapataria; ferraria; rouparia; forno para incineração de lixo; cadeia (para punir os fugitivos); lavanderia; prefeitura interna; sala do enfermeiro chefe.

Figura 2 - Vista Panorâmica do HPF e Educandário Alzira Bley



Foto disponibilizada pelo atual Diretor Geral do HPF Cesar Calmon Pitanga (s/d).

Barros (2014) fala sobre o rigoroso regime de isolamento que era realizado com as(os) internas(os), fazendo menção, inclusive, de um destacamento policial dentro do hospital a fim de prevenir fugas frequentes, muito embora, o sentimento de desalento era por demais intenso que estes acabavam por fugir. Tão logo percebida a ausência de alguma(o) interna(o), eram empreendidos esforços para serem capturadas(os), presas(os), como criminosas(os) pois a colônia era provida de uma delegacia.

O HPF é rodeado por remanescentes da Mata Atlântica e próximo a outros ecossistemas como os manguezais. Está localizado no ponto alto de um terreno acidentado com muitos relevos, pequenas montanhas erguidas entre depressões e, passando perto da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), mantida pela empresa Vale do Rio Doce, os rios Santa Maria da Vitória e o Rio Bubu (PAVANI, 2019). Esse conjunto compõe um belo cenário, mas que esconde uma contrária história. Conforme relatos colhidos com trabalhadoras(es) e antigas(os) internas(os), toma-se conhecimento de que no intento de fugir à internação compulsória, quando não eram recapturadas(os), estas pessoas acabavam por morrer durante as tentativas de fugas mal sucedidas. Por vezes, na escuridão da noite morriam atropeladas(os) pelo trem, muitas(os) por afogamento ao tentar atravessar os rios ou sucumbiam mediante a falta de recursos e possibilidades de sobrevivência para além dos muros do hospital.

Barros (2014) menciona o alto índice de fugas que chegava a 30% do número total de internos. Há também registros de índice relativamente alto de óbitos, figurando entre as causas de morte, o suicídio. Este alto índice tornou-se incoerente às expectativas da internação pois a doença em si mesma possuía baixo nível de letalidade. (BARROS, *apud* ARAUJO SOUZA, 2014).

Goffman (1987, p.7), sociólogo canadense, realizou pesquisa de campo no Sta. Elizabeths Hospital, em Washington D.C, em 1955/1956, nos Estados Unidos, cujo objetivo era tentar conhecer o mundo social do interno em hospital procurando captar sua perspectiva subjetiva. Partindo dessa pesquisa de campo e utilizando uma ampla bibliografia, o autor elaborou o conceito de “Instituição Total”, caracterizando-a pelo seu “fechamento” mediante barreiras que são levantadas para segregar os internados do contato social com o mundo exterior. As proibições à saída estão muitas vezes incluídas no plano físico e arquitetônico da mesma. Seu traço principal é que ela concentra todos os diferentes aspectos da vida de uma pessoa (trabalho, lazer, descanso) no mesmo local e sob a autoridade de uma equipe dirigente.

Seguindo esse mesmo entendimento funcionava o HPF, o que podemos constatar nos relatos de Ana:

Os internos do leprosário só podiam ter relacionamentos com outros internos, então comecei a namorar um rapaz que estava lá desde criança (...) Tive a primeira filha, que nasceu durante a madrugada do dia 30 de agosto de 1970. Não pude segurar minha filha e nem tão pouco amamentá-la. A criança foi colocada num berço e só podia vê-la de longe. A bebê chorava muito e uma freira deu água com açúcar para ela ser acalmada até o nascer do dia, quando foi levada para o educandário Alzira Bley (separado cerca de 1 km de distância dos portões do HPF, que fazia parte do complexo do hospital e para onde as crianças eram levadas). Quando o dia amanheceu a menina foi levada. Eu já sabia que isto aconteceria. Via minha filha duas vezes por ano, na ocasião do Natal e no dia das mães.

Ana relata que as “visitas” aconteciam da seguinte forma: As crianças maiores levavam as crianças menores até o portão (portão de entrada do HPF e que mantinha separado o hospital do educandário) e através deste as crianças eram apresentadas aos pais. Erguia-se a criança e perguntava em voz alta: ‘Quem é o pai desta criança? (dizia-se o nome)’ e a mãe e/ou pai se apresentavam, se aproximavam do portão e então se olhavam pela fresta.

Figura 3 - Local onde se localiza portão de entrada para o HPF (antiga Colônia de Itanhenga).



Fonte: Cypreste e Vieira (2014)

Em sua rotina, Ana trabalhava no refeitório, fazendo comida para os internos e na lavanderia, local onde passou mais tempo por saber ler e escrever, o que facilitava a escrita no rol de roupas. Ana relata ter sido convocada para voltar ao trabalho após aproximadamente oito dias do parto da primeira filha.

Goffman (1987, p.11) define as Instituições Totais “como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Esta foi a realidade vivida pelas(os) hansenianas(os).

A partir da compreensão de Goffman, dentro dessas instituições totais, ocorre o processo denominado “Mortificação do Eu”, isto é, a partir da permanência em instituições como HPF o indivíduo passa por um processo de morte de si mesmo, uma morte que se inicia em pequenos aspectos (morte de suas vontades, de suas singularidades, de suas opiniões, de seu poder de escolha, de sua personalidade, de suas capacidades...), sendo possível de evoluir até a mortificação biológica do ser humano, o que aconteceu como nos recorrentes casos de suicídio.

As(os) internas(os) do HPF e Educandário não tiveram escolha ao serem internadas(os), não tiveram escolha no momento de saída e não tiveram, após todo esse processo, apoio ou investimento em ressocialização para prosseguir com a vida na sociedade para além dos portões que, antes eram físicos, e agora são

delimitadores sociais, psicológicos e mentais. Existem ainda aquelas(es) que por não terem para onde ir permanecem residindo no hospital, seja por medo, invalidez, falta de recursos, sequelas graves e/ou por já estarem institucionalizadas(os).

### **A negligência infantil e o Educandário Alzira Bley**

O Educandário Alzira Bley teve sua inauguração três anos após o HPF, em 24 de abril de 1940. Entravam e permaneciam no educandário crianças nascidas no período da internação de seus pais/mães, ou que vieram juntamente com eles, mesmo sendo consideradas sadias.

Das 33.689 crianças que foram isoladas no Brasil, 1.072 (mil e setenta e duas) foram internas do Educandário Alzira Bley em Cariacica-ES. Atualmente, estas pessoas convivem em nossa sociedade, ou à margem dela, fruto de um processo pelo qual elas necessariamente não precisariam ter passado. Mas, em virtude da falta de conhecimento médico-científico da época, das políticas públicas e medidas profiláticas adotadas pelo governo brasileiro, foram imputadas a elas a segregação e o estigma. (PEREIRA e col., 2021)

Em inventário publicado em parceria com o governo do Espírito Santo, Heraldo José Pereira (presidente do Educandário Alzira Bley desde 2021 até o ano atual), ex interno do educandário, cita:

A mágoa que tenho quanto à segregação a qual sofremos, refere-se aos danos psicológicos, morais e estruturais na família. Até mesmo quando tivemos que sair da instituição, não tivemos nenhuma garantia de encaminhamento social e reinserção na sociedade. Fomos subjugados a ir morar com os nossos familiares e estes não estavam preparados para nos acolher, principalmente, pela falta de afeto, amor e carinho, por não termos convivido juntos. (PEREIRA e col., 2021).

Além deste, em entrevistas feitas, percebe-se que estruturalmente o educandário não se apresentava, na prática, como espaço preparado e planejado para receber e administrar de forma a possibilitar saúde e bem-estar das crianças que ali se encontraram. Este espaço, afastado da sociedade, tanto geograficamente, quanto em acolhimento, empatia e alteridade, não foi eficaz em produzir um sistema de atenção, saúde, acolhimento e cuidado mas gerou resultados catastróficos com um histórico de negligência, abusos e prejuízos diversos a suas(eus) internas(os).

Em cada quarto de crianças menores dormia junto uma moça que tomava conta de nós. Essa moça me obrigava a fazer sexo oral nela. Ela me disse como fazer e eu fazia, eu era pequena, não sabia de nada (...) depois do sexo ela urinava na minha boca e me mandava engolir, porque ninguém podia descobrir, então ela fazia isso para eu não precisar ir ao banheiro, mas não sei porque ela fazia isso. (Entrevistada Bela)

Bela, (nome fictício que utilizaremos para segunda entrevistada), hoje com 52 anos de idade, nasceu e cresceu no educandário até aproximadamente os 8 anos. Em entrevista relata sobre a má administração do educandário e falta de profissionais no local, lá não se vivia de forma digna, não se tinha infância, não se tinha vida de qualidade. Bela diz:

Faço tratamento para ansiedade e depressão. Roo as unhas e me coço. Coço muito as mãos, coço o mesmo lugar até ferir, depois que está ferido eu tiro a pele, com os dedos ou com o dente. Não consigo parar. O remédio ajuda muito, mas tem época que a ansiedade está mais atacada... Eu como a pele dos dedos, acho que é porque lá eu sentia muita fome.

A negligência perpassa essas histórias de vida, tanto por parte do estado e sociedade, quanto por parte dos responsáveis que omitem seus deveres em relação aos cuidados básicos de supervisão, saúde, higiene e educação da criança. É direito básico de todas as crianças não só o sustento em moradia, higiene e alimentação, mas também em cuidado, atenção, vigilância, acolhimento, afeto, educação e todas as demais áreas básicas de saúde - compreendida de forma física, psíquica e mental (ECA, 1990). Bela afirma que:

Eu não sei dizer se o Estado fornecia alimentos, roupas ou verbas para a manutenção do educandário, sempre soube que foi mantido pelo trabalho dos internos do hospital, por doações e as hortas que eram feitas no educandário e cultivadas pelos maiores (adolescentes internos). (...) As crianças maiores que cuidavam das menores.

É neste sentido que indagações surgem sobre instituições levantadas, geridas e organizadas com tais finalidades. Neste entendimento, juntamente com levantamento de fatos, relatos e registros buscamos que a compreensão dos fatos redunde em análise crítica e aperfeiçoamento, de forma a evitar que sejam cometidos os mesmos erros, seja nos dias atuais ou no futuro. Tanto Bela, quanto Dulce (quarta



entrevistada, hoje com 64 anos), sofreram e sofrem até os dias atuais por lembranças dolorosas que nasceram em momentos de fome, castigos com rigor desproporcional, sensação de desamparo, abusos sexuais, entre outros tipos de violência física, verbal e moral.

Uma vez eu queria comer o resto da comida de um menino, que ele deixou no prato. A moça responsável me pegou comendo aquela comida (o resto). Aquela mesma moça que urinava na minha boca. Daí me fez comer todos os restos que estavam nos pratos em cima das mesas. Eu fiquei horrível, muito cheia. Eu nem conseguia andar. Senti uma tristeza imensa. Não tinha ninguém que me ajudasse. Ninguém podia me ajudar, eu só chorava. (Entrevistada Bela)

Em estudo publicado pela Revista Brasileira de Terapias Cognitivas (PELISOLI; PICCOLOTO, 2010), vivenciar e testemunhar qualquer tipo de violência de cunho sexual (e outros) possuem efeitos avassaladores no desenvolvimento de qualquer indivíduo e podem prolongar-se por toda a vida.

Figura 4 - Crianças internas do Educandário Alzira Bley



Foto disponibilizada pelo atual Diretor Geral do HPF Cesar Calmon Pitanga (s/d)

Negligência diz respeito a "omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se no comportamento dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar, vestir adequadamente seus filhos, medicá-los, educá-los e evitar acidentes" (BRASIL, 1993, p. 14).

O resultado de qualquer negligência realizada na infância vai para além do momento em que seu desenvolvimento se encontra, tudo o que é ensinado, apresentado e exposto para as crianças é absorvido por elas. As fases do desenvolvimento infantil devem ser respeitadas conforme suas necessidades específicas, sem cobranças para além de suas habilidades e possibilidades.

Aos 12 anos fui para a lavanderia, não tinha folga, trabalhava de segunda a segunda... Era muita roupa que tinha que dar conta, mas nem a minha própria roupa eu lavava. Usava o mesmo vestido e a mesma calcinha por três dias seguidos, outras meninas faziam o mesmo porque se não a gente não dava conta de lavar, estender e dobrar aquilo tudo.

Nossa, meus braços ficavam doendo, era muito cansaço! (eu) levantava às quatro horas da madrugada para receber o padeiro. Era responsabilidade minha passar a margarina no pão das crianças, assim começava o dia e trabalhava até de noite na lavanderia: por isso não me interessava pelos estudos. (Entrevista Dulce)

Em projeto cultural cuja publicação do “Inventário dos Livros Manuscritos do Educandário Alzira Bley” se deu, Pereira e Pavani (2021) citam que os meninos se ocupavam com estudos e trabalhos manuais, já as meninas estudavam e realizavam trabalhos domésticos para se tornarem moças prendadas. Era proposto um local de segurança e educação, mas se obtinha um local de exposição e escravidão através de trabalhos árduos, desumanos para qualquer faixa-etária e totalmente conflitantes, resultando em sequelas indimensionáveis para as crianças que cresceram e se desenvolveram em tal âmbito.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

A natureza do presente artigo foi de promover um conjunto de pesquisas abrangendo tanto aspectos observativos, quanto através de registros documentais e histórias orais, com intenção de analisar e compreender a partir do ponto de vista dos indivíduos institucionalizados, e estendido às(aos) suas(seus) filhas(os), o conjunto de medidas que foram tomadas e transformadas em leis e regulamentos nos cuidados, tratamento e profilaxia aplicados na lida com pessoas e famílias acometidas de tal doença infectocontagiosa - a hanseníase. Esta se deu num passado não muito distante deixando rastros e prejuízos irremediáveis na vida das pessoas acometidas. Esta pesquisa foi realizada de maneira qualitativa utilizando de método exploratório cujo objetivo principal é produzir estudos sobre um determinado contexto utilizando

de conhecimentos prévios, entrevistas, documentações e pesquisa aprofundada sobre a temática (PIOVESAN e col. 2003).

Qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação (...), por exemplo, conhecer a essência de um fenômeno, descrever a experiência vivida de um grupo de pessoas (...), mediante um processo não matemático de interpretação (...). (GIL, 2021, p.15 apud STRAUSS; CORBIN, 2008)

Portanto, para melhor compreensão dos fenômenos, esta pesquisa busca se desenvolver sob a perspectiva dos indivíduos que vivenciaram o problema destacado. Este método permite a reunião de depoimentos sobre um determinado assunto com propósito de ampliar conhecimento sobre um fenômeno específico através da própria história dos indivíduos (GIL, 2021).

Além da coleta de narrativas onde foram entrevistadas quatro mulheres todas com nomes fictícios - Ana, 75 anos, ex-interna do HPF; Bela, 52 anos, ex-interna do educandário; Carla, 61 anos, ex-interna do educandário; Dulce, 64 anos, ex-interna do educandário - também foram realizadas três visitas ao HPF a fim de fazer coletas e análise documental. Em uma dessas visitas foi possível conhecer tanto a parte externa quanto a parte interna e interagir com algumas pessoas que se encontram atualmente em tratamento. No educandário, distante cerca de um quilômetro do portão principal do hospital, foi possível somente uma visita externa aos edifícios.

Nas entrevistas utilizamos roteiro semi-estruturado, buscando uma aproximação mais fidedigna da realidade destas mulheres e foram realizadas entre os meses de setembro e outubro do ano de 2022, obedecendo o que indicam os protocolos e as instruções de procedimento de campo, cumprindo a exigência do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), respeitando o princípio da autonomia, seguindo uma orientação de caráter ético, bem como, mantendo a atenção em considerar “o impacto da ação do pesquisador sobre o cotidiano das pessoas” (GIL, 2021, pag. 81).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ao fazer uma compilação do conjunto de dados, os resultados traduzem tanto uma concordância e/ou similaridades que ratificam os registros encontrados, assim

como resultam em uma discrepância e/ou divergência entre eles, principalmente entre os documentos e os relatos colhidos através das entrevistas.

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa investigar não somente a história de pessoas, hoje na fase adulta, que vivenciaram uma situação totalmente incomum e particular em suas infâncias tornando-as(os) sujeitas(os) a um tipo de arranjo “improvisado” e malsucedido no que se refere ao seu desenvolvimento, mas ainda, mediante todas as informações coletadas, há alguns pontos relevantes que não podem ser ignorados, desta forma, os resultados serão descritos em 3 subtópicos:

### **Concordâncias e Similaridades entre os dados coletados**

A partir da documentação existente (decretos e leis, registros da história, fotografias, livros, prontuários de pacientes, etc) e observações no local, é evidente que o plano de construção dos leprosários foi executado em conformidade com o projeto de profilaxia e isolamento dos hansenianos. Atualmente o complexo de casas e prédios que pertencem ao HPF permanecem, inclusive, bem conservados de forma geral e ainda abrigam e tratam de oito internos.

O educandário Alzira Bley foi construído com propósito específico de abrigar as(os) filhas(os) das(os) hansenianas(os) e de fato manteve-se assim no período das internações compulsórias. Por ocasião dos avanços da medicina curativa, estabelecendo melhor controle da propagação da doença e conseqüentemente a alta hospitalar dos pais, o educandário foi gradativamente tornando-se obsoleto em seu propósito inicial e está inativo para esta finalidade desde 1979. Segundo relatos das(os) moradoras(es) próximas(os), o prédio chegou a ser usado como escola do ensino fundamental para a comunidade (mais precisamente moradoras(es) do bairro Vila Cajueiro e Nova Rosa da Penha), mas atualmente esta atividade está extinta.

### **Discrepâncias e Divergências entre os dados coletados**

Nos documentos históricos a nível nacional e estadual, principalmente nos registros fotográficos, há pessoas adultas ajudando no preparo das refeições das crianças. No entanto, não é o que fica explícito na história oral coletada. Pelos relatos das entrevistadas somente uma pessoa adulta faz parte deste cenário que compõem o educandário e tem função de cuidadora, sendo esta, a Jandira. Esses relatos

também ratificam que é humanamente impossível uma única pessoa “dar conta” de todas as demandas de um local que chegou a abrigar centenas de crianças. Elas citam:

Bela (segunda entrevistada) - Acho que era uma diretora. A Jandira era como uma mãe para nós.

Carla (terceira entrevistada) - Se alguém me batia, eu chamava a Jandira. Lá (no educandário) ela era a única pessoa adulta” (...) Lá não tinha funcionários, só a Jandira. Quando alguém ia lá era interno do hospital pra fazer algum serviço e ia embora.

Dulce (quarta entrevistada) - Jandira ficava lá direto. Mas tinha umas pessoas que iam lá de vez em quando. Mas só quem tomava conta de tudo era a Jandira. Era muita coisa pra ela fazer.

Existem registros de atendimento médico e odontológico conforme descreve Barros (2014) apud Araújo-Souza: “no andar térreo do pavilhão central existiam (...) consultórios médico e odontológico, cada um deles com atendimento duas vezes por semana, em dias alternados”. Nos depoimentos coletados a realidade vivenciada seria diferente:

Dulce - Nunca vi um médico indo lá olhar “nós” (ela e as outras crianças), nem nunca saí de lá para ir ao médico. Sentia muita dor de cabeça, mas nunca me deram remédio para dor de cabeça, só para dormir, a gente era muito bagunceiro.

A administração do Preventório, segundo documentações, estava sob os cuidados de cinco Irmãs da Ordem de São Vicente de Paula, tendo a Irmã Superiora na direção e as outras quatro como responsáveis pelos demais setores do preventório. Além delas, existiam duas mulheres contratadas para cuidar da costura e da lavanderia (BARROS, *apud* ARAUJO SOUZA, 2014).

Dulce - com 5 anos comecei a trabalhar varrendo o dormitório, com 10 anos já fazia o mingau para os bebês (...) quando era mocinha eu cuidava da roupa, não tinha folga nem no domingo, trabalhava de segunda a segunda. Era muita roupa que tinha que dar conta.

A realidade proposta e a vivida pelas crianças e ex-internas(os) se contrapõe diversas vezes e em pontos básicos e essenciais administrativos.

### **Pontos explícitos de deficiências destas instituições**

De forma geral, a negligência e o desamparo estão bem evidentes nos relatos das entrevistadas, os prejuízos psíquicos e sociais se manifestam na forma de viver e existir ainda nos dias atuais sendo importante salientar que as pessoas entrevistadas foram escolhidas por terem condições cognitivas de memória e de fala, o que não é comum a todas(os) as(os) ex-internas(os) destas instituições mencionadas, principalmente aquelas(es) que viveram no Alzira Bley, levadas(os) de seus pais para lá logo ao nascer.

Figura 5 - Educandário Alzira Bley



Fonte: IBGE, 2019.

Dentre dados coletados, podemos destacar ao longo da realização desta pesquisa pontos relevantes como:

- A rotina das meninas e meninos do educandário era de começar a trabalhar desde muito cedo, prejudicando os momentos de estudo pelo cansaço da mente e do corpo.
- A organização das alas internas era dividida por faixa-etária: berçário (0 a 2 anos), creche (3 a 6 anos), média (7 aos 13 anos), moças (a partir dos 14 anos),

rapazes (a partir dos 14 anos, sendo que, nesta idade os adolescentes iam morar em um prédio próximo, conhecido como “Granja Eunice Weaver”). Neste tipo de organização, meninas da ala “média” já eram responsabilizadas pelos cuidados das crianças menores. Os meninos desta mesma idade começavam a lidar com a horta, estábulo, sapataria e carpintaria, sendo sempre os maiores ensinando e cuidando dos menores.

- A alimentação das crianças era proveniente, na maior parte, de doações. Algumas frutas e hortaliças eram levadas do HPF para o educandário (daí a designação “Hospital Colônia”, se dava através do sentido da auto-sustentabilidade, mediante trabalho das(os) internas(os) por meio do plantio de hortas e pomares). Observa-se pelos relatos que não havia constância quanto aos suprimentos de alimentos, roupas e remédios. Isso variava conforme os voluntários e doadores forneciam e conforme surgia um ou outro interessado em ajudar. Portanto, percebe-se uma constante oscilação entre ter alimentos o suficiente e passar pela falta dele, sendo predominante a escassez, como podemos observar através das entrevistas:

Carla - Teve tempo bom e teve tempo ruim. Teve tempo de ter fartura e teve tempo de comer a mesma coisa por muitos dias porque não tinha outra coisa (...) Ensinaam a gente fazer bolota de fubá molhado. Pega com a mão, aperta bem e joga a bolota dentro do caldeirão de água fervendo. Era o que a gente comia.

Dulce - Lá não tinha carne. Essas coisas: arroz, feijão... Não tinha. Era canjiquinha, fubá e trigoilho.

- É um consenso geral das entrevistadas que as crianças recebiam ensino equivalente até a “quarta série”. Uma professora ia diariamente ao educandário ministrar as aulas, parecendo não ter sido isto uma prioridade:

Dulce - Nem sei se terminei a quarta série, acho que não ... Nem sei. Eu não conseguia estudar, tinha muita dor de cabeça. Eu não queria estudar, estava sempre cansada e com dor de cabeça, eu trabalhava muito.

- A fase de transição entre a moradia no educandário e a ida definitiva para a casa dos pais, em lugar de ser um alívio/motivo de comemoração, foi na verdade um processo duro e difícil, permeado de tristeza e decepções.

Bela - Eu tenho respeito por ela, mas não sei o que é amor de mãe. Eu procurava fazer tudo direito, ser boa filha, mas só apanhava.

Carla - Eu saí de lá (do educandário) quando minha mãe teve alta, eu tinha 14 anos e não fui preparada para isso, para ir para a casa da minha mãe (...). Pensei: agora eu vou morar com minha mãe, mas eu nem conheço ela direito. (...) Logo nos primeiros dias vi que não tínhamos afinidade.

- Em todos os depoimentos coletados nesta pesquisa há menções de abuso sexual, seja por saber que aconteciam e eram recorrentes, ou por ter sido uma das vítimas das(os) abusadoras(es), como podemos constatar nos trechos destacados:

Bela - Em cada quarto de crianças menores dormia junto uma moça que tomava conta de nós. Essa moça me obrigava a fazer sexo oral nela.

Carla - Violência sexual eu não sofri, mas sei que acontecia (...) Tinha um interno do leprosário que ia lá fazer reparos. Uma vez ele estava no quarto que eu dormia. Ele foi fazer alguma coisa lá e eu estava brincando. Ele veio pro meu lado e ligou a furadeira e me ameaçou com ela. Não sei se ele queria me pegar ou só me fazer um susto, mas eu corri e pulei a janela (...) Eu não passei por isso (abuso sexual) porque eu me defendia muito e não era bobona.

Dulce - Um moço que ia lá, o Luiz Boi (apelido dele). Ele já tinha morado lá (no educandário), era pedreiro, morava lá por perto e ia lá fazer serviço de pedreiro (...) Ele ficava se esfregando em mim pelas costas. Eu não gostava, mas nem sabia o que era isso (...) Como eu não gostava falei pra Jandira pedir pra ele parar. Ela mandou ele ir embora.

Além dos relatos das ex-internas, várias(os) autoras(es) apontam que é preciso uma melhor investigação sobre a rotina, o ambiente, a qualidade do bem-estar físico e psíquico ofertado às(aos) internas(os) do educandário, pois há muitos indícios e evidências de abusos cometidos no interior das instituições preventivas, como a violência física, psicológica e sexual (PAVANI, 2019; SILVEIRA, 2013; OLIVEIRA, 2013; GOMIDE, 1991).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori, a presente pesquisa teve como finalidade estudar a institucionalização e as consequências biopsicossociais das(os) ex-internas(os) do educandário Alzira Bley. Ao longo do trabalho se analisou, para além do proposto, a história da hanseníase e como acontecia o desenvolvimento das crianças internadas no respectivo preventório.

Diante do exposto, obteve-se como objetivo geral compreender quais foram os impactos psíquicos e sociais decorrentes das internações e vivências no educandário e HPF, sendo este alcançado. Foi possível evidenciar que as crianças que passaram pelo educandário, atualmente adultas, sofrem até os dias atuais com as experiências vivenciadas, experiências essas de negligências e abusos.

Assim sendo, foi-se definindo como objetivo específico compreender o funcionamento rotineiro das crianças internas do educandário, comparando as informações dadas nas entrevistas com fotos e documentos obtidos. Tal objetivo foi atingido e passível de verificação visto que as informações eram contraditórias, os documentos e fotos mostram que haviam profissionais para cuidado das crianças sendo os trabalhos manuais feitos de forma a educar e preparar as mesmas, mas na prática, e segundo os relatos das entrevistadas, além de praticamente não existir auxílio e cuidado de adultos, os trabalhos eram feitos de maneira a ultrapassar a capacidade física e mental das crianças, a ponto de não terem energia nem para estudar.

O segundo objetivo foi compreender como a separação desses pais e filhas(os) contribuíram para promover o adoecimento psíquico das(os) internas(os) durante a infância. Verificamos que muitos impactos vieram dessa mesma separação. Como resultado da privação de afeto, cuidado e proteção, as mesmas tiveram que lidar com a sensação real de desamparo e abandono sendo submetidas a situações de negligência e abuso por não receberem acolhimento nem do estado e nem das famílias as quais foram retiradas.

Por fim, o terceiro objetivo foi verificar quais os impactos a longo prazo dessa negligência e abuso na vida adulta e atual das(os) ex-internas(os). Constatamos como atingido pois, segundo os relatos das entrevistadas, quando foram viver com suas famílias tiveram dificuldade em adaptação por não existir vínculo afetivo e não ter sido

dado o suporte necessário para essa transição, portanto, sofrem com problemas físicos e emocionais consequentes das vivências no educandário.

Durante a realização da pesquisa foram encontradas algumas limitações, uma delas foi a quantidade reduzida de material publicado e dificuldade de acesso às dependências e aos documentos específicos sobre o educandário. Ainda existem mais pessoas que vivem atualmente no HPF e que viveram no educandário para serem entrevistadas, mas devido a problemas de saúde física e mental de alguns e a outros fatores, isto não foi possível.

Recomendamos que sejam investigados mais detalhadamente os documentos que se encontram no educandário e que mais entrevistas sejam feitas para elucidar mais fatos ocorridos nesse período, os impactos desses eventos na vida dessas pessoas e o que tem sido feito/quais tipos de assistências têm sido oferecidas para reparar os danos na vida dessas pessoas e vítimas.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Luiz Arthur Azevedo. **Colônia de Itanhenga – a luta contra a lepra no Espírito Santo (1934 - 1945)**. Disponível em: <[https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria-UFES/UFES\\_PPGHIS\\_LUIZ\\_ARTHUR\\_AZEVEDO\\_BARROS.pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3%B3ria-UFES/UFES_PPGHIS_LUIZ_ARTHUR_AZEVEDO_BARROS.pdf)>. Acesso em 12 jun 2022.

BECHLER, Reinaldo Guilherme; **Re-conhecendo Armauer Hansen: o cientista da lepra e o personagem histórico**. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300473644\\_ARQUIVO\\_TextoAnpuhReinaldoBechler.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300473644_ARQUIVO_TextoAnpuhReinaldoBechler.pdf)>. Acesso em 11 abr 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde (1993). **Violência contra a criança e o adolescente. Proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica**. Brasília.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada - Lei nº 610, de 13 de Janeiro de 1949 - Publicação Original**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/2/1949, Página 1513. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-610-13-janeiro-1949-366190-publicacaooriginal-1-pl.htm>>. Acesso em: 21 out de 2002.

CUNHA, Vivian da Silva. **O isolamento compulsório em questão - Políticas de combate à lepra no Brasil (1920 - 1941)**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<https://1library.org/document/y9gdrvjq-vivian-da-silva-cunha.html>> Acesso em 21 out 2022.

CYPRESTE, Dora Martins; VIEIRA, Alda. **Hospital Dr. Pedro Fontes, antiga Colônia de Itanhenga – Hanseníase: do isolamento compulsório à ressocialização**. Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Cultura. Editora Bios, 1ª edição, 2014.

EIDT, Letícia Maria. **Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul e sua trajetória na saúde pública brasileira.** Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nXWpzPJ5pfHMDmKZBqkSZMx/abstract/?lang=p>>  
Acesso em 04 jun 2022.

FIOCRUZ - Departamento de Arquivo e Documentação. **História da Hanseníase - Cronologia.** MS, 2008. Disponível em:

<<http://www.fiocruz.br/historiadahansenia/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=23&sid=5>>. Acesso em 21 out 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Grupo GEN - Grupo Editorial Nacional. Editora Atlas, Rio de Janeiro, 2021.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Cariacica, Serra. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=436023>. Acesso em 09 nov 2022

LIMA, Caroline Costa Nunes; CORTINAZ, Tiago; NUNES, Alex Ribeiro. **Desenvolvimento infantil.** SAGAH, Porto Alegre, 2018.

MARTINS, Fernanda Flaviana de Souza. **Crianças negligenciadas: a face (in-) visível da violência familiar.** Belo Horizonte, 2006. 128 p. Mestrado (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais). Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia\\_MartinsFF\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia_MartinsFF_1.pdf).

MATA, Natália Teixeira; SILVEIRA, Liane Maria Braga da; DESLANDES, Suely Ferreira. **Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância.** Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/csc/a/pnr7XZk3BHd8dzwK3V3wQtd/>>. Acesso em 04 jun 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções. **O que é hanseníase?** Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/o-que-e-hansenia>> Acesso em 11 abr 2022.

OLIVEIRA, Daniela Emilena Santiago Dias de; SUZUKI, Amanda Caroline; PAVINATO, Graziela Aparecida; SANTOS, João Vitor Luiz dos. A importância da família para o desenvolvimento infantil e para o desenvolvimento da aprendizagem: um estudo teórico. **Intraciência** - Revista científica da FAGU – Faculdade do Guarujá. Disponível em:

<[https://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20200522115524.pdf](https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522115524.pdf)>. Acesso em 25 abr 2022.

PASIAN, Mara Silvia; FALEIROS, Juliana Martins; BAZON, Marina Rezende; LACHARITÉ, Carl. **Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos.** Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2013000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200005)>. Acesso em 04 jun 2022.

PAVANI, Elaine Cristina Rossi. **O controle da lepra e o papel dos preventórios: exclusão social e interações socioespaciais dos egressos do educandário Alzira Bley no Espírito Santo.** Vitória, 2019. Disponível em:

<<https://1library.org/document/q5eljr3q-controle-preventorios-exclusao-interacoes-socioespaciais-egressos-educandario-espirito.html>> Acesso em 23 out 2022.

PEREIRA, Sirlene da Silva e col. **Inventário dos Livros Manuscritos do Educandário Alzira Bley**. Editora Start, 2021. Disponível em: <https://inventarioeab.files.wordpress.com/2021/11/inventario-educandario-alzira-bley-livros-manuscritos-versao-final-com-capa.pdf>

PIOVESAN, Armando. TEMPORINI, Edmea Rita. Pesquisa Exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Online de Saúde Pública**, 2003. Disponível em: [<https://www.scielo.br/j/rsp/a/fF44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?fo#>](https://www.scielo.br/j/rsp/a/fF44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?fo#>)

RELISOLI, Cátuta. PICCOLOTO, Luciane. Prevenção do abuso sexual infantil: estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 6, no. 1, junho, 2010.

SANTOS, Andréia Soprani; CASTRO, Denise Silveira; FALQUETO, Aloísio. Fatores de risco para a transmissão da hanseníase. **REBEn – Revista Brasileira de Enfermagem**. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/is\\_digital/is\\_0408/pdfs/IS28\(4\)100.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0408/pdfs/IS28(4)100.pdf). Acesso em: 11 abr 2022.

SESA – Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo. **Hospital Pedro Fontes – HPF, Histórico**. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/hospital-pedro-fontes-hpf>. Acesso em 11 abr 2022.

## **O USO EXACERBADO DE REDES SOCIAIS E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE DOS CONTEXTOS ATUAIS E A ATUAÇÃO DA TEORIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL**

Ellen Recla Lima<sup>1</sup>  
Rachel Luiza Ramos<sup>1</sup>  
Wesley Moreira Oliveira<sup>1</sup>  
Daniela Bello Carvalho<sup>2</sup>

1. Acadêmicos do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória.

2. Mestre em Segurança Pública; Especialista em terapia Cognitivo Comportamental; psicóloga docente.

### **RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso realiza uma importante distinção entre os conceitos de redes sociais e plataformas de redes sociais digitais, objetivando compreender as implicações causadas pelo uso demasiado desse novo modelo de conectividade. Vale ressaltar que, estudiosos tem percebido os impactos negativos e os diversos problemas que essas plataformas, quando utilizadas de maneira exagerada, ocasionam na vida dos indivíduos, tais como o mau gerenciamento do tempo, prejuízos físico-psicológicos, conflitos nas atividades diárias e implicações nos relacionamentos com amigos e familiares. Todavia, a utilização e aplicação da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) como método clínico de intervenção psicológica para esses casos tem sido alvo de interesse por diversas frentes do conhecimento científico. Consequentemente, diversas pesquisas vêm sendo realizadas ao longo do tempo a fim de corroborar e atestar a eficiência deste método no tratamento de indivíduos com diferentes transtornos, sobretudo os de depressão e ansiedade, desencadeados pelo uso excessivo de internet e redes sociais. Em razão disso, no presente trabalho traçaremos o paralelo entre esses dois pilares, descrevendo os principais impactos do uso exacerbado das redes sociais e, ao final, demonstrando como a TCC pode ser usada como meio de tratamento eficaz.

**Palavras-Chave:** Internet; Redes Sociais; Transtornos de Depressão e Ansiedade; Terapia Cognitivo Comportamental (TCC)

### **INTRODUÇÃO**

Com o advento da globalização e as constantes mudanças históricas e sociais, um dos grandes marcos nos meios de comunicação e no estabelecimento de relações entre os indivíduos foi, sem dúvidas, o surgimento e consolidação da internet. A rede global que conecta computadores, localizados nos mais diversos lugares do mundo, permitindo uma rápida propagação das informações e dos dados (MONTEIRO, 2001).

Em seus primórdios, que remontam ao final da década de 50 e início da década de 60, os projetos dessa rede eram mais direcionados para questões de segurança nacional e estratégias políticas. Contudo, a rápida evolução dessa tecnologia logo transformou a ferramenta em um potente meio de interação social entre os indivíduos, pois permitiu que as informações, antes restritas a um público muito elitizado, pudessem ser divulgadas e difundidas de maneira ampla e aberta (MONTEIRO, 2001). É neste cenário que emergem as inúmeras redes sociais digitais, que permitem a conexão direta de diversos usuários. As redes sociais,

[...] na sua essência, são uma estrutura social composta por pessoas ou organizações ligadas para compartilhar informação. As redes sociais online permitem estender este conceito para o universo virtual, permitindo a interação entre pessoas e grupos em função dos seus objetivos. São centradas nas pessoas e com possibilidade de compartilhar conteúdos em diversos formatos (MARQUES, 2020, p 45).

A parte a tantos benefícios, que, sem dúvida foram muitos, alguns problemas ligados ao uso excessivo das redes sociais também começaram a surgir. Somado a isso, é de suma relevância demonstrar como a Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) pode ser considerada um dos métodos mais eficazes de intervenção nesses casos.

Diante deste fato, é inescusável a necessidade de realizar a presente pesquisa buscando como objetivo geral, a priori, compreender quais são os impactos do uso exacerbado de redes sociais para a saúde mental e como a Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) pode auxiliar no tratamento.

Para tanto, como objetivos específicos, analisaremos o processo de evolução da internet e das redes sociais, apontaremos os prejuízos que podem ser causados na saúde mental dos indivíduos quando há excesso de utilização desses recursos tecnológicos e, ao final, indicaremos a TCC como método de intervenção e tratamento.

Este estudo, indubitavelmente, promoverá a difusão do tema, garantindo que cada vez mais pessoas entendam as verdadeiras consequências geradas para a saúde mental quando observada a adicção em redes sociais. A partir dos resultados obtidos será possível, ainda, pensar em estratégias e métodos interventivos, com base na teoria da Terapia Cognitivo Comportamental, que sejam capazes de lidar diretamente com esses casos em específico.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O cenário do surgimento de novas tecnologias revolucionárias, como a internet, teve seu primórdio no final dos anos 50 e início dos anos 60, em uma guerra de narrativas entre os Estados Unidos e a União Soviética, denominada “Guerra Fria”, que basicamente os colocaram em frente de colisão por aspectos econômicos, militares, ideológicos e principalmente tecnológicos (COMER, 2016).

Vale ressaltar, que pelo lado dos Estados Unidos havia uma preocupação generalizada em obter mecanismos tecnológicos suficientes para garantir a segurança e a proteção de suas informações em caso de ataques nucleares que pudessem ser orquestrados pela União Soviética. A modernização advinda em solucionar esse impasse resultou no que hoje se tornou a maior rede de comunicação do universo, mais conhecida como internet (COMER, 2016).

A viabilidade dessa nova tecnologia e os primeiros conceitos atribuídos a ela, ocorreram em 1958, quando a então União Soviética lança no espaço o primeiro satélite artificial, conhecido como Sputnik 1, forçando os Estados Unidos a criar uma agência especial voltada unicamente para projetos de pesquisas avançadas de defesa, conhecida como DARPA. Essa agência não só possibilitou a criação da rede de computadores, mas também o desenvolvimento de várias outras tecnologias (COMER, 2016).

A internet, portanto, é considerada a maior rede do mundo, capaz de conectar computadores e celulares em todo globo terrestre, permitindo acessar uma vasta quantidade de informações, compartilhar fotos, vídeos, áudios e mensagens em tempo real, mesmo estando há milhares de quilômetros de distância. Consequentemente, ela se tornou imprescindível em nossa atualidade, impactando de maneira direta o comportamento humano, além de nos permitir laços de afeto através das redes sociais (FOROUZAN; MOSHARRAF, 2013).

Quando falamos de redes sociais, há necessidade de distinguirmos o conceito de “rede social” e de “plataformas de rede social digital”. Vale ressaltar que, toda consorciação de indivíduos que os conecte de alguma forma, gerando vínculos, corresponde uma rede social, podendo ser família, vizinhança, escola, igrejas, empresas etc. Segundo Martino (2014), as redes sociais possuem múltiplas dimensões como tamanho, densidade, integração de conexões, dispersão geográfica, raízes sociais, simetria e homogeneidade entre os membros.

Em outros termos, as redes sociais se constituem como um conjunto de relações dinâmicas de um indivíduo para com o outro, em um processo flexível transformador, modelado pela interação afetiva intencional na geração de objetivos comuns. (BAKHTIN, 2006). Entretanto, importante reforçar o fato de que as plataformas digitais de redes sociais tais como *Twitter*, *Instagram*, *Facebook* ou *Youtube*, se constituem de maneira completamente diferente do conceito de rede social atribuída aos primeiros ajuntamentos sociais (SANTOS, 2022).

Essas plataformas buscam reunir o máximo de indivíduos possível em suas redes, com objetivo bem definido de vender publicidades de grandes corporações, como grupos empresariais e instituições públicas na obtenção única e exclusivamente de lucros financeiros. As propagandas são direcionadas aos diversos públicos, mediante os dados cadastrais dos usuários nas plataformas, permitindo a filtragem de público-alvo para as diversas demandas publicitárias (SUMPTER, 2019).

É dentro desse novo contexto social que alguns estudiosos começaram a perceber os impactos negativos que as redes sociais podem acarretar na vida dos indivíduos. Indubitavelmente as novas tecnologias contribuem muito para o crescimento e desenvolvimento da sociedade como um todo, porém, o uso excessivo da internet pode desencadear diversos problemas, tais como o mau gerenciamento do tempo, prejuízos físico-psicológicos e conflitos nas atividades diárias ou nos relacionamentos com amigos e familiares (CRUZ, 2020).

O maior alerta é feito, justamente, em relação à dependência do mundo virtual, pois o uso contínuo do computador e das redes sociais pode estimular, e até potencializar, transtornos de ansiedade, transtornos obsessivos compulsivos, distúrbios de comportamento, condutas antissociais, depressão e até suicídio (CRUZ, 2020). Dito isto, importante trazer à baila que, paralelamente ao surgimento da internet e das redes sociais, na década de 60 também foram os primórdios da abordagem psicológica conhecida como Terapia Cognitivo Comportamental, idealizada por Aaron Beck (BECK, 2013).

Beck realizou incontáveis experimentos para validar sua teoria no tratamento de transtornos de ansiedade e depressão, que, na época, ainda eram muito incompreendidos e, após extensos estudos, concebeu uma psicoterapia estruturada, de curta duração, voltada para o presente e cujo objetivo precípua é a modificação de pensamentos e comportamentos disfuncionais, considerados inadequados ou inúteis (BECK, 2013).



Assim sendo, faz-se necessária uma análise mais detalhada capaz de compreender qual a correlação entre esses dois pilares, verificando de que modo a TCC pode contribuir para a redução dos possíveis danos em indivíduos que usam a internet e as redes sociais de forma descomedida.

## **METODOLOGIA**

Não há dúvidas de que, um dos principais meios para construir conhecimento a respeito de um determinado assunto, de forma criteriosa e precisa, é, sem dúvidas, a utilização do método científico.

Tal qual bem observado por Lozada e Nunes (2019), o método científico é a sequência de operações realizadas com o intuito de atingir determinado resultado, através de um modo sistemático e ordenado de pensar e investigar, formando, portanto, um compilado de procedimentos que levam à verdade científica. Partindo-se desse pressuposto,

[...] o conhecimento científico é factual, lida com ocorrências ou fatos. Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida por meio da experimentação e não apenas pela razão (MARCONI; LAKATOS, 2022, p. 6).

De tal sorte, a escolha adequada da metodologia durante a realização de uma pesquisa é extremamente relevante para garantir sua confiabilidade. Isto porque,

Método é a forma de proceder ao longo de um caminho. Na ciência os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo (FERRARI, 1974, p. 24).

No presente caso, a abordagem metodológica a ser utilizada será qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa se volta para as características do fenômeno estudado, enfocando no caráter subjetivo do problema. Em outros termos, são levados em consideração aspectos daquela realidade que não podem ser medidos ou quantificados, centrando a compreensão na explicação das dinâmicas abordadas. (LOZADA; NUNES, 2019).

Para alcançar os objetivos propostos, no presente caso, será utilizada a revisão narrativa de literatura, que é o processo de busca, análise e descrição de determinado

conhecimento a fim de responder uma pergunta específica por meio de materiais relevantes já existentes sobre o tema, tais como, livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, entre outros (TIPOS, 2015).

Ademais, importante salientar que a revisão narrativa não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para realizar a análise crítica da literatura. As estratégias aplicadas não são consideradas sofisticadas e exaustivas, tendo em vista que os estudos e a interpretação das informações estão sujeitos à subjetividade dos autores, como é o presente caso (TIPOS, 2015).

As revisões narrativas não tem o condão de informar as fontes utilizadas, a metodologia para busca das referências ou os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Busca-se, basicamente, uma análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal dos autores (ROTHER, 2007).

Contudo, como critérios básicos de inclusão para realização desta pesquisa, buscamos, nas principais bases de dados, tais como Pepsic e Scielo, artigos que versassem sobre os temas considerados como palavras chave, quais sejam: Internet; Redes Sociais; Transtornos de Depressão e Ansiedade; Terapia Cognitivo Comportamental (TCC).

Considerando que existem inúmeras produções científicas que versam sobre os referidos temas, optamos por incluir apenas aqueles que faziam uma correlação expressa entre os temas, tendo sido excluídos aqueles que os tratavam de forma isolada. Ademais, também foram incluídos alguns livros de referência nos assuntos indicados para estabelecer a parte conceitual impressa no presente trabalho.

O objetivo precípuo é, então, conhecer a produção científica disponível que verse sobre a evolução histórica e o uso exacerbado de redes sociais, delineando os possíveis impactos causados na saúde mental dos indivíduos, trazendo como um paralelo a importância da Terapia Cognitivo Comportamental como método viável de intervenção.

## **DISCUSSÃO**

Como já relatado anteriormente, a tecnologia é um dos meios que mais facilitam a comunicação, tendo evidente importância para o mercado de trabalho e a socialização. Entretanto, o seu uso exacerbado tem trazido aos indivíduos prejuízos

de cunho sociais, afetivos e cognitivos (SILVA; SILVA, 2017). É comum observar nesses usuários compulsivos de redes, uma grande necessidade de aceitação externa, o que dificulta enormemente a consolidação do autoconhecimento e a construção de práticas sociais saudáveis (FREITAS *et al*, 2021).

Para Ferreira e Amaral (2017) outra mudança provocada está relacionada ao diálogo, que torna o indivíduo imediatista, onde sentimentos de ansiedade e estresse são emoções persistentes, ocultas na sociedade atual. Observa-se mudanças na percepção de espaço e tempo, pois “[...] ao usar o tempo durante o qual estuda ou dorme para ficar conectado, o estudante se torna suscetível a mudanças de humor e a vários transtornos mentais” (MOROMIZATO *et al*, 2017, p. 502)

Nota-se também que o uso excessivo das redes sociais pode gerar muitos problemas, como: má gestão do tempo, deficiências físico-psicológicas e conflitos nas atividades diárias ou no relacionamento com amigos e familiares (MOROMIZATO *et al*, 2017). Já no âmbito cognitivo, Silva e Silva afirmam que diversos estudos demonstram que os usuários regulares da internet tem índices elevados de atividade nas regiões pré-frontais do cérebro, envolvidas na tomada de decisões e na resolução de problemas. Quando há o prolongamento dessa exposição às redes digitais, a atividade cerebral é mantida a um nível tão superficial que impede a retenção de novas informações em razão da sobrecarga cognitiva (SILVA; SILVA, 2017).

Não bastasse isso, importante reiterar que o impacto negativo pode se estender também aos níveis psicológico e de desenvolvimento social, podendo causar isolamento, tristeza, depressão e ansiedade nos indivíduos que ficam hiperconectados (CANHÃO, 2016). No Relatório Mundial de Saúde Mental, publicado pela OMS em 2022 após a maior revisão desde a virada do século, os dados demonstram uma piora considerável na prevalência global desses transtornos mentais, com aumento superior a 25% de casos (ORGANIZAÇÃO, 2022). A OMS reconhece que a depressão é a principal causa de incapacidade em todo o mundo e contribui de forma importante para a carga global de doenças. (ORGANIZAÇÃO, acesso 30 out. 2022).

A depressão é um dos transtornos mais comuns e se caracteriza pela tristeza e frustração com atividades que antes eram consideradas prazerosas (ALMEIDA; BORGES; FISCHER, 2018). O DSM-5 define que uma característica comum dessa doença é a presença de emoções de tristeza, vazio ou irritabilidade, acompanhadas de alterações físicas e cognitivas que afetam significativamente a capacidade de

funcionamento do indivíduo. Eles diferem em termos de duração, caracterizados por eventos distintos com duração mínima de duas semanas (ASSOCIAÇÃO, 2014).

A doença pode aparecer em qualquer idade e é mais comum em mulheres e idosos. As redes sociais isoladamente não são a causa da depressão, mas podem se tornar um dos motivos pelos quais pessoas mais suscetíveis a desenvolvam (ALMEIDA; BORGES; FISCHER, 2018).

A fantasia entre realidade e imaginação pode envolver algumas complicações psicológicas, pessoais e sociais, desde o isolamento do mundo real até a dependência do mundo virtual (SANCHES; FORTE, 2019). “O motivo de tantas pessoas predispostas à doença estarem nas redes sociais é a necessidade do sentimento de pertencimento a um grupo, podendo agravar um quadro preexistente” (ALMEIDA; BORGES; FISCHER, 2018, p.3).

No que tange à ansiedade, como bem se sabe, ela é uma reação natural do organismo e é fundamental para autopreservação. Ela funciona como um sinal de alerta, emitido pelo corpo para que a pessoa se prepare e se preserve de possíveis ameaças. Esse sinal pode vir junto de sensações de coração acelerado, tremores, frio na barriga, sudorese, aperto no peito e falta de ar. Porém, quando há um excesso desses sintomas a ansiedade pode se tornar patológica, fazendo com que as reações sejam dificultadas para enfrentar uma situação iminente (RAMOS; FURTADO, 2009). Nesse sentido, importante trazer o conceito previsto no DSM-V:

Os transtornos de ansiedade incluem transtornos que compartilham características de medo e ansiedade excessivos e perturbações comportamentais relacionados. Medo é a resposta emocional a ameaça iminente real ou percebida, enquanto ansiedade é a antecipação de ameaça futura (ASSOCIAÇÃO, 2014, p 189).

Esses sintomas podem acontecer diariamente e perdurar por anos, surgindo acompanhados de uma preocupação excessiva que pode englobar várias tarefas da vida da pessoa. Sintomas como insônia, irritabilidade, tensão musculares, inquietação, falta de ar e problemas gastrointestinais também são recorrentes nessas situações (RAMOS; FURTADO, 2009).

O DSM-V também informa que sintomas como esquecimento, dificuldade de focar em atividades, raiva acompanhada da dificuldade em preservar o autocontrole, medos e preocupações antecipatórios podem ser comuns (ASSOCIAÇÃO, 2014).

A ansiedade é considerada por alguns estudiosos como um dos males do século. Esse sentimento surge em excesso produzindo estresse e desconfortos físicos e um dos contribuintes para isso são, sem dúvidas, as redes sociais, pois nelas são depositados sentimentos de aprovação quando por exemplo se faz uma publicação e se espera curtidas e comentários (ALMEIDA; BORGES; FISCHER, 2018).

A este ponto, importante trazer à baila os ensinamentos de Silva e Silva (2017), que afirmam que, ao passo que a tecnologia facilita nossa vida, também gera uma pressão extrema, em termos de imediatismo, com uma ânsia pela rapidez da informação provocando ou potencializando estresse e ansiedade nos usuários. Segundo Moromizato et al (2017, p. 498) a “adicação por internet, dependência, uso patológico, vício ou uso problemático são termos utilizados como sinônimos na literatura para nomear esse uso desadaptativo”.

Assim, diante das análises realizadas observa-se que, dentre os inúmeros transtornos existentes, os de ansiedade e depressão estão entre os principais impactos que podem ser causados pelo o uso excessivo de redes sociais. Em razão disso estudiosos cunharam um termo denominado de Nomofobia.

A Nomofobia é caracterizada como uma perturbação mental da sociedade virtual e digital atual e está relacionada a ansiedade, desconforto, nervosismo ou à angústia produzida pela falta de contato com o computador ou celular. Na maior parte dos casos é dito que esse mal é um medo doentio de permanecer distante da tecnologia. (RABELO; ALEXANDRE; RODRIGUES, 2020, p.2)

Nota-se também uma ligação entre nomofobia e baixa capacidade de aprendizagem, pois poucos professores recebem a atenção plena dos alunos em sala de aula, quando estes estão conectados, tornando a produtividade na educação fraca. (RABELO; ALEXANDRE; RODRIGUES, 2020)

Para Barros; Carmo e Silva, (2012) as redes sociais realmente têm o poder de mudar o comportamento de nossa sociedade influenciando rapidamente a opinião pública através do compartilhamento muito rápido de informações, causando uma verdadeira revolução. Entretanto, “para uma pessoa que tem ansiedade, pode desencadear um sentimento de medo da desaprovação dos outros, sendo muito mais presente naqueles que também apresentam uma baixa autoestima” (ALMEIDA; BORGES; FISCHER, 2018, p 04).

Os transtornos de depressão e ansiedade são transtornos psiquiátricos comuns e podem causar disfunção e sofrimento consideráveis, e a terapia cognitivo-comportamental pode auxiliar a eliminar ou mudar pensamentos que podem piorar os sintomas, ao mesmo tempo em que visa indivíduos que enfrentam situações de evitação (RAMOS; FURTADO, 2009). Dito isto, importante compreender, de que forma a Terapia Cognitivo Comportamental pode ser usada como instrumento viável para intervenção e tratamento nos casos de adicção em redes sociais.

Como bem se sabe, a Terapia Cognitivo Comportamental, também conhecida como TCC, é um método clínico de intervenção psicológica revolucionário, criado no final dos anos 60 pelo médico psiquiatra e psicanalista Aaron Beck. Beck realizou ensaios epistemológicos que forneceram uma nova ótica para o tratamento do transtorno de depressão, esquivando-se do modelo farmacológico, até então predominante, e do conceito psicanalítico de que os indivíduos com depressão possuem a necessidade de sofrer (BECK, 2013).

O método consiste em levantar hipóteses sobre cognições distorcidas e aplicar uma psicoterapia de curta duração, centrada no “aqui e agora”, ou seja, no momento atual vivido pelo indivíduo, apontando soluções de problemas e desencadeando modificações dos pensamentos e comportamentos disfuncionais (BECK, 2013). Esse modelo de tratamento desenvolvido e defendido por Aaron Beck (1921-2021), compreende um processo de intervenções realizado especificamente nas cognições de cada indivíduo que possui uma série crenças e padrões de comportamentos (BECK, 2013).

Segundo Beck, os transtornos psicológicos possuem padrões comuns, desencadeados por pensamentos e crenças disfuncionais que possuem a capacidade de influenciar nossas emoções e comportamentos e sugestionar nosso humor, impactando diretamente e severamente na qualidade de vida do sujeito. Já o modelo cognitivo de tratamento, consiste exatamente em monitorar, avaliar, examinar e questionar esses pensamentos, crenças sobre si próprio, seu mundo e as outras pessoas, gerando transformações duradouras através das modificações de crenças disfuncionais (BECK, 2013).

A utilização e aplicação da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) como método clínico de intervenção psicológica tem sido alvo de interesse por diversas frentes do conhecimento científico. Consequentemente, diversas pesquisas vêm sendo realizadas ao longo do tempo que corroboram e atestam sua eficiência no tratamento

de indivíduos com diferentes transtornos psiquiátricos, depressão, ideação suicida, transtorno de ansiedade, fobias, síndrome do pânico, transtorno de personalidade, fazendo uso ou não de medicamentos e se mostrando positivo na diminuição dos sintomas que os acometem (KNAPP; BECK, 2008).

Conforme Aaron Beck afirma, o sucesso da TCC, começa antes de tudo, em estabelecer um excelente rapport com o paciente, o acolhendo em suas dificuldades sem julgamento de valores, com intuito de estabelecer o que ele denomina como “Empirismo colaborativo”, que visa criar uma aliança e confiança de trabalho focando diretamente nos problemas para solucioná-los (BECK, 1987).

Vale ressaltar, que o tratamento se desenvolve em um processo de transferência e contratransferência, terapeuta e paciente, visando identificarcognições distorcidas cristalizadas ao longo da vida, alterando, modificando e atualizando conforme evolução do tratamento ou sempre que se achar necessário. Conforme afirma Aaron Beck, mudanças cognitivas geram alterações no comportamento reciprocamente.

Judith Beck sustenta que o modelo cognitivo proporciona ao paciente técnicas que o ajudarão avaliar e a monitorar seus pensamentos automáticos distorcidos, estabelecidos e reforçados em situações vividas no cotidiano, concebendo maneiras e possibilidades de solucioná-los (BECK, 2014).

Em que pese a dependência de internet ainda seja um conceito recente, a fim de compreender melhor esse distúrbio, alguns modelos teóricos foram adaptados de outros transtornos mentais que também apresentam sintomas de dependência, impulsividade e compulsão, de modo que, seja bastante compreensível inferir que este modelo também possa ser efetivamente adaptado para os casos de adicção em internet e redes sociais (PUJOL *et al*, 2009).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após extensa análise, é possível denotar que o presente excerto alcançou os objetivos propostos ao compreender que, ainda que haja diversos estudos abordando e comentando sobre os possíveis impactos do uso excessivo da internet e das redes sociais na saúde mental, não existem dados conclusivos a respeito, abrindo-se, portanto, um vasto campo de pesquisas posteriores. Contudo, mesmo que não esteja mensurada a correlação efetiva entre esses dois polos, as informações coletadas em

diversas pesquisas nos fazem crer que o uso exacerbado de internet e redes sociais é sim capaz de trazer prejuízos sociais, afetivos e cognitivos aos usuários.

Prejuízos estes que, conforme demonstrado, podem ter na Terapia Cognitivo Comportamental um grande aliado para intervenção e tratamento, vez que, em transtornos correlatos, essa abordagem obteve resultados eficazes e definitivos. A partir deste ponto, é essencial entender e explorar o tema de forma minuciosa, pois, na sociedade atual observa-se, cada vez mais, a hiperconectividade dos indivíduos, sendo relevante delinear e descrever mais precisamente, e com base em levantamento de dados, quais são os transtornos e sintomas mais recorrentes e como eles refletem efetivamente na saúde mental dos indivíduos. A parte a isso, também é necessário correlacionar o uso da Terapia Cognitivo Comportamental, comprovando, ou não, a eficiência de seu uso. Convém, portanto, traçar perspectivas futuras, que podem fazer nascer alguma proposta de solução para este extenso debate, ou que acarretem projeções dos contextos ainda não vislumbrados.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Isabelle Nunes de; BORGES, Daniele; FISCHER, Amanda Milene Rodrigues. Redes sociais: sua influência em nossa vida particular. In: MOSTRA INTERATIVA DA PRODUÇÃO ESTUDANTIL EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 4, 2018, **Anais eletrônicos...** Ijuí: Unijui, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/9870-Texto%20do%20artigo-39938-1-10-20181003.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- ASSOCIAÇÃO PSIQUIATRICA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARROS, Arthur de Alvarenga; CARMO, Michelle Fernanda Alves do; SILVA, Rafaela Luiza da. A influência das redes sociais e seu papel na sociedade. In: CONGRESSO NACIONAL UNIVERSIDADE, EAD E SOFTWARE LIVRE. v. 1, n. 3, 2012, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...**Belo Horizonte, UFMG, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueads/article/view/3031>. Acesso em: 25 set. 2022.
- BECK, Aaron T. Abordagens cognitivas para transtorno do pânico: teoria e terapia. In: RACHMAN S, MASER, J. (ed.). **Pânico**: perspectivas psicológicas. Hillside, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1987. P. 91-109.
- BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental**. Porto Alegre: Grupo A, 2013. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582710098/>. Acesso em: 11 nov. 2022.



BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental**: teoria e prática. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CANHÃO, Mariana Alves. Riscos e potencialidades do uso das redes sociais na adolescência. 2016, 27f. **Dissertação (Mestrado em Medicina)** – Universidade de Lisboa, Faculdade de Medicina de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/29041/1/MarianaCanhao.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

COMER, Douglas E. **Redes de computadores e internet**. Porto Alegre: Bookman, 2016. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582603734/>. Acesso em: 04 out. 2022.

CRUZ, Maria do Socorro Corrêa da. Redes sociais virtuais: percepção, finalidade e a influência no comportamento dos acadêmicos, **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 3, p.12433-12446, mar. 2020.

Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7681/6660>. Acesso em: 25 out. 2022.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

FERREIRA, Gabriel; AMARAL, Alessandro Freitas. Redes sociais: influências na construção da subjetividade do indivíduo. **Psicologia e Saúde em Debate**, v. 3, n. 1, p. 36-37, 2017.

FOROUZAN, Behrouz A.; MOSHARRAF, Firouz. **Redes de computadores**. Porto Alegre: Grupo A, 2013. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551693/>. Acesso em: 30 set. 2022.

FREITAS, Rodrigo Jacob Moreira de; OLIVEIRA, Thaisa Natália Carvalho; MELO, Juce Ally Lopes de; SILVA, Jennifer do Vale e; MELO, Kísia Cristina de Oliveira e; FERNANDES, Samara Fontes. Percepções dos adolescentes sobre o uso das redes sociais e sua influência na saúde mental. **Enfermaria Global**, n. 64, out. 2021. Disponível em: <https://revistas.um.es/eglobal/article/view/462631/310841>. Acesso em: 26 out. 2022.

KNAPP, P., BECK, Aaron.T. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa na terapia cognitiva. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. v. 30, n. 2, p. 54-64, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/HLpWbYk4bJHY39sfJfRJwtn>. Acesso em: 10 out. 2022.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 30 set. 2022.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022.

MARQUES, Vasco. **Redes sociais 360**. Coimbra: Grupo Almedina, 2020.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Teorias das mídias digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

MONTEIRO, Luis. A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 24, 2001. Campo Grande/MS. **Anais Eletrônicos...** Campo Grande/MS: Intercom, 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/62100555399949223325534481085941280573.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

MOROMIZATO, Maíra Sandes; FERREIRA, Danilo Bastos Bispo; SOUZA, Lucas Santana Marques de; LEITE, Renata Franco; MACEDO, Fernanda Nunes; PIMENTEL, Déborah. O uso de internet e redes sociais e a relação com indícios de ansiedade e depressão em estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 41, n. 4, p. 497-504, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/h64tYKYMwXDmMJ7NGpmRjtN/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE. **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>. Acesso em: 15 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE. **Depressão**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 30 out. 2022.

RABELO, Leonardo Moreira; ALEXANDRE, Krislayne Veras; RODRIGUES, Gabriela Meira de Moura. Nomofobia, uso de telefone e redes sociais prejudica o aprendizado de estudantes universitários?. **Revista Liberum Accessum**, v. 3, n. 1, p. 1-7, 2020.

RAMOS, Renato Teodoro; FURTADO, Y. A. D. L. Transtornos de ansiedade. **Revista Brasileira de Medicina**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 11, p. 365-374, 2009.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

SANTOS, R. O. dos. **Redes sociais digitais na educação brasileira: seus perigos e suas possibilidades**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2022.

SANCHES, Paula da Fonte; FORTE, Cleberson Eugênio. Redes sociais e depressão: um estudo estatístico sobre a percepção de bem-estar em estudantes universitários. **Revista Tecnológica da Fatec Americana**, v. 7, n. 02, p. 14-23, abril/set. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/226-Texto%20do%20artigo-800-1-10-20200128.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, Leblam Tamar Gomes. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, n. 103, 2017. Disponível em: <https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/520/os-impactos-sociais--cognitivos-e-afetivos-sobre-a-geracao-de-adolescentes-conectados-as-tecnologias-digitais>. Acesso em: 28 out. 2022.

PUJOL, Cristina da Costa; SCHMIDT, Alexandre; SOKOLOVSKY, Aline; KARAM, Rafael Gomes; SPRITZER, Daniel Tornaim. Dependência de internet: perspectivas em terapia cognitivo comportamental. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 31, n. 2, p. 181-192, 2009. Carta aos editores. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbp/a/887Tn9LqghqRHGVZTQ7gkqQ/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 27 out. 2022.

SUMPTER, D. **Dominados pelos números**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

TIPOS de revisão de literatura. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Agrônomas. Campus Botucatu, Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. Botucatu: Unesp, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

## AFETO EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA INFÂNCIA

Julytta Gonçalves Moreira de Souza<sup>1</sup>  
Kamila Cazotto Morellato<sup>1</sup>  
Leonardo Henrique dos Santos<sup>1</sup>  
Daniela Dadalto Missawa<sup>2</sup>.

1. Acadêmicos do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória;
2. Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES; Docente orientadora.

### RESUMO

O presente artigo tem como escopo descrever algumas contribuições da afetividade, bem como algumas influências da pandemia no desenvolvimento infantil dentro do contexto educacional, o que vem sendo tema de muitos estudos e, para compreender melhor como se dá esse processo de desenvolvimento da afetividade na fase infantil, será necessário definir a afetividade e como ela se desenvolve na infância; analisar a importância do contexto educacional no desenvolvimento da criança; e identificar os prejuízos que a pandemia trouxe para o desenvolvimento infantil. A sua elaboração foi estruturada em uma metodologia de pesquisa explicativa acerca do tema, por meio de revisão de literatura. Sendo assim, verificou-se que, a afetividade tem grande contribuição para o processo de aprendizagem, e é através dela que podemos expressar os nossos sentimentos e emoções negativas ou positivas, considerando o meio em que se está envolvido. A discussão também mostrou o impacto que a pandemia trouxe para o desenvolvimento infantil. Levando muitas crianças ao isolamento e conseqüentemente uma alteração na sua rotina, afetando o seu desenvolvimento e suas relações sociais, principalmente escolar. Dessa forma, a afetividade se torna um fator importante no desenvolvimento social e cognitivo da criança.

**Palavras-chave:** Afetividade; pandemia; desenvolvimento; contexto escolar.

### INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que nascemos sem maturidade; para sobrevivermos, necessitamos do cuidado humano que demonstre toda compreensão, incluindo amor, cuidado e acima de tudo, afeto. De acordo com Antunes (2008, p.1), “o instinto de sobrevivência e de proteção fazem com que a mãe e o pai apresentem também o sentimento de amor pelo filho e a reciprocidade ocasionando a afetividade.” Esse sentimento não se manifesta apenas entre filhos e pais. Percebemos a importância

da afetividade, não só na contemporaneidade, mas podemos ver esses traços também olhando para o passado. Barbosa (2020, p. 1) lembra que não é exagero lembrar, por exemplo, “que os homens das cavernas ensinaram que a sobrevivência implica viver em grupo, expandindo a afetividade de um para o outro.”

De acordo com Antunes (2008, p. 1):

A origem biológica da afetividade, como se percebe, destaca a significação do “cuidar”. O amor entre humanos surgiu porque sua fragilidade inspirava e requeria cuidados e a forma como esse cuidar se manifesta é sempre acompanhada da impressão de dor ou prazer, agrado ou desagrado, alegria e tristeza. Percebe-se, portanto, que afetividade é uma dinâmica relacional que se inicia a partir do momento em que um sujeito se liga a outro por amor e essa ligação embute um outro sentimento não menos complexo e profundo. A afetividade, ao longo da história, está relacionada com a preocupação e o bem-estar do outro; a solidariedade não apareceu na história humana como sentimento altruísta, mas como mecanismo fundamental de sua sobrevivência.

Observa-se também que o ser humano necessita das relações sociais para o seu processo de evolução dentro de sua cultura humana. Para tanto, a afetividade passou a ter grande importância nessas relações. Vale ressaltar que a afetividade inicia no contexto familiar, e esses laços afetivos podem durar a vida inteira, sendo transmitidos de uns para os outros. Ao passar para o âmbito educacional, as relações entre professor-aluno foram e continuarão a ser motivo de preocupação das pessoas relacionadas com a educação, visto que esses sentimentos são mecanismos fundamentais para a sobrevivência da humanidade (BARBOSA, 2020).

É muito importante mencionar o quanto a pandemia do coronavírus afetou o processo de desenvolvimento. De um dia para o outro, vimos as escolas fechando e o convívio com os colegas sendo interrompidos e, toda aquela rotina de costume foi interrompida drasticamente, de uma hora para outra. Todos tiveram que se adaptar a uma nova realidade que então, não se sabia qual era. A pandemia do coronavírus evidenciou desigualdades para a sociedade e tantos outros problemas sociais. E não podemos deixar de mencionar o quanto trouxe de desafios para o desenvolvimento infantil e todas as suas particularidades (GRINBERGAS, 2022).

Piaget defende que a afetividade não se restringe somente as emoções e sentimentos, pois engloba também as tendências e as vontades da criança, ou seja, a afetividade assim como toda conduta visa a adaptação, pois o desequilíbrio reflete em uma impressão afetiva particular e a consciência de uma necessidade. Para

Missawa (2017, p. 26) os termos afetividade e inteligência são indissociáveis em Piaget. A autora afirma que:

O termo afetividade é considerado por Piaget (2005) de duas formas: como os sentimentos (em particular as emoções) e como as diversas tendências, em particular à vontade. Para o teórico, afeto e cognição se relacionam intimamente, de modo que não há estados afetivos sem elementos cognitivos e vice-versa.

Interessante notar também que Arantes (2002, p. 162) citado por Barbosa (2020, p. 3) afirma que “o papel da afetividade para Piaget é funcional na inteligência. Ela é fonte de energia de que a cognição se utiliza para seu funcionamento”, portanto, a afetividade passa a ser uma espécie de combustível que a cognição utiliza para colocar-se em movimento. Apesar dos termos afetividade e cognição serem diferentes, eles são indissociáveis em suas ações tanto no campo simbólico quanto nos sensório-motor. Esses termos “são resultados de uma adaptação contínua e interdependente, em que os sentimentos exprimem os interesses e os valores das ações ou das estruturas inteligentes” Barbosa (2020, p. 3).

Citando a abordagem centrada em Piaget e corroborando com essa linha de pensamento, os autores Taille, Oliveira e Dantas (1992, p.4) dizem que a afetividade é uma espécie de energia “que impulsiona a ação; por isso ela é fundamental para o funcionamento da inteligência, mas não modifica a estrutura.” A afetividade também é a peça fundamental na constituição da inteligência, mas não é o suficiente. Vale lembrar também o quanto a pandemia da COVID-19 gerou efeitos no processo de desenvolvimento da criança, inclusive na sua afetividade (BARBOSA, 2020).

É muito importante lembrar que não fomos feitos para vivermos sozinhos. Ter relacionamentos saudáveis, marcado por uma convivência social satisfatória e agradável, são importantes para o nosso prazer no mundo, e esses traços começam na infância. Relações sociais efetivas ajudam a garantir um desenvolvimento saudável, tanto física quanto emocionalmente. Porquanto, as crianças aprendem pelo exemplo e, quando observam relacionamentos que são denominados positivos ou são emocionalmente equilibradas, esse comportamento observado ajudará em suas habilidades emocionais e no funcionamento cognitivo no futuro (ANTUNES, 2008).

Por isso tudo, vale salientar que, um dos fatores que podem influenciar para que uma criança desenvolva afetos positivos, é que ela cresça em um ambiente que proporcione segurança e cuidado, pois dessa forma, há maiores chances de refletir

em seu meio escolar e nas construções de suas relações sociais tudo que viu e recebeu no seio familiar, por isso é de grande responsabilidade parental propiciar este ambiente para criança (BARBOSA, 2020).

Nosso objetivo geral é descrever algumas contribuições da afetividade, bem como algumas influências da pandemia, no desenvolvimento infantil dentro do contexto educacional. Para isso, será necessário definir a afetividade e como ela se desenvolve na infância, analisar a importância do contexto educacional no desenvolvimento da criança bem como identificar os prejuízos que a pandemia da COVID-19 trouxe para o desenvolvimento infantil.

## **METODOLOGIA**

A metodologia científica aborda as principais regras para uma produção científica, fornecendo as técnicas, os instrumentos e os objetivos para um melhor desempenho e qualidade de um trabalho científico. Primeiramente, objetivou-se verificar a incidência de artigos publicados nos últimos dois anos (2021-2022) em revistas indexadas na base de dados do google acadêmico. Foram utilizados como descritores os termos: Afetividade AND “Contexto escolar”; Afetividade AND “Piaget”; Desenvolvimento infantil AND “Pandemia”. Esses termos nos levaram a diversos artigos, que em muitos momentos, não atendiam a ideia proposta.

Considerando a produção científica nacional, primeiramente, foi feita uma análise dos temas de todos os resumos encontrados, a fim de se obter um panorama detalhado das pesquisas que correlacionavam a afetividade com o desenvolvimento infantil. Do total, foram encontrados trezentos e sessenta e um artigos. Destes, foram excluídos os que possuíam objetivos incompatíveis com o da presente revisão, como os que descreviam o desenvolvimento infantil relacionados a doenças e transtornos que não estavam ligados ao objetivo da pesquisa. Após a leitura dos títulos e resumos, oito artigos nacionais foram obtidos na íntegra, pois continham a descrição que correlacionavam os descritores pesquisados com o desenvolvimento infantil. Estes foram selecionados e realizado análises, considerando: técnicas de coleta de dados utilizadas, principais resultados obtidos nos artigos e indicações para pesquisas futuras.

É relevante destacar que os dados foram coletados por meio da aplicação dos elementos teórico-metodológicos selecionados e das categorias analíticas, estes foram efetuados por meio de uma pesquisa qualitativa. Isso possibilita ao pesquisador confrontar as conclusões de sua pesquisa, contribuindo com a confiabilidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, vale mencionar que faremos uma discussão dividida em três seções. Discutiremos sobre a afetividade em Piaget, desenvolvimento infantil e pandemia e a afetividade no contexto escolar. Sendo assim, para cada seção, introduziremos os artigos selecionados para as discussões visando situar a discussão de acordo com os objetivos propostos para o artigo. Após a análise dos artigos, vamos aprimorar a discussão sobre eles.

### Afetividade e Piaget

A tabela a seguir apresentará os artigos selecionados para discussão dessa seção, entre os anos 2021 e 2022.

Tabela 1 - Critérios de inclusão dos artigos selecionados para a discussão

<b>Título do artigo</b>	<b>Ano</b>	<b>Autores</b>
A importância da afetividade no ensino de ciências e matemática	2022	Silva
Afetividade como prática metodológica na educação infantil: uma revisão narrativa	2021	Silva et al.
A afetividade no processo de ensino e aprendizagem: revisão bibliográfica	2022	Borges; Albrecht
A influência da afetividade no desenvolvimento cognitivo de alunos do ensino infantil e ensino fundamental: uma revisão bibliográfica	2022	Silva, P.M

Fonte: produzido pelos próprios autores

A afetividade é uma condição que permite que o sujeito demonstre seus sentimentos e que o acompanha durante todo o seu percurso de vida e na construção da sua personalidade. Ela permite a percepção do mundo, influenciando assim, o desenvolvimento cognitivo e comportamental do ser humano (SILVA, 2022).



Piaget (1990), descreveu que o desenvolvimento da afetividade, primeiramente é concebida no âmbito familiar se expandindo para as múltiplas relações sociais, embasada num envolvimento ativo do sujeito nestas relações. Além disso, para Piaget (1962), a afetividade é crucial na aquisição de conhecimento, ou seja, “sem o afeto não há interesse ou motivação para o aprendizado” (SILVA, 2022, p.2).

A afetividade é um fator determinante no desenvolvimento do indivíduo pois através dela se constroem o desenvolvimento emocional, nas relações humanas, sendo assim, também influi em sua aprendizagem e esta origina-se a partir da motivação, emoções e afeto (SILVA, 2022, p.2).

Segundo Piaget (1986), conforme citado por Silva (2022, p.3), “a afetividade representa um estado psicológico do ser humano que possui grande influência no comportamento e no aprendizado, juntamente com o desenvolvimento cognitivo”. Dessa forma, a sala de aula é um ambiente onde acontece não apenas a transmissão de conhecimento do professor para o aluno, como também, proporciona uma relação de troca. Nesse sentido, o afeto se faz necessário para que aprendizagem aconteça de maneira efetiva.

Vale salientar que a escola é uma instituição importante no desenvolvimento do indivíduo, é nela que ocorrem as primeiras relações interpessoais fora do seio familiar. Tais relações são pautadas no envolvimento de ambas as partes (sujeito e ambiente). Dessa forma, não é possível pensar que o processo de conhecimento aconteça sem a influência dessa interação (SILVA, 2022).

Nesse aspecto, o autor retoma a ideia de que o respeito mútuo é condição para a cooperação (operar com o outro, pensar com o outro), nesse contexto, é comum a participação de várias ideias ou as reflexões em conjunto. No entendimento do autor, cooperação é um método construído na reciprocidade entre os indivíduos, que ocorre pela descentração intelectual, sendo a razão produto coletivo (SILVA, 2022, p.5).

Acresce que (SILVA, 2022, p.5) “(...) ao estabelecer vínculos afetivos com o conhecimento, os estudantes teriam incorporado saberes mais duradouros, isto é, pós-escolares”. Dessa forma, quando há identificação com o conteúdo aprendido, as chances do conhecimento ser efetivado e generalizado em outras áreas de sua vida são maiores. Além da identificação com o conteúdo, um espaço prazeroso também é um importante fator na aquisição da aprendizagem, pois quando há sentimento positivo, há motivação.

Tendo em vista que o afeto é uma condição psicológica que permite ao ser humano experimentar emoções positivas e negativas, quando a relação aluno-professor é baseada em respeito e acolhimento as consequências tendem a serem benéficas ao aluno. Por outro lado, quando há rigidez excessiva, os alunos podem se afastar, comprometendo assim, o vínculo desta relação que é essencial no processo de aprendizagem (SILVA *et al.* 2021). Vale ressaltar que há uma diferença entre a afetividade familiar e a afetividade escolar.

Segundo Silva *et al.* 2021, p.5:

A afetividade familiar se diverge da afetividade escolar, mas ambas devem complementar uma a outra para garantir que a criança possa alcançar seus objetivos, afetividades que ocorre em cada contexto é fundamental para a criança assimilar conhecimentos teóricos e práticos. Assim tanto família e a escola atuando em conjunto em um meio afetivo concretiza o molde do caráter do indivíduo (Piaget, 1985).

Nesse sentido, a família é a primeira referência de vínculos que atravessa o sujeito, portanto, essa fase do desenvolvimento é crucial para as relações posteriores. Entretanto, é na escola que acontece a sua inserção na sociedade, através da identificação com diferentes grupos sociais. Durante muito tempo, dentro do contexto escolar, somente o aspecto cognitivo era valorizado, havia supervalorização da inteligência, ignorando os aspectos emocionais. Acreditava-se que a emoção não poderia interferir no processo racional. Apenas a partir da década de 70 o conceito de afetividade foi ganhando espaço (BORGES; ALBRECHT, 2022).

Muitos alunos vivem em um ambiente familiar muitas vezes desestruturado e com carência de carinho e atenção, fazendo com que esse indivíduo se encontre em uma situação de vulnerabilidade, podendo torna-se uma pessoa violenta, rancorosa, com instabilidade emocional e com baixa autoestima (BORGES; ALBRECHT, 2022, p.14).

Por isso, é essencial que a afetividade seja atrelada a cognição, para que assim, a inteligência não seja posta como um constructo superior à emoção, visto que um dá suporte ao desenvolvimento do outro (SILVA, P.M. 2022).

## Desenvolvimento infantil e pandemia

A tabela a seguir apresentará os artigos selecionados para discussão dessa seção, entre os anos 2020 e 2021.

Tabela 2 - Critérios de inclusão dos artigos selecionados para a discussão

<b>Título do artigo</b>	<b>Ano</b>	<b>Autores</b>
Desenvolvimento infantil em tempos de pandemia	2021	Silva, Crespi
Efeitos da pandemia da COVID-19 e suas repercussões no desenvolvimento infantil: uma revisão integrativa	2021	Da Silva et al.
Reflexos do desenvolvimento infantil durante a pandemia	2021	Dalpiaz; Braatz
Impactos da pandemia de Covid-19 no desenvolvimento infantil: uma revisão de literatura	2021	Lima; Soares; Costa
Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil	2020	Linhares; Enumo

Fonte: produzido pelos próprios autores

É notório o quanto a pandemia da COVID-19 afetou o Brasil e o mundo em setores da economia, a saúde, segurança e principalmente a saúde mental, evidenciando vários problemas de desigualdades sociais e de desenvolvimento. E não seria diferente ao se tratar de desenvolvimento infantil. Falar sobre o desenvolvimento humano e pandemia é falar de saúde mental e todas as áreas que contribuem para a estabilidade física, emocional e mental (DA SILVA *et al.* 2021).

Primeiramente, é bom lembrar que o processo de desenvolvimento, não está restrito a criança, ou seja, não é algo que tem somente os elementos singulares da criança, e sim, toda construção que apareceu desde o final dos anos 1990, proposto por Bronfenbrenner, psicólogo radicado nos Estados Unidos, que traz um entendimento de que o desenvolvimento humano tem em si no mínimo quatro elementos: a pessoa, o processo, o contexto e o tempo (LINHARES; ENUMO, 2020).

Esse entendimento citado no parágrafo anterior reforça a questão da interação e do contexto. Portanto, estamos falando de algo que diz respeito a um patrimônio que é tanto individual quanto da sociedade e que está relacionada a potência das pessoas ao longo de toda a vida. Tudo isso é importante porque quando estamos diante de uma pandemia provocada por um vírus seria muito fácil acharmos que o

problema é só encontrar o remédio, a vacina ou tratamento para o vírus como uma visão única causal. Mas na verdade, devemos perceber a disseminação da doença, o número de mortes, o número de adoecimentos, de internações, percebemos as pontas, as várias dimensões que são afetadas na nossa vida cotidiana. Dalpiaz e Braatz (2021) afirmaram que:

Durante o tempo fora das instituições de educação infantil, muitas crianças passaram por momentos de grande isolamento social, tendo contato apenas com a família. Sem convivência com outras pessoas que não fossem do seu círculo familiar, a criança deixa de vivenciar experiências, o que foi possível perceber facilmente no retorno às instituições (DALPIAZ; BRAATZ, 2021, p.5)

Fica claro na citação que desde o primeiro momento, esse ponto de atenção do desenvolvimento infantil também perpassa pelo contexto familiar. E quando falamos nesse contexto, lembramos que o ambiente doméstico, que, geralmente, é o primeiro contato da criança, durante a pandemia da COVID-19, passou a ser um espaço de recomendação para o distanciamento social, tornando-se um lugar de cuidado. É nesse ambiente que temos o desenvolvimento das relações afetivas e sociais que faz a construção do desenvolvimento da criança (DALPIAZ; BRAATZ, 2021).

Em meio as adversidades provocadas pela pandemia esses ambientes, para algumas crianças, tornaram-se caóticos, desordenados, com falta de estrutura e irregularidade de rotinas. Vale ressaltar que as crianças pensam, sentem, reagem e elas são mais vulneráveis no seu repertório de enfrentamento dessas adversidades podendo levá-las a um estresse impactando na sua saúde física, emocional e mental. Crespi e Lima (2021) falando sobre o Estresse tóxico, afirmaram:

O impacto da exposição contínua às condições adversas pode desencadear um processo de estresse tóxico prejudicial ao desenvolvimento cerebral infantil, bem como de outros sistemas do seu corpo e suas habilidades. Deste modo, é fundamental debater os possíveis impactos do distanciamento social e do afastamento das crianças dos ambientes escolares, visto que na ausência desses espaços, compromete-se a interação social das crianças com seus pares (CRESPI; LIMA, 2021, p. 77)

Essas questões estão relacionadas a experiências adversas na infância e elevado risco de estresse na pandemia. Essas experiências aumentam o risco de atrasos no desenvolvimento infantil e de problemas de saúde na idade adulta,

podendo acarretar problemas de ordem cognitiva, abuso de substâncias, depressão e outras doenças (CRESPI; LIMA, 2021). Apesar de estarem entre as pessoas menos afetadas pelo novo coronavírus, no que diz respeito aos casos graves e à mortalidade, as crianças de 0 a 6 anos também foram profundamente impactadas, em diversas áreas, pela pandemia de COVID-19 (DALPIAZ; BRAATZ, 2021).

Danzmann et al. (2021), falando também sobre os impactos do isolamento social para as crianças no período de pandemia mencionou que

O distanciamento social pode ser experienciado negativamente pelas famílias e crianças, devido à quebra de rotina e a incerteza de quando a vida voltará à normalidade. Uma das principais mudanças na rotina refere-se à ausência das aulas presenciais das crianças e estas manifestam saudades dos professores e colegas, assim como das trocas que o ambiente escolar proporciona, tanto no processo de ensino aprendizagem como nas relações sociais (DANZMANN et al. 2021, p. 2)

O desenvolvimento infantil na pandemia está totalmente interligado à rotina do dia a dia de toda criança. Com o cenário pandêmico, a convivência familiar aumentou e consequentemente o crescimento dos casos de violência doméstica. As medidas adotadas para nos proteger na pandemia do COVID-19 podem ter efeitos sobre o desenvolvimento infantil. E as restrições sociais e os fechamentos de escolas contribuem para o estresse dos pais e das crianças (CRESPI; LIMA, 2021)

Vale salientar que a pandemia exigiu da parentalidade uma capacidade muito grande de resiliência para garantir medidas de proteção à saúde. Um dos pilares para a superação das adversidades é a interação entre as pessoas, que é comprometida pelo isolamento social, levando ao aumento do estresse dos pais e dos filhos. Danzmann et al. (2021) também mencionou que

Neste contexto de pandemia, houve uma mudança na rotina das famílias, sendo que muitos pais precisam trabalhar no esquema de home office, além disso precisam fazer as atividades relacionadas aos afazeres da casa, as compras, lidar com as saídas restritas, com as preocupações financeiras, com as informações sobre a pandemia e com os cuidados das crianças, sendo que muitas permanecem em casa em tempo integral devido às atividades escolares remotas (SBP, 2020). Sem o apoio dos avós ou demais membros da família, em virtude do isolamento social, muitos pais estão tendo que administrar a rotina diária, de forma a conciliar suas atribuições do trabalho e os cuidados com os filhos (DANZMANN et al., 2021, p. 6).

Existem poucos dados sobre o impacto das epidemias no desenvolvimento infantil. No entanto, além dos cuidados gerais e das estratégias adotadas para

minimizar o contágio é essencial preservar o bem-estar das crianças durante períodos como este. Lima *et al* (2021) declarou em seu artigo que:

Os estudos reconhecem ser difícil dimensionar os impactos exatos da pandemia no desenvolvimento das crianças. Contudo, mostram que diversos fatores que comprovadamente prejudicam o crescimento saudável se tornaram amplamente presentes durante os períodos de amplo isolamento social, como diminuição do tempo dedicado a atividades escolares, diminuição da socialização e do círculo social, grande aumento do tempo de tela, problemas no sono, aumento da obesidade, possível má nutrição e percepção subjetiva de estresse, ansiedade e depressão parental e infantil aumentada (LIMA *et al*, 2021, p. 6).

Não é demais lembrar que o ensino à distância passou a fazer parte da rotina não só da criança como também dos seus cuidadores. Dalpiaz e Braatz (2021) afirmaram que

A modalidade de ensino remoto/distância passou a fazer parte do dia a dia das crianças, fazendo com que o convívio diário das instituições escolares com pessoas de diferentes jeitos, vidas e histórias, fossem substituídos por aparelhos eletrônicos. Sabe-se que essa modalidade precisou acontecer para proteger a todos/todas do contágio do Covid-19 (DALPIAZ, BRAATZ, 2021, p.4).

Muitos cuidadores, quando as crianças passaram a ficar mais em casa, tentaram encontrar estratégias para minimizar os efeitos da pandemia no desenvolvimento infantil. Entre as estratégias, podemos destacar que foram feitas leitura e contação de histórias, atividades de desenho, montar quebra-cabeças, ajudar nas tarefas de casa quando possível e auxiliar no preparo de alimentos (de acordo com a faixa etária). Tudo isso, visando também a interação e o envolvimento da criança para desenvolvimento das suas habilidades. Crespi e Lima (2021) afirmaram que

As interações entre os indivíduos indicam ser fundamentais para que ocorram os processos de transformações que levam ao amadurecimento e aperfeiçoamento de diferentes sistemas do corpo humano e incontáveis habilidades motoras, cognitivas, linguísticas, emocionais, entre outras (CRESPI; LIMA, 2021, p. 78).

Portanto, a pandemia gerou impactos significativos no desenvolvimento infantil, mas que proporcionou para a parentalidade a reflexão sobre o quanto é importante

participar da vida escolar e da vida social das crianças para que elas tenham um desenvolvimento saudável minimizando assim o risco de, no futuro, terem vários prejuízos em sua vida mental e emocional.

### **Afetividade e contexto escolar**

A tabela a seguir apresentará os artigos selecionados para discussão dessa seção, entre os anos 2021 e 2022.

Tabela 3 - Critérios de inclusão dos artigos selecionados para a discussão

<b>Título do artigo</b>	<b>Ano</b>	<b>Autores</b>
Afetividade como prática metodológica na educação infantil: uma revisão narrativa	2021	Silva <i>et al.</i>
A afetividade no processo de ensino e aprendizagem: revisão bibliográfica	2022	Borges; Albrecht
A influência da afetividade no desenvolvimento cognitivo de alunos do ensino infantil e ensino fundamental: uma revisão bibliográfica	2022	Silva, P.M

Fonte: produzido pelos próprios autores

Como já mencionado, as relações humanas são necessárias para o desenvolvimento do ser humano no que tange a sua vida em sociedade. É através destas relações que o indivíduo vive uma experiência singular de trocas, afetos e aprendizagem, e assim, constrói sua personalidade ao longo da vida. Desde o nascimento à velhice, o sujeito transita por diversos grupos sociais, e em cada um deles, novas experiências são adquiridas, seja no âmbito acadêmico, pessoal ou profissional. Portanto, a afetividade está presente em cada relação e interfere diretamente no comportamento dos indivíduos que estão envolvidos nesse processo (BORGES; ALBRECHT, 2022).

Vygotsky afirma que a construção do conhecimento acontece através da interação com o meio e além da importância da socialização no processo de construção do conhecimento a afetividade tem o papel elementar na construção do próprio indivíduo e suas ações (BORGES; ALBRECHT, 2022, p.2).

Tendo em vista que a afetividade está diretamente ligada às emoções do ser humano, a educação emocional dentro no contexto escolar se faz necessária no processo de ensino - aprendizagem, uma vez que seu objetivo é que o sujeito se

desenvolva como um ser crítico, com responsabilidades e independência. Além disso, há uma diversidade de relações sociais dentro do contexto escolar, evidenciando assim, ainda mais, a importância desta instituição ao oferecer um ambiente que permita que a afetividade aconteça de maneira positiva (BORGES; ALBRECHT, 2022).

A escola é um ambiente que oferece diversas relações sociais, assim podemos ressaltar a relevância da escola e do professor. Assim sendo, estes têm por desígnio maior desenvolver no aluno além das competências e habilidades, a capacidade de desenvolver boas relações sociais. Pois, tanto a escola quanto o professor possuem a função de agente transformador, contribuindo na formação social de seus alunos. [...] A educação emocional impulsiona a autoconfiança, o apoio mútuo, o desenvolvimento e também age beneficemente na saúde do corpo e da mente. Deste modo, a afetividade ajuda as pessoas a levar a vida com mais amabilidade, a fim de fortalecer o relacionamento com as outras pessoas, consigo mesmo e com o mundo ao seu redor (BORGES; ALBRECHT, 2022, p.6).

Além disso, ao mencionar importância da afetividade no contexto escolar, nota-se que ela se faz imprescindível na promoção de desenvolvimento pessoal, permitindo que o aluno se sinta acolhido e valorizado de acordo com a sua singularidade. Neste contexto o indivíduo aprende a dar sentido para suas emoções, além de entender sobre importância do diálogo para a compreensão das relações sociais, empatia, respeito e confiança. Logo, a presença da afetividade neste contexto, não se trata de um capricho, visto que, a ausência dela, sobretudo na infância, pode refletir em prejuízo emocionais na vida adulta (BORGES; ALBRECHT, 2022).

A afetividade permite acercar-se do outro, sintonizar-se com ele e, portanto, é um aspecto chave na relação educativa. Favorece o que podemos chamar de aliança educativa entre professor e aluno. A educação, de fato, é um processo de natureza relacional no qual a afetividade assume grande importância tanto na construção de significados compartilhados, como na aproximação, o encontro, a compreensão e na mudança pessoal (BORGES; ALBRECHT, 2022, p.9).

Ainda por cima, de acordo com Borges e Albrecht (2022, p.9), é importante salientar que não se trata "de que os docentes sejam psicólogos, mas sim que adquiriam a afetividade e as habilidades comunicativas necessárias para desenvolver seu trabalho em contextos heterogêneos e em situações eventualmente difíceis". A



relação educativa, portanto, requer uma cautela, para que se tenha o equilíbrio entre cognição e emoção, pois à medida que o professor contribui para o processo de construção de conhecimento deste aluno, também deixa marcas em sua personalidade, dando base para relações de personalização do professor com o educando, visto que, cada um tem a sua necessidade própria neste processo que é tão individual.

A afetividade só é incitada por meio da vivência, na qual o professor-educador institui em um vínculo de afeto com o estudante. A criança precisa de equilíbrio emocional para se envolver com a aprendizagem. O afeto sem sombra de dúvidas é uma maneira eficaz de se chegar perto do educando e a ludicidade, em parceria, é também um caminho para estimular e enriquecer, para que se atinja uma totalidade no processo do aprendizado efetivado. (BORGES; ALBRECHT, 2022, p.13).

Em suma, a afetividade constantemente presente no contexto escolar não é simples ou fácil, mas precisa ser algo ao qual estejamos atentos e melhorando sempre que possível. Além disso, a afetividade no contexto escolar nos remete ao domínio da psicologia do desenvolvimento, portanto, o processo de ensino-aprendizagem precisa favorecer os conhecimentos prévios do aluno e suas múltiplas vivências, e a afetividade neste contexto proporciona não somente um ambiente agradável para professor e aluno, mas sim uma educação humanizadora voltada para a transformação do indivíduo e da sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dado o exposto, ao abordar a afetividade como eixo central da pesquisa, o estudo se propôs a descrever algumas contribuições da afetividade, bem como algumas influências da pandemia, no desenvolvimento infantil dentro do contexto educacional. Buscou-se, portanto, definir a afetividade e como ela se desenvolve na infância, analisar a importância do contexto educacional no desenvolvimento da criança, e identificar os prejuízos que a pandemia trouxe para o desenvolvimento infantil. Salientamos que a afetividade, no contexto escolar, contribui não só para o processo de ensino-aprendizagem como também para as relações sociais da criança principalmente no meio familiar.

Piaget mostrou que a afetividade tem uma grande contribuição para o processo de aprendizagem, ajudando na cognição e principalmente nas suas relações sociais. É através dela que podemos expressar os nossos sentimentos e emoções negativas ou positivas considerando o meio em que a criança está envolvida. A discussão também mostrou o impacto que a pandemia trouxe para o desenvolvimento infantil. Levando muitas crianças ao isolamento e conseqüentemente uma alteração na sua rotina, afetando o seu desenvolvimento e suas relações sociais, principalmente escolar.

Os estudos mostraram também o quanto muitas crianças sofreram estresses e outros tipos de situações relacionados a saúde mental alterando toda sua rotina e seu crescimento no âmbito escolar. E por fim, a afetividade no contexto escolar ajuda a criança em seu processo de desenvolvimento fazendo com que ela tenha marcas positivas no seu contato não só com os professores como também em suas relações sociais como um todo. Tendo em vista que o assunto é bem amplo e que existem lacunas a serem preenchidas, reiteramos, contudo, a importância da continuidade dos estudos sobre a temática afetividade e sua relevância no contexto escolar.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Como ensinar com afetividade**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

ARANTES, V. A. **Afetividade no cenário da educação**. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.

BARBOSA, E. dos S. Afetividade no processo de aprendizagem. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 41, 27 de outubro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/41/afetividade-no-processo-de-aprendizagem>

BORGES, J. F.; ALBRECHT, A. R. M. **A afetividade no processo de ensino e aprendizagem**. Disponível em:

<https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1006/AAFETI~1.PDF?sequence=1> HYPERLINK  
["https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1006/AAFETI~1.PDF?sequence=1&isAllowed=y"](https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1006/AAFETI~1.PDF?sequence=1&isAllowed=y)&  
 HYPERLINK  
["https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1006/AAFETI~1.PDF?sequence=1&isAllowed=y"](https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1006/AAFETI~1.PDF?sequence=1&isAllowed=y)isAll  
 owed=y. Acesso em: 06 de outubro de 2022.

CRESPI, L.; DE OLIVEIRA LIMA, C. S. **Desenvolvimento infantil em tempos de pandemia: analisando o contexto e os possíveis impactos**. 2021. Disponível em:

[https://www.casaletras.com/files/ugd/4a0b98\\_ce3d4942607a406cb5288ec4a751e78e.pdf#page=70](https://www.casaletras.com/files/ugd/4a0b98_ce3d4942607a406cb5288ec4a751e78e.pdf#page=70). Acessado no dia: 07 de outubro de 2022.

DA SILVA, A. C. P. *et al.* Efeitos da pandemia da COVID-19 e suas repercussões no desenvolvimento infantil: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14320>. Acessado no dia 07 de outubro de 2022.

DALPIAZ, P. C.; BRAATZ, K Reflexos do desenvolvimento infantil durante a pandemia. Editora realize. **Anais...** VII congresso nacional de educação. Brasília, 2021. Disponível em:

[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO\\_EV150\\_MD1\\_S\\_A109\\_ID4050\\_02092021170635.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_S_A109_ID4050_02092021170635.pdf). Acessado no dia 07 de outubro de 2022.

GRINDERGAS, D. A GERAÇÃO Covid: o impacto da pandemia no desenvolvimento das crianças. **Revista saúde**, 2022. Acessado no dia: 09 de outubro de 2022. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/familia/a-geracao-covid-o-impacto-da-pandemia-no-desenvolvimento-das-criancas/>.

LIMA, R. V.; SOARES, A.L.V.; COSTA, L.C. Impactos da pandemia de covid-19 no desenvolvimento infantil: uma revisão de literatura. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 2, n. 4, p. 177-177, 2021.

LINHARES, M. B. M.; ENUMO, S. R. F. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 37, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CrYD84R5ywKWBqwbRzLzd8C/abstract/?lang=pt>. Acessado no dia 07 de outubro de 2022.

MISSAWA, D. D. A. A todo vapor, sem pensar e distraído: Relação entre afetividade e inteligência em crianças com o déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). **Tese doutorado em psicologia**. UFES, Vitória, ES, p. 164. 2017.

SILVA, K. G. S.da. *et al.* Afetividade como prática metodológica na educação infantil: uma revisão narrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14053>. Acesso em: 06 de outubro de 2022.

SILVA, P. M. da. Influência da afetividade no desenvolvimento cognitivo de alunos do ensino fundamental e ensino médio: uma revisão bibliográfica. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Rio Claro, 2022. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216830/silva\\_pm\\_tcc\\_rcla.pdf?sequence=4](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216830/silva_pm_tcc_rcla.pdf?sequence=4) HYPERLINK  
["https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216830/silva\\_pm\\_tcc\\_rcla.pdf?sequence=4&isAllowed=y"](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216830/silva_pm_tcc_rcla.pdf?sequence=4&isAllowed=y) & HYPERLINK  
["https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216830/silva\\_pm\\_tcc\\_rcla.pdf?sequence=4&isAllowed=y"](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216830/silva_pm_tcc_rcla.pdf?sequence=4&isAllowed=y) isAllowed=y. Acesso em: 06 de outubro de 2022.

SILVA, R. S. A importância da afetividade no ensino de ciências e matemática. **RECIMA 21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v.3, n.5, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1448>. Acesso em: 06 de outubro de 2022.

TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon**. Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

## MEDICAMENTALIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DA VIDA: NARRATIVAS CONSTRUÍDAS NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Beatriz Barcellos Baia<sup>1</sup>,  
Gabriela Domingues de Souza<sup>1</sup>,  
Nicolli Plaster Fachetti<sup>1</sup>,  
Gustavo Tassis Baptista<sup>2</sup>

1. Acadêmicos do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória;
2. Mestre em Psicologia - Docente orientador.

### RESUMO

O objetivo desta pesquisa se deu através de uma investigação acerca da relação que os estudantes de graduação em Psicologia do Centro Universitário - Multivix estabelecem com a medicamentação e o uso de medicamentos psicotrópicos. O estudo de campo foi conduzido de forma online, através de um formulário estruturado na plataforma Google Forms, utilizando-se perguntas objetivas e discursivas; a análise das respostas coletadas foi realizada através das técnicas de análise descritiva simples e de conteúdo de Bardin. No estudo, observou-se que apesar da graduação exercer uma forte influência na construção de um pensamento a respeito do conteúdo, ainda há um evidente desconhecimento teórico acerca da medicamentação como um fenômeno que atravessa a prática e saber psi.

**Palavras-Chave:** medicamentação; medicalização; psicotrópicos; saúde mental.

### INTRODUÇÃO

É na década de 1950 em que se desenvolvem os psicofármacos, sendo a psiquiatria a primeira área da medicina a utilizá-los como ferramenta. Essa terapêutica, definida como psicofarmacoterapia, faz uso de substâncias químicas que agem diretamente no comportamento, humor e/ou cognição (AGUIAR E ORTEGA, 2004). Destaca-se que a natureza dessa prática é, principalmente, empírica, visto que as possíveis etiologias e mecanismos biológicos das doenças mentais e do sofrimento psíquico não estão definidas suficientemente (JORGE, 2019).

O primeiro psicotrópico utilizado foi a clorpromazina no Centro Hospitalar Sainte-Anne em Paris, o tratamento se dava em pessoas internadas em estado grave com a intenção de interromper seus delírios (AGUIAR & ORTEGA, 2004). Desde o início da utilização desses medicamentos no tratamento psiquiátrico, essa prática se

desenvolve através de um uso excessivo, associado a outras formas inadequadas de intervenção (GUIMARÃES *et al.*, 2013). Portanto, com a finalidade de suprimir a sintomatologia dos transtornos mentais pode-se considerar que a medicalização foi empregada de forma indevida, onde por vezes o seu objetivo principal não foi a diminuição do sofrimento psíquico.

Atualmente, pode-se observar este caráter na atuação do Ministério da Saúde nos efeitos da pandemia na saúde mental da população,

embora haja o reconhecimento na portaria de que há “impactos sociais” da pandemia, a transferência de recursos públicos para a compra de psicotrópicos é proposta como solução, em um reducionismo extremo das complexas consequências sociais da pandemia a algo de ordem puramente biomédica. (GARCIA, AMORIM, RODRIGUES & MENDONÇA, 2022, p.102).

Ainda segundo os autores, nota-se um alto investimento para compra de psicotrópicos. Em setembro de 2020 houve a liberação orçamentária de aproximadamente R\$650 milhões para a aquisição desses medicamentos, um valor quatro vezes maior do que a quantia atribuída para Rede de Atenção Psicossocial.

Esse movimento que coloca em desvantagem as políticas públicas de suporte psicossocial expõe uma lógica contrária a Reforma Psiquiátrica e impacta diretamente nas medidas que são tomadas. Nessas circunstâncias, a promoção e recuperação da saúde através de terapêuticas medicamentosas encontra dilemas nas raízes de sua prática relacionados à medicalização da vida e à medicamentalização.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **PATOLOGIZAÇÃO E O DISCURSO DA MEDICALIZAÇÃO DA VIDA**

O horizonte em que a medicina se desenvolve é pautado na ideia de racionalidade e na nosografia patológica, é concebido uma estrutura natural às doenças e a prática médica fica submetida à sua classificação (BEZERRA e PINHEIRO, 2019). Neste paradigma, a psiquiatria clássica floresce baseada em estratégias medicalizantes e no controle e higiene da sociedade, sua institucionalização parte da patologização de hipotéticas anormalidades (GARCIA et

al., 2022). Em outras palavras, a doença mental é produzida através do saber-poder adquirido pela medicina psiquiátrica.

Segundo Zanello (2018), no século XX, a prática taxonômica é fortalecida com a disseminação de guias classificatórios, como o *Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM*. Dessa forma, o transtorno mental passa a ser traduzido a partir da presença ou ausência de sintomas, havendo assim a patologização do normal. Para a autora, uma das limitações que essa prática encontra se constitui na própria definição do que é um sintoma:

No caso dos sintomas em psicopatologia é fundamental pensar no processo de *semiosis*, o qual implica a participação da linguagem e dos valores (históricos) de cada cultura. (...) Assim, o que será considerado “sintoma” de algum mal-estar (ou seja, pertencendo a alguma taxonomia ou classificação local de adoecimento - no nosso caso, de transtorno mental, para a psiquiatria) varia bastante. (ZANELLO, 2017, p. 53.)

Tal práxis captura elementos sociais, históricos, econômicos, políticos e pedagógicos em explicações que perpassam por um reducionismo biológico e uma lógica individualizante. Em síntese, esse fenômeno, conceituado como patologização, atribui status de doença a questões comuns do cotidiano, relacionando-se aos processos de medicalização.

## MEDICALIZAÇÃO E MEDICAMENTALIZAÇÃO

Em 2019, o Ministério da Saúde divulgou uma cartilha com informações e orientações para fomentar o uso racional de medicamentos de forma mais autônoma e consciente. Nesse documento, encontra-se o conceito de medicalização, sendo ele baseado no *Fórum sobre Medicalização da Educação e da Saúde*, exposto através da seguinte colocação:

(...) uma racionalidade determinista que desconsidera a complexidade da vida humana, reduzindo-a a questões de cunho individual, seja em seu aspecto orgânico, psíquico, ou em uma leitura restrita e naturalizada dos aspectos sociais. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019, p.13)

A medicalização é um fenômeno social extenso que engloba a vida em suas diferentes esferas, desde aspectos sociais e econômicos até condições comuns da existência. Isto posto, apesar do que o nome sugere, a medicalização perpassa por campos que vão além do uso ou não de medicação. Conforme Amarante (2007), essa questão foi o que possibilitou o surgimento da medicamentação, a qual o conceito também pode ser encontrado na cartilha produzida pelo Ministério da Saúde:

(...) se refere ao uso de medicamentos em situações que, anteriormente, não eram consideradas problemas médicos e, consequentemente, não existia um tratamento farmacológico para tal. Portanto, a medicamentação pode ser considerada uma das consequências da medicalização. (Ministério da Saúde, 2019, p. 13)

Ou seja, a medimentação, se deu através das práticas de medicalização, fazendo uma interseção com a sociedade contemporânea e medicalizando aquilo que previamente não era descrito como patologia.

A medicamentação tem mais a ver com o controle; é sustentada por uma lógica de saber-poder hierárquica, em que o médico detém autoridade máxima em relação aos tratamentos, utilizando prescrições como única solução terapêutica possível. Passam a patologizar as angústias que atravessam a maioria dos indivíduos e que até então não eram vistas como enfermidade psíquica, respaldados pelo argumento de procurar a cura do sofrimento, medicamentam os pacientes (BEZERRA *et al.* 2014).

Foucault (1979) argumenta sobre o conhecimento absoluto e os valores morais sob a perspectiva de um fenômeno histórico, expõe os diferentes tipos de poder e seus funcionamentos. O poder que é exercido a um grupo de pessoas específicas ou uma população, é chamado biopoder e busca adestrar os corpos tornando-os dóceis. Ao escrever o livro *O Nascimento da Clínica*, Foucault fala sobre o momento em que a medicina passa a nomear-se como medicina científica, e expõe rupturas no saber médico. No que tange a este contexto que se desdobrava, o filósofo diz que: “os doentes tendem a perder o direito sobre o seu próprio corpo, o direito de viver, de estar doente, de se curar e morrer como quiserem, e por conseguinte sua autonomia” (Foucault, 1979, p. 97). É dessa forma que a medicina adquire um tom moral baseado em um ideal de saúde.

## **SAÚDE MENTAL E PSICOTRÓPICOS**

O fazer produzido no âmbito da Saúde Mental, sob forte influência da Reforma Psiquiátrica, tem como pressuposto a crítica à medicalização da vida como estratégia de tratamento. Com isso, não se pretende negar a experiência do adoecimento e do sofrimento psíquico, se trata da construção de uma perspectiva onde a doença mental é entendida como um fenômeno que existe a partir da experiência do sujeito e sua relação com o mundo, não uma entidade clínica a ser medicalizada e curada (LEAL e MUÑOZ, 2019).

Nesse novo pensamento o cuidado passa a ser construído com um olhar integral às pessoas em sofrimento psíquico. De acordo com Soalheiro (2019), essa perspectiva consiste em “um cenário que inclui novas práticas que querem se sustentar fora do monólogo da razão sobre a loucura, e dos abusos de poder, buscando a construção de um saber compartilhado”. Portanto, pode-se considerar que há a inclusão da dimensão subjetiva como uma importante esfera de análise e intervenção, diferente do paradigma anterior.

A psicofarmacoterapia ainda é uma das principais estratégias terapêuticas utilizadas na atenção à saúde mental, mas não é entendida como única alternativa possível. Existe a necessidade de ser utilizado em paralelo psicoterapias, intervenções psicossociais e outras estratégias de cuidado, que integradas garantem a produção de saúde com pessoas com transtornos mentais e/ou em processo de adoecimento psíquico (JORGE, 2019). Entretanto, pontua-se que mesmo com o surgimento desse recente paradigma, ainda é possível observar questões acerca do uso problemático dos medicamentos psicotrópicos.

## **O USO INDISCRIMINADO DOS MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS**

Em relação à definição dos medicamentos psicofármacos, considera-se eles como aqueles que produzem transformações comportamentais, perceptivas, emocionais, como também modificações no pensamento (MOURA *et al.*, 2016). Quando utilizados de forma indevida, em consequência de orientações errôneas, uso por tempo exagerado ou dosagem inadequada, são capazes de acarretar problemas, como a dependência (JORGE, 2019).



Em consideração a essa questão de saúde, esses fármacos só podem ser administrados a partir de uma série de normas. Para a sua aquisição formal, há a necessidade de receita emitida por profissionais habilitados e com os campos de identificação do emitente e do usuário, nome do medicamento, data de emissão, assinatura do prescritor e identificação de registro, apropriadamente preenchidos. Entretanto, mesmo com todos esses cuidados, o uso de psicotrópico muitas vezes é feito de forma desordenada, seja pela obtenção de maneira ilegal ou por recomendação médica indevida (BRASIL, 1998).

No cenário nacional, aproximadamente vinte mil pessoas falecem por ano em virtude da automedicação, esse fenômeno tem afetado principalmente jovens adultos. Dentro desse contexto, diferentes classes de fármacos se relacionam com diferentes questões da sociedade. Como exemplo, no que toca aos medicamentos ansiolíticos, é possível relacionar seu uso ao caráter imediatista da sociedade moderna (DUARTE *et al.*, 2020).

Não é incomum pessoas com sintomas depressivos, ansiosos, de insônia e/ou estresse, busquem nos tratamentos medicamentosos formas de aliviar suas angústias. No entanto, ao serem administrados de forma incorreta, podem acarretar em um agravamento destes quadros acentuando o sofrimento (RAMOS, 2020). Dessa forma, a respeito dessa problemática, conclui-se:

A curto prazo, a utilização de determinada substância a partir de orientação e prescrição para fim terapêutico pode ser positiva, entretanto, certamente será negativa caso seja aplicada ininterruptamente a longo prazo e sem acompanhamento médico ou farmacêutico. (RAMOS, 2020, p. 1)

Face ao exposto, percebe-se que a produção de saúde a partir da estratégia medicamentosa depende da relação que se estabelece com a sua forma de utilização. Ainda sobre essa questão, entende-se que diferentes grupos sociais apresentam sua própria particularidade ao que tange essa problemática. À vista disso, elabora-se o vínculo entre estudantes de psicologia e o uso dos medicamentos psicotrópicos

## **USO DE PSICOTRÓPICOS EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA**

Observa-se que no Brasil há a predominância do uso de drogas entre a população jovem sendo o meio universitário um ambiente que se percebe o aumento

deste consumo. (WANSCHER *et al.*, 2014). Para além do crescimento do consumo nas universidades como um todo, estudos também demonstram diferenças entre cursos, como o estudo realizado na Instituição de Ensino Superior Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), no Ceará, que investigou como os estudantes do curso de Psicologia se relacionam com o uso de psicotrópicos.

O resultado mostrou que as substâncias psicoativas mais consumidas pelos alunos, são os antidepressivos, os ansiolíticos, a maconha e o álcool. Quanto ao uso de psicotrópicos, o estudo possui relatos semelhantes, que acreditam que os psicotrópicos deveriam ser uma alternativa terapêutica secundária, ou em último caso quando outros recurso já foram esgotados, mostrando que parte dos participantes acredita na eficácia do tratamento, mas não como fonte primária, e sim associado a psicoterapia. As considerações finais deste estudo mostram que,

Os discursos prevalentes na pesquisa remetem à ideia da eficácia terapêutica farmacológica associada à psicoterapia, dos psicofármacos como uma opção terapêutica viável para o tratamento dos transtornos mentais e dos resultados positivos relacionados ao uso de psicotrópicos. Além disso, dentre os motivos que levam os acadêmicos a fazer uso de psicotrópicos, foi possível identificar: ansiedade, insônia, estresse, irritabilidade e responsabilidades acadêmicas. (DUARTE *et al.*, 2020, p. 61)

Logo, por essa pesquisa, entende-se que os estudantes de Psicologia, além de ser uma categoria que utiliza estratégias medicamentosas, acreditam na eficácia dos psicotrópicos associados à psicoterapia. Por fim, frente ao apresentado, notou-se a relevância da Psicologia e suas contribuições acerca da psicofarmacologia, bem como a necessidade da compreensão da relação que os estudantes desse curso têm construído com o uso dos psicotrópicos e, também, as possíveis influências da graduação nessa conjuntura.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa é referente ao uso de psicotrópicos no campo da Saúde Mental e sua relação com a medicalização da vida no contexto da graduação em Psicologia, dispondo como fonte informativa de análise a pesquisa de campo. A classificação desse tipo de estudo pode ser compreendida a seguir:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (...). (GONSALVES, 2001, p. 67).

Nesse caso a proximidade com o grupo a ser estudado se deu de forma virtual e o levantamento de dados para a investigação do fenômeno ocorreu através de um questionário estruturado com perguntas objetivas e discursivas sobre a temática.

O público-alvo foram estudantes de psicologia do Centro Universitário Multivix - Vitória. Para instrumento de coleta de dados criou-se um formulário na plataforma on-line, Google Forms, este foi divulgado pela coordenação do curso através do aplicativo de mensagens instantâneas, WhatsApp, nos grupos das turmas do 1º ao 10º período da graduação. As respostas foram recebidas do dia 27 de setembro ao dia 11 de outubro de 2022. Neste tempo, a pesquisa contou com a participação de 58 pessoas, no entanto, foram descartados 27 formulários devido ao critério de exclusão pré-estabelecido, onde todas as perguntas discursivas deveriam estar preenchidas, consequentemente apenas 31 formulários foram considerados.

As respostas objetivas passaram pela análise descritiva simples e, a partir destes resultados, deu-se a construção de gráficos e tabelas. Para a elaboração da análise de conteúdo acerca das respostas das perguntas abertas, adotou-se o método desenvolvido por Laurence Bardin, que segue três principais etapas: a organização, fase onde ordena-se as informações em um sistema funcional; a codificação, onde irá transformar os dados através de recortes específicos em grupos de conteúdo e, por último, a categorização, onde é feita a classificação final das informações baseadas em critérios estabelecidos durante a pesquisa. (BARDIN, 2015, p. 124).

Em síntese, com base em metodologias de análise, elaborou-se o tratamento dos resultados com o resgate de argumentações prévias e do referencial teórico, a fim de estabelecer conclusões acerca da discussão proposta sobre a graduação em Psicologia e a medicalização da vida.

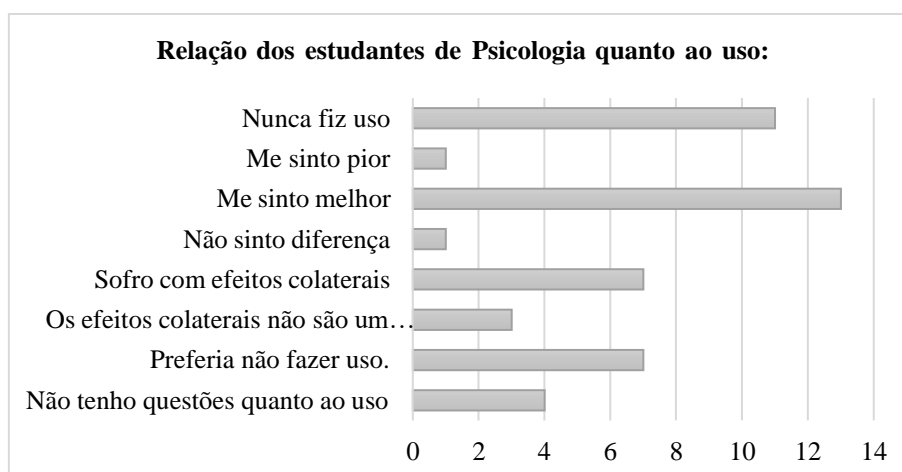
## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

### **CONSTRUÇÕES INICIAIS SOBRE A ESTRATÉGIA MEDICAMENTOSA E A GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

O questionamento inicial foi a respeito do conhecimento prévio sobre estes fármacos, onde 27 participantes (87,10%), afirmaram saber do que se tratava e apenas quatro participantes (12,90%) expuseram não conhecer essas substâncias. Sobre sua utilização, 20 estudantes (65%) alegaram já terem feito em algum momento. Ao serem perguntados sobre a forma de acesso a esses cuidados, nenhuma pessoa respondeu que se dá através das Redes Públicas, 21 (67,74%) acessam por meio privado, 11 (35,48%), por meio de plano de saúde e 4 (12,9%) não acessam.

A fim de melhor compreender esta ligação, indagou-se sobre as vivências dos estudantes que utilizam os psicofármacos como estratégia de tratamento. Nesta etapa do formulário os participantes poderiam escolher uma ou mais afirmações que se identificavam, como exposto no gráfico a seguir.

Gráfico 1

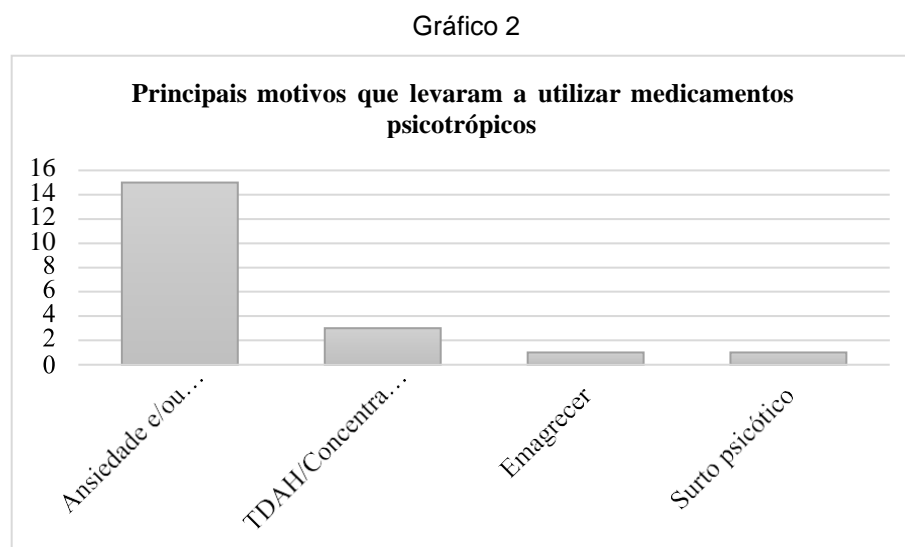


Das pessoas que fazem uso de psicotrópicos, 13 participantes, a maioria (65%), relatou se sentir melhor, ainda assim 7 participantes, sendo uma parte expressiva (35%), apontou preferir não os utilizar. Portanto, é possível observar que os efeitos positivos, garantidos pela estratégia medicamentosa, podem não ser o suficiente para se pensar a produção de saúde mental e a garantia do bem-estar das pessoas em sofrimento psíquico.

Frente ao exposto, reitera-se a necessidade da construção de práticas de cuidado conjuntas à psicofarmacoterapia (JORGE, 2019). Ao serem construídos questionamentos acerca das estratégias utilizadas, de forma paralela ou não ao uso de medicamentos, 5 participantes (16,12%) não recorrem a outras práticas, 17

(54,83%) afirmaram fazer análise ou psicoterapia, enquanto 6 (12,35%) acessam terapias alternativas. Por fim, de forma pontual, 4 (12,9%) apontaram possíveis práticas de cuidado como o exercício físico, a meditação e as atividades religiosas.

Outro ponto levantado foi a motivação por trás do uso dos medicamentos psicotrópicos, exposto no Gráfico 2. A questão foi abordada no formulário de maneira aberta para os participantes, assim quatro categorias de respostas surgiram.



Em síntese, os dados mostram que 15 (75%) alunos que fazem o uso dos psicotrópicos relatam sintomas de ansiedade e/ou depressão, já as queixas de TDAH e concentração somam 3 (15%) respostas. De forma secundária, surgem questões relacionadas ao emagrecimento e ao surto psicótico, que representam 1 (5%) cada.

À vista das motivações que levaram o emprego de terapêuticas medicamentosas nos participantes, resgata-se a discussão acerca da patologização de singularidades da vida. Como exemplo, têm-se a problematização do *choro* como sintoma da *tristeza*, proposta por Zanella (2018) sob a perspectiva de gênero. Segundo a autora, chorar é uma expressão motivada em mulheres e inibida nos homens, portanto, quando colocada como critério diagnóstico da depressão favorece a prevalência desse transtorno no grupo feminino. Conclui-se que determinados quadros sintomáticos podem propiciar o diagnóstico de algumas patologias em certos grupos sociais e, em contrapartida, dificultar em outros.

Seguidamente, a pesquisa levantou dados acerca da comunicação de profissionais da saúde sobre os medicamentos psicotrópicos, bem como informações

sobre o acompanhamento médico no caso de sua utilização. Ao total, 25 pessoas (80,64%) alegaram já ter recebido alguma orientação informativa sobre essas substâncias, a maioria, 8 participantes (25,80%) a avaliou como regular e apenas 3 (9,67%), classificou como excelente. Já em relação à supervisão médica, 16 estudantes (80%), que utilizam a estratégia medicamentosa são ou já foram acompanhados, frente a 4 (20%) que durante o processo de medicação nunca foram assistidos por um profissional da medicina.

Analizou-se em uma escala de um a cinco, conforme os Gráficos 3 e 4, a crença dos estudantes a respeito do uso de medicamentos psicotrópicos na atenção à saúde mental.

Gráfico 3

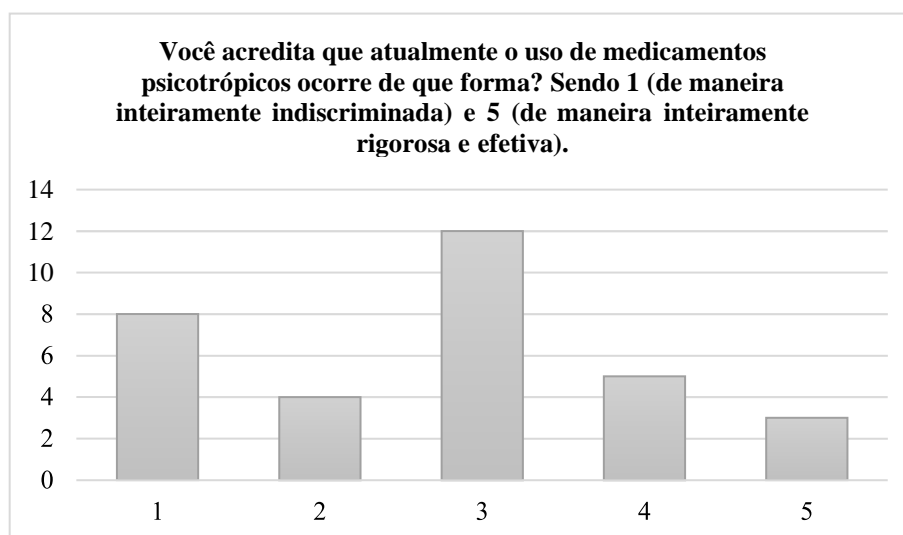
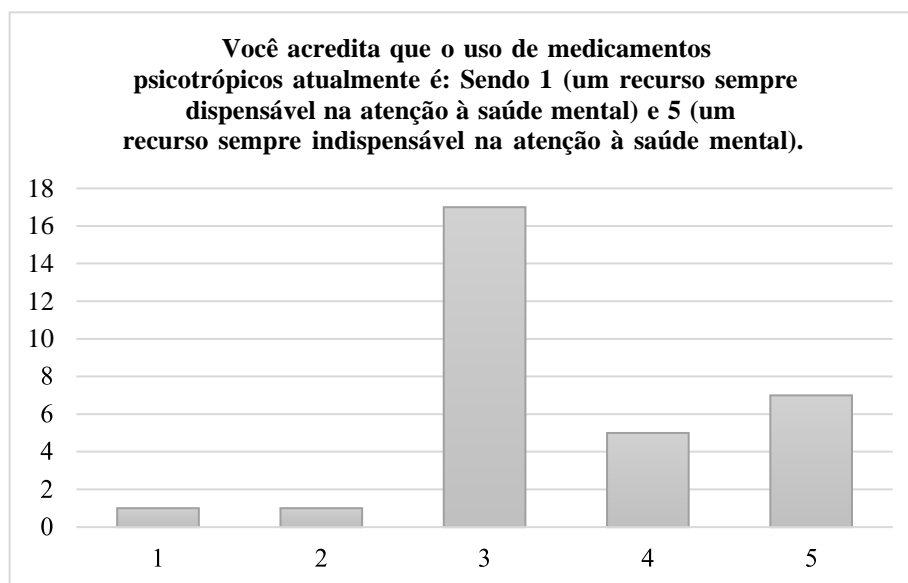


Gráfico 4



Relativo a como os estudantes entendem que psicofarmacoterapia vem sendo utilizada, 12 (38,70%) das respostas apontam para a rigorosidade e efetividade mediana deste uso, seguido de 8 respostas (25,80%) que entendem o uso de maneira inteiramente indiscriminada.

Quando perguntados sobre a indispensabilidade desses medicamentos na atenção à saúde mental, 17 (54,83%) dos participantes optaram pela resposta intermediária, acreditando haver um balanço entre as duas medidas de necessidade. Já 12 (38,70%) dos participantes, enxergaram a estratégia medicamentosa como quase ou indispensável, esse posicionamento se relaciona inversamente às novas perspectivas em saúde mental que incluem a dimensão subjetiva na construção do plano terapêutico e retiram da medicação o status principal.

## **NOTAS SOBRE A MEDICALIZAÇÃO DA VIDA E A GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Os quadros a seguir foram realizados seguindo os passos da análise de Bardin, neles constam as respostas coletadas nos formulários. O primeiro quadro apresenta o que pensam os alunos e o que eles acreditam ser a opinião de terceiros sobre o assunto proposto, no segundo o foco é a relação dos psicotrópicos com a graduação de Psicologia. Os dois últimos quadros são direcionados à área da medicalização, enquanto um é relacionado ao saber sobre o assunto, o outro é

direcionado à influência da Graduação em Psicologia. A partir desta lógica, foram delineadas quatro categorias sendo elas: Os Medicamentos Psicotrópicos e Seus Sentidos, Influência da Graduação em Psicologia na Concepção e Relação com os Psicotrópicos, Apontamentos sobre a Medicamentação e Narrativas Sobre a Medicamentação Construídas a Partir da Graduação.

## OS MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS E SEUS SENTIDOS

Nesse quadro, objetiva-se entender as perspectivas que atravessam e produzem sentido ao uso dos medicamentos psicotrópicos. Para isso, o processo de análise se deu através do levantamento do juízo de valor dos alunos de psicologia e como eles acreditam que seja os valores da sociedade em relação à essa substância. Encontra-se no quadro abaixo as principais respostas elaboradas no formulário:

Participante	Resposta
1	"Só quem é doido usa"
2	"Que pode tomar ou parar sem orientação profissional"
7	"Acham que é a cura e não procuram maneiras alternativas"
17	"muitos tem preconceito enquanto muitos fazem uso abusivo"
30	"Existem muitos tabus dentro da saúde mental e o uso de medicação é um dos mais fortes. Poucas pessoas, apesar do número estar aumentando, tem consciência da importância e necessidade, quanto este for o caso, do uso de psicotrópicos."
14	"Acho que depende do contexto de cada pessoa, em alguns casos é necessário a utilização em outros não, mas o uso tem que ser feito com acompanhamento psicológico e médico"
16	"Acho importante no processo de tratamento em saúde mental, porém não a única via,"
22	Pode ajudar, mas não deve ser uma muleta
30	"Eu acredito ser importante e indispensável. No entanto deve haver uma avaliação e acompanhamento rigoroso do paciente e utilizar a medicação como uma ajuda temporária, a depender do transtorno e do estado do paciente."
31	Sou contra uso de qualquer tipo de medicamentos, acredito nos tratamentos alternativos.
4	"é algo muito importante dependendo do caso, mas completamente dispensável em outros, psiquiatras precisam ter o cuidado de não generalizar."

É observado a prevalência de perspectivas moderadoras que atribuem um sentido ponderado ao uso da estratégia medicamentosa. São apontadas como questões de análise da necessidade do manejo de psicotrópicos a avaliação do paciente, seu processo subjetivo, o acompanhamento profissional, a periodicidade e



o emprego de intervenções de cuidado de forma paralela à medicação. Percebe-se, nessa produção de significado, a influência das novas perspectivas em Saúde Mental. Como um contraponto, também foi possível observar perspectivas negativas por parte dos estudantes, como exemplificado na resposta do participante 31.

De outra maneira, as respostas que contemplam os valores da sociedade sobre a psicofarmacoterapia apontam para o estigma e uso inadequado. Em relação à valoração negativa atribuída socialmente, é possível relacioná-la aos espaços de saber-poder atribuídos pela medicina e o preconceito contra a figura da loucura. Já no que tange sua utilização inadequada, reitera-se as adversidades causadas, como a dependência química, o agravamento do quadro e, até mesmo óbitos (DUARTE *et al.*, 2020).

### **INFLUÊNCIA DA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NA CONCEPÇÃO E RELAÇÃO COM OS PSICOTRÓPICOS**

Os destaques abaixo informam a respeito da influência do curso de psicologia nos seus alunos, tanto em relação ao uso de medicamentos psicotrópicos de maneira geral, quanto às concepções e ideias formadas sobre essa utilização na área da saúde mental. Entende-se que o curso de psicologia traz uma carga teórica, emocional e de trabalho que atravessa as motivações para a busca da psicofarmacologia, como é possível observar, a seguir:

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>
21	“Sim. Falta de atenção em atividades e aulas, tanto presencial, como online. Dificuldade em estudar. Ao afetar mais pessoas recorri ao uso de medicamentos.”
6	“Poucas vezes. Geralmente por ansiedade ou estresse com matérias/professores.”
25	“Pelo curso de psicologia diretamente não, mas para dar conta das demandas do trabalho.”
18	“Nunca! Mas acredito q oq leva o estudante recorrer a isso é o nível de estresse que acabamos tendo com a graduação + trabalho entre outros...”
19	“Não. Fiz uso antes da graduação”
8	“Não deve ser a principal ou única fonte de cuidados com a saúde mental. Pode ser imprescindível para equilibrar a química do cérebro para que se possa dar continuidade ao tratamento com psicólogo e outras ações relevantes como atividade física e alimentação.”
11	“Acho que a prescrição de medicamentos só se faz após uma boa avaliação, então não vejo mal se o profissional prescrever como opção no tratamento.”
20	“Não acredito que seja uma solução terapêutica. Ela é necessária em casos específicos.”

27	“É necessário avaliar cada caso para inserir a medicação, nos falamos muita da medicalização da vida.”
24	“Devem ser usados quando necessário, na maioria das vezes junto com a terapia e outras mudanças de hábitos.”
5	“Ainda não estudamos sobre esse assunto.”

O quadro revela que existe interferência das demandas da graduação para a utilização dessas substâncias, são mencionados fatores como atenção, estresse e ansiedade que se relacionam com esse ambiente. Também surgem apontamentos sobre o uso de psicotrópicos anterior ao curso de psicologia, que influem sobre outros aspectos da vida dos participantes.

Já ao que tange a influência das perspectivas trabalhadas em sala de aula, nota-se a forte presença da dimensão subjetiva na noção de cuidado quando o emprego de estratégias medicamentosas não assume um lugar de obrigatoriedade e/ou exclusividade. Nesse contexto, o cuidado reconhece um compromisso com a experiência vivenciada pelo sujeito e sua narrativa, e rompe com intervenções normatizadas e impessoais (SOALHEIRO, 2019).

## APONTAMENTOS SOBRE A MEDICAMENTALIZAÇÃO

Nesse momento do formulário, buscou-se investigar as narrativas construídas pelos estudantes de psicologia acerca da medicamentação. Os participantes foram questionados de forma direta sobre esse fenômeno, para que assim fosse possível identificar como esse conceito emerge. Segue abaixo as respostas avaliadas como mais pertinentes.

Participante	Resposta
28	“Muitas coisas, entre eles a falta de conhecimentos informação dos profissionais de saúde e da população em geral.”
23	“Não sei como funciona isso.”
13	“Vejo como um sintoma do poder da medicina sobre outros saberes.”
10	“Errado! Por isso é preciso de mais informações sobre o assunto! Divulgação, palestras... Qualquer coisa que informe o mundo sobre.”
29	“Fundamental pois se não houvesse uso dela e suas melhoras elas não entrariam como medicação no mercado.”

Compreende-se, de maneira pontual, como medicamentação o processo de patologização e, conseqüentemente, emprego da estratégia medicamentosa em

questões cotidianas (BEZERRA et al., 2014). O formulário aponta para um certo desconhecimento acerca desse fenômeno, como pode ser observado na resposta do participante 23 e até mesmo na resposta do participante 29, onde há um equívoco entre a definição desse processo e o medicamento propriamente dito. Ademais, outros apontamentos sobre esse fenômeno surgem, como a falta de informações e o poder atribuído à medicina.

## **NARRATIVAS SOBRE A MEDICAMENTALIZAÇÃO CONSTRUÍDAS A PARTIR DA GRADUAÇÃO**

Por fim, neste último quadro, ainda no que se refere às concepções acerca da medicalização, buscou-se compreender como a graduação em Psicologia constrói a narrativa desse fenômeno com seus alunos, através de um questionamento direto sobre a temática. Os principais apontamentos trazidos, foram:

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>
8	Fundamental pois se não houvesse uso dela e suas melhoras elas não entrariam como medicação no mercado.
9	De forma positiva.
12	Super, poderia dizer 70%, algo super necessário.
3	Conhecimento!
15	No momento, nenhum pensamento a respeito.
13	Acredito que nossos profissionais deveriam entender melhor nosso potencial e trabalhar melhor a interdisciplinaridade
14	Que em alguns casos é necessário, e em outros não, depende da necessidade de cada paciente. Mas acredito que a graduação influencia a pensar contra a Medicalização.

Apesar de ser notória a influência da graduação na formação dos conceitos empregados nesta discussão, este quadro confirma o que vem sendo analisado durante a pesquisa, uma falta de conhecimento acerca do fenômeno da medicalização, que por muitas vezes é confundido com a prática da medicalização, como é observável na resposta do participante de número 8, 9 e 10. Percebe-se a necessidade de introduzir uma maior familiarização com este tema entre estudantes da graduação de Psicologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações coletadas pela pesquisa, mostram que as principais causas do uso de psicotrópicos pelos estudantes do curso de psicologia de um centro universitário particular da cidade de Vitória no Espírito Santo são ansiedade e depressão. Quando questionados sobre informações recebidas acerca destes medicamentos, grande parte avalia que as explicações recebidas foram regulares, no entanto, menos de 10% afirma terem sido excelentes. Este fato corrobora com a ideia da lógica da contrarreforma, visto que o acesso e incentivo ao uso de psicotrópicos muitas vezes acontecem de forma indiscriminada. A pesquisa também revelou a predominância de usuários que enxergam o uso de psicotrópicos como uma ação secundária, associada a psicoterapia e outras práticas terapêuticas, assim sendo, estes estudantes de psicologia, confirmam a influência da graduação e acreditam no uso consciente dos medicamentos psicotrópicos.

Dado os fatos apresentados, é necessário achar meios de direcionar um maior cuidado no que se refere ao fenômeno da medicamentação, visto que ele nem sempre se apresenta de forma objetiva, por ser parte de um problema estrutural. Este motivo faz com que não se descarte a importância de uma atenção a este tema na grade curricular de Psicologia, assim com a discussão sobre políticas públicas em saúde mental, visando contrapor essa lógica da medicalização e medicamentação, possibilitando aos estudantes a formação de um pensamento crítico e abrindo caminhos para que futuros profissionais possam reivindicar espaços de luta. Para além do curso de psicologia é visto a necessidade de que essa discussão seja presente em outros cursos da área da saúde, assim como a replicação desta pesquisa nas mesmas áreas.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Marcela Peralva; ORTEGA, Francisco Javier Guerrero. Psiquiatria Biológica e Psicofarmacologia: a formação de uma rede tecnocientífica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.27, n. 04, p. 889-910, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/BCRhsckFYDRNyrHg4gs4mFr/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.
- AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007.
- ANDRADE, Arthur Guerra de *et al.* Fatores de risco associados ao uso de álcool e drogas na vida, entre estudantes de medicina do Estado de São Paulo. **Revista ABP-**

APAL, Biblioteca Virtual em Saúde, 1997. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/lil-226261>. Acesso em: 10 nov. 2022

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011.

BEZERRA, Adriano; PINHEIRO, Clara. Alhures Da Loucura: Um estudo arqueogenealógico sobre a produção da figura do doente mental. **Revista De Psicologia**, Ceará, v. 11, ed. 1, p. 95-110, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/42059>. Acesso em: 14 set. 2022.

BEZERRA, Indara Cavalcante *et al.* "Fui lá no posto e o doutor me mandou foi pra cá": processo de medicamentação e (des)caminhos para o cuidado em saúde mental na Atenção Primária. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 2014, v. 18, n. 48, p. 61-74. Disponível em: <https://www.scielo.br/jicse/a/SrLcmzsQHZMBJN6Lcjb6WK/?lang=pt>. Acesso em: 20. set. 2022.

CASTRO, Edgardo. A ilusão antropológica. *In: Introdução à Foucault*. Autêntica, 2015

CHAGAS, Julia; PEDROZA, Regina. Patologização e Medicalização da Educação Superior. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/jptp/a/hkWLpJzSKyzphR9vmhSHQ7D/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.

DUARTE, Maria Nathalia Francalino *et al.* Uso de Psicotrópicos entre alunos de graduação do Curso de Psicologia. **Id online: Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 14, n. 49, p. 51-63, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2288/3607>. Acesso em: 30 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. São Paulo: Forense Universitária, 1989.

GALDUROZ, J.C. *et al.* Trends in drug use among students in Brazil: analysis of four surveys in 1987, 1989, 1993 and 1997. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, v. 37, n. 4, p. 523-531, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/bjmb/a/SL8DRMK38DpdPKmtTZhbdFr/?lang=en#>. Acesso em: 20. out. 2022.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira *et al.* Contrarreforma psiquiátrica brasileira e medicalização do sofrimento mental na pandemia de Covid-19. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, ed. 49, p. 95-108, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/63525>. Acesso em: 14 set. 2022.

GONSALVES, E; GOMER, Josir; SALAS, Joan. **Controle de gestão: uma abordagem contextual e organizacional** ed. 2, São Paulo: Atlas, 1999

GUIMARÃES, Andrea *et al.* Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960 a 2000): histórias narradas por profissionais de enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 22, n. 2, p. 361-369, 2013.

JORGE, Marco Aurélio Soares. Terapêutica em Saúde Mental: psicoterapia e psicofarmacoterapia. *In: JORGE, Marco Aurélio Soares; CARVALHO, Maria Cecília de Araujo; SILVA, Paulo Roberto Fagundes da. Políticas e cuidado em saúde mental: contribuições para prática profissional*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019, p. 121-145.

LEAL, Erotildes Maria; MUÑOZ, Nuria Malajovich. Estratégias de intervenção em saúde mental. *In: JORGE, Marco Aurélio Soares; CARVALHO, Maria Cecília de Araujo; SILVA, Paulo Roberto Fagundes da. Políticas e cuidado em saúde mental: contribuições para prática profissional*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019, p. 75-95.

MARQUES, Ana; CRUZ, Marcelo. O adolescente e o uso de drogas. **Brazilian Journal of Psychiatry**. v. 22, p. 32-36, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/W8dy9cxjzbPSW48pHHCfWLj/?lang=pt#>. Acesso em: 1 nov. 2022.

MARTINS, André. Biopolítica: o poder médico e a autonomia do paciente em uma nova concepção de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. v. 8, n. 14, p. 21-32, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832004000100003>. Acesso em: 10 out. 2022

MOURA, Dean *et al.* Uso abusivo de psicotrópicos pela demanda da estratégia saúde da família: revisão integrativa da literatura. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, p. 136-144, 2016. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1048>. Acesso em: 7 out. 2022.

PORTARIA Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998. **Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde**, p. 1 - 47, 1998. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344\\_12\\_05\\_1998\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html). Acesso em: 28 out. 2022.

RAMOS, Martha. Psicotrópico x saúde mental. **Conselho regional de farmácia do Tocantins**, 2020. Disponível em: <http://crfto.org.br/psicotropicos-x-saude-mental/>. Acesso em: 25 out. 2022.

ROSA, Barbara; WINOGRAD, Monah. Palavras e pílulas: sobre a medicamentação do mal-estar psíquico na atualidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 37-44, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/mc8GbxhvsTdDfbPsK7PYRnc/?lang=pt>. Acessado em: 3 out. 2022.

SOALHEIRO, Nina Isabel. Políticas, Estratégias de Empoderamento e Transformação Social no Contexto Brasileiro do Movimento Pela Reforma Psiquiátrica. In: JORGE, Marco Aurélio Soares; CARVALHO, Maria Cecília de Araujo; SILVA, Paulo Roberto Fagundes da. **Políticas e cuidado em saúde mental: contribuições para prática profissional**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019, p. 279 – 295.

SOUSA, J. R de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 23 out.2022.

WANSCHER, Dienifer; PRADO, Geisa Percio; FRIGO, Jucimar. Uso de psicotrópicos por alunos do ensino superior. **Revista UNINGÁ Review**, v. 18, n. 2, p. 05-09, 2014. Disponível em: [https://www.mastereditora.com.br/periodico/20140501\\_121925.pdf](https://www.mastereditora.com.br/periodico/20140501_121925.pdf). Acesso em: 25. set. 2022.

ZANELLO, Waleska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. ed 1. Curitiba: Appris Editora, 2018.

ZANELLO, Waleska. Saúde mental, gênero e interseccionalidades. In: PEREIRA, Melissa; PASSOS, Rachel (org.). **Luta Antimanicomial e Feminismos: Discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017, p. 52-69.

## O ADOECER FEMININO NAS REDES SOCIAIS: TRANSTORNOS ALIMENTARES E DISMORFIA CORPORAL

Bárbara Malavazi Dell Antonio<sup>1</sup>  
Beatriz Malavazi Dell Antonio<sup>1</sup>  
Gabriely Nascimento Cabral<sup>1</sup>  
Daniela Bello de Carvalho<sup>2</sup>

1. Acadêmicos do curso de Psicologia - Centro Universitário Multivix

2. Mestre em Segurança Pública; Especialista em Terapia cognitivo-comportamental; Psicóloga - Docente orientadora

### RESUMO

O presente estudo tem por objetivo fazer uma análise bibliográfica, por meio de uma revisão narrativa de literatura, a respeito do contexto histórico dos padrões de beleza, bem como a estreita relação com as redes sociais e uma breve conceitualização acerca dos transtornos alimentares e de dismorfia corporal. A investigação possibilitou notar como esses conjuntos de fatores podem estar conectados a uma possível eclosão desses transtornos, oportunizando a obtenção de resultados como, por exemplo, percebeu-se que a alta exposição a determinados conteúdos possibilita e reforça comportamentos e modos de pensar a respeito das escolhas alimentícias. Verificou-se ainda como os impactos biopsicossociais no que tange ao ser mulher em nossa sociedade, tendo em vista o cenário atual, pois, nunca se houve tanta necessidade de investir em achados a respeito da percepção do corpo individual e as influências socioculturais que atravessam a população, em especial, a feminina, e o reforçamento de estereótipos e a insatisfação com a própria imagem.

**Palavras-chave:** Transtornos alimentares; Saúde da mulher; Redes sociais; Imagem corporal.

### INTRODUÇÃO

Podemos perceber que a insatisfação com a imagem corporal é uma das grandes questões que afetam o cotidiano de muitas pessoas e que ocasionalmente está relacionada ao sofrimento mental. Essa insatisfação é uma das características psicopatológicas de transtornos como os transtornos alimentares e o distúrbio corporal (FONTENELLE, LUNA, MOREIRA, NASCIMENTO, 2010).

Apesar de os primeiros relatos de casos de pacientes com anorexia nervosa (AN)<sup>1,2</sup> não mencionarem incômodo com a imagem corporal, detendo-se apenas nas alterações dos hábitos alimentares e do peso das pacientes, ainda no século XIX e no início do século XX, Jean Martin Charcot descreveu a ideia fixa de obesidade (*idée fixe d'obésité*) como um aspecto

psicopatológico central da AN (FONTENELLE, LUNA, MOREIRA & NASCIMENTO, 2010, p. 2).

Podemos verificar, então, que existem diferenças entre os transtornos alimentares e o transtorno dismórfico. Segundo o DSM-V (2013) existem alguns tipos de transtornos alimentares, porém dois deles, a anorexia nervosa (AN) e a bulimia nervosa (BN), possuem como característica principal uma forte preocupação com o peso e a forma corporal. Por este motivo, as pessoas que possuem esses dois tipos se submetem a dietas restritivas, métodos inadequados para perder peso e até mesmo a procedimentos invasivos e extremamente arriscados. Já o transtorno dismórfico corporal refere-se à percepção alterada que o paciente tem da própria imagem corporal (DSM-V, 2013).

Na literatura, os estudos indicam que ambos os transtornos estão relacionados predominantemente ao gênero feminino. Entende-se, portanto, que a pressão estética na mulher acontece de forma muito mais incisiva do que nos homens. A fabricação da beleza transforma, como norma para a mulher contemporânea, que ela é responsável pela sua beleza, isto é, não se trata mais da simples imposição de um padrão, mas sim da afirmação de que ela pode ser bela, basta querer. (NOVAES, 2013) mencionou que:

Cuidar do corpo em si, nos afirma a indústria cultural, é indispensável. O Binômio saúde-beleza, no qual o segundo termo é o determinante (a saúde possui um padrão estético estabelecido), nos é apresentado como o caminho legítimo e seguro para a felicidade individual (NOVAES, 2013, p.28).

Nesse sentido, durante a história, os ideais de beleza foram sofrendo alterações e as formas de controle e imposição foram se aperfeiçoando. Wolf (2020) aborda como o mito da beleza foi sendo introduzido e fortalecido por meio das revistas, as quais induz nas leitoras um desejo descontrolado e voraz de consumir certos produtos e, por conseguinte, estilos de vida e comportamento. Não tão distante dessa realidade estão as mídias sociais, que hoje funcionam da mesma forma, pois assim como nas revistas, refletem o controle sobre o feminino, onde a liberdade e poder das mulheres são podados através da preocupação com a beleza (WOLF, 2020).

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo elucidar, através de uma revisão bibliográfica narrativa de literatura, como as mídias sociais podem influenciar no desenvolvimento de transtornos alimentares em mulheres, tendo em vista a



retificação da beleza como valor social. Para tanto, será feita uma contextualização histórica acerca da evolução dos padrões de beleza ao longo dos séculos e de como o mito da beleza foi evoluindo e se aperfeiçoando de acordo com as tecnologias capitalistas.

## **A HISTÓRIA DA BELEZA**

A cultura da beleza e o culto ao corpo feminino marcam a história das mulheres desde a idade média até a contemporaneidade. Os denominados padrões de beleza sempre fizeram parte da história, mas notoriamente marcada e designada ao ser mulher, no qual o seu valor sempre foi medido pelo olhar do outro, o homem (NOVAES, 2010). Na Grécia antiga, o belo eram os corpos com harmonia e proporção: seios fartos e quadril largo demonstravam sinais de fertilidade. Além disso, a beleza da mulher era associada a uma força da natureza e ela era colocada como um perigo para o homem, uma perdição (NOVAES, 2010) ressalta que:

Além das intrigas e guerras, a beleza feminina e o desejo da mulher aparecem como causa da morte, das pragas, das dores e das doenças no mito da caixa de pandora. Menos criativa, a tradição judaico-cristã também atribui à mulher os males do mundo (NOVAES, 2010, p. 31).

Já na idade Média, o ideal eram corpos mais delicados e magros e a beleza da mulher estava relacionada ao pecado, já que era compreendida como uma tentação do diabo. Outro fator existente mostra que a interpretação, na época, era de que Eva cedeu à tentação do corpo, persuadindo Adão e causando a expulsão deles do paraíso. Desse modo, o corpo feminino, perigoso por sua beleza, por sua sexualidade, visto como um instrumento do pecado e das forças diabólicas, passou a ser controlado pela igreja, que impunha a forma de agir e portar, demarcando qual era o ideal de beleza de uma mulher digna de se casar e, posteriormente a sua morte, chegar ao paraíso (DEL PRIORE, 2009). Novaes ainda fala que:

Mas não é necessário retroceder tanto- basta olharmos as representações do feminino no islã, para entendermos (não concordar!) o uso de burcas, defendido inclusive por algumas mulheres. Se Aristóteles pensava que a era apenas um vaso destinado a receber sementes do homem, a tradição

hipócrita pregava que nada vem à existência na ausência do prazer (NOVAES, 2010, p. 32)

Acresce que com o advento da revolução industrial e a urbanização, a mulher se inseriu no mercado de trabalho e passou a ocupar lugares dos quais ela nunca se fez presente, como empresas, faculdades e centros comerciais. E mais uma vez surgiu a necessidade de exercer uma forma de controle delas que, agora, eram detentoras de conhecimentos e afortunadas de educação. Para tanto, Wolf (2021) disserta que neste processo das imposições dos mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade, o mito da beleza passa a funcionar como uma forma de coerção social e arma política contra a evolução da mulher.

Desta forma, a partir do crescimento do capitalismo, iniciou-se a crescente produção e divulgação de produtos de beleza para essas mulheres, na qual se era mostrado o padrão de mulher ideal para o mercado de trabalho, ditando como elas deveriam se vestir, comer, falar e se comportar. Além disso, o corpo da moda passou a ter o poder de inserção e privilégios, em que a beleza assume um valor social. (NOVAES, 2013) nos mostrou que:

Das academias de ginástica e dança que proliferam, dos anabolizantes que são consumidos como jujubas, das lojinhas naturais que prometem saúde perfeita às inúmeras práticas de trabalhos corporais, tudo nos leva a crer que o corpo passou a ocupar um novo lugar em nossa sociedade e, conseqüentemente, em nossa estruturação psíquica” (NOVAES, 2013, p. 26).

Outrossim, faz-se necessário salientar as questões de gênero que atravessam as ditaduras da beleza e nas quais o presente artigo utilizará, tendo como foco o gênero feminino. Nesse sentido, apesar da emancipação feminina e a conquista de diversos direitos, a censura sobre o próprio corpo e a associação entre mulher, saúde e beleza estão cada vez mais presentes (NOVAES, 2013).

Do mesmo modo, para Novaes (2013), a beleza masculina está associada a ideia de status social e econômico, nos quais os elogios a estética masculina são feitos com o propósito de salientar qualidades como a sua virilidade, sua potência e imponência, e desleixos com a aparência ou desvios do padrão de beleza são entendidos como falta de tempo, devido a correria da vida profissional. Contudo, segundo a autora, para as mulheres, a beleza surge como um trabalho sobre o corpo

de perseverança e obstinação, no qual ser bonita não só cansa e dói, como também ganha papel mais importante do que ganhar dinheiro, enquanto desvios dos padrões de beleza são condenados como falta de vaidade e cuidado, o que moralmente é um qualitativo depreciativo.

Já Wolf (2021) expõe que o mito da beleza não diz apenas sobre as mulheres, mas sim a respeito do poder institucional dos homens e as instituições masculinas. Para ela, o patriarcalismo e o machismo se impõem sobre o feminino através da regulação social de seus corpos, onde o mito não determina a beleza em si, mas o comportamento. Para tanto, a disseminação e a propagação em massa de um ideal de beleza se tornaram uma arma no controle dos corpos femininos.

## **O CORPO FEMININO COMO PRODUTO DAS REDES SOCIAIS**

Apesar de se tornar um hábito recente na vida de seus usuários, o uso das redes sociais vem crescendo exponencialmente. Ao longo do seu aperfeiçoamento, entretanto, que pode ser considerado por muitos como fundamental em seu dia a dia, uma pessoa, ao se expor de forma exagerada às tantas informações, possivelmente, pode ser levada a uma série de questionamentos sobre seu modo de vida a partir de uma relação ou comparação com as pessoas ou produtos, podendo também acarretar nesse consumidor impactos tanto físicos quanto mentais. Pode-se mencionar, por exemplo, que não é difícil encontrar ou ouvir falar de pessoas insatisfeitas com sua imagem corporal, seja pela presença de plataformas digitais como *Facebook*, *Instagram*, *Snapchat*, *Twitter*, *YouTube* ou mesmo a televisão. Contudo, mostra-se necessário nos atentarmos ao efeito que estas redes de comunicação têm nessa relação indivíduo e corpo (LIRA; GANEN; LODI & ALVARENGA, 2017) ressaltam que:

Holland e Tiggemann, em revisão sistemática sobre o impacto do uso das mídias sociais na IC e no comer transtornado, apontaram como problemática algumas atividades nessas redes, tais como visualização e *upload* de fotos. Essas atividades favoreceram a comparação social baseada na aparência, reforçando sua relação com a IC e o comer transtornado (LIRA; GANEN; LODI & ALVARENGA, 2017, p. 2).

Além disso, ao discutirmos a respeito das relações sociais associadas às redes, percebe-se que sempre estivemos inseridos e bombardeados por influências vindas de todos os cantos. Assim, ao analisarmos pelo viés da existência de uma possível

fragilidade emocional e necessidade da sensação de pertencimento e aceitação experienciadas pela sociedade, é indispensável conectar esses pontos ao uso das redes sociais. Estas, que funcionam como um grande e quase infinito catálogo com os mais diversos anúncios que falam a respeito de estilos de vida envolvendo direta ou indiretamente a imagem corporal de um sujeito, podendo o levar a pensar a respeito do que poderia mudar em si e os possíveis benefícios advindos dessas modificações. Dessa forma, corroborando com essa ideia, (OLIVEIRA; ANDRADE & SANTOS, 2019) mencionam que:

Podemos conceituar esse processo como uma forma de “venda direcionada”, em que são captados os “gostos” do cliente em potencial. O sistema de funcionamento do *Google* ocorre por meio do *Googlebot*, que é um robô rastreador escalável que foi construído para armazenar bases de dados (OLIVEIRA; ANDRADE & SANTOS, 2019, p. 5).

## **TRANSTORNOS ALIMENTARES E DISMORFISMO CORPORAL: UMA CONCEITUALIZAÇÃO**

É de fundamental importância mencionar que quando a insatisfação corporal passa a tomar conta da vida do sujeito, mudando seus hábitos alimentares, afetando seus relacionamentos e a relação que o indivíduo tem consigo, ela deve ser colocada como um alerta para o desenvolvimento de transtornos alimentares (TA) ou dismorfismo corporal (TDC). Os TA são caracterizados por uma preocupação persistente com a alimentação, que ocasiona um comprometimento na saúde física e no funcionamento psicossocial. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM- V, 2013):

Os transtornos alimentares são caracterizados por uma perturbação persistente na alimentação ou no comportamento relacionado à alimentação que resulta no consumo ou na absorção alterada de alimentos e que compromete significativamente a saúde física ou o funcionamento psicossocial (DSM-V, 2013, p.338).

Ainda convém lembrar que dentro da classificação dos transtornos alimentares, existem vários tipos que são diferenciados de acordo com alguns critérios diagnósticos, mas sempre mantendo como base uma alteração no comportamento alimentar. Dentre os mais comuns estão: a Anorexia Nervosa (AN), que se caracteriza

pela restrição na ingestão calórica, resultando em uma baixa do peso do sujeito que não corresponde ao seu corpo, gênero, idade e saúde física. Segundo o DSM-V (2013), podem entrar como critérios diagnósticos: o medo intenso de ganhar peso ou engordar, mesmo quando o sujeito já esteja abaixo do peso ideal, a não percepção do baixo peso e a interferência da forma corporal em sua autoavaliação. Além disso, também devem ser considerados comportamentos de isolamento social, angústia de alimentar-se em público, desejo de controlar o próprio ambiente, inflexibilidade, entre outros.

Outro TA muito conhecido é a Bulimia Nervosa (BN), que também tem como característica uma autoavaliação influenciada pela forma corporal e o medo do ganho de peso. Porém, o que a diferencia da AN são episódios de compulsão alimentar (ingestão de uma grande quantidade de alimento em um curto período) e comportamentos compensatórios inapropriados, a fim de impedir o ganho de peso. Os comportamentos vão desde a indução do vômito, até o uso de laxantes, diuréticos ou exercícios em excesso (DSM-V, 2013). Este descreve que:

Existem três aspectos essenciais na bulimia nervosa: episódios recorrentes de compulsão alimentar (Critério A), comportamentos compensatórios inapropriados recorrentes para impedir o ganho de peso (Critério B) e autoavaliação indevidamente influenciada pela forma e pelo peso corporal (Critério D). (DSM-V, 2013, p.345).

Ademais, outro transtorno que abordamos aqui, e que é pouco conhecido, é o transtorno dismórfico corporal (TDC) ou dismorfofobia (termo inicialmente usado para denominar TDC). Segundo o DSM-V (2013), ele é caracterizado pela preocupação com um ou mais defeitos percebidos ou imaginados pelo sujeito, ou apenas leves para os outros. Acresce que os comportamentos mais comuns nesse transtorno são: a comparação da própria aparência com outros indivíduos, verificar constantemente ou de maneira repetitiva o defeito percebido em um espelho, procurar formas de esconder ou disfarçar o “defeito”, entre outros comportamentos. O (DSM-V, 2013) menciona que:

Os comportamentos repetitivos ou atos mentais excessivos (p. ex., comparações) são executados em resposta à preocupação (Critério B). O indivíduo se sente compelido a executar esses comportamentos, os quais não

são prazerosos e podem aumentar a ansiedade e a disforia. Eles geralmente tomam tempo e são difíceis de resistir ou controlar. (DSM-V, 2013, p.243).

A partir disso, é válido ressaltar que, apesar dos transtornos alimentares e o transtorno dismórfico corporal terem semelhanças, o TDC entra como um transtorno relacionado ao Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC). Isso se dá porque entre os sintomas do TDC, também envolvem pensamentos obsessivos a respeito da forma corporal ou algum componente específico, e uma compulsividade no comportamento, quando o sujeito passa a adotar, por exemplo, um comportamento de verificação constante ou algum tipo de ritual antes de sair de casa. Contudo, ele não chega a se enquadrar como TOC especificamente, pois sua obsessividade e compulsividade estão relacionadas apenas à imagem corporal (DSM-V, 2013). Este também descreve assim:

As preocupações e os comportamentos repetitivos do transtorno dismórfico corporal diferem das obsessões e compulsões do TOC na medida em que o primeiro foca somente na aparência. Esses transtornos têm outras diferenças, como insight mais pobre no transtorno dismórfico corporal. (DSM-V, 2013, p.246)

## **METODOLOGIA**

Em vista do caráter interpretativo das autoras, o presente estudo foi realizado a partir de uma pesquisa qualitativa, que compete a aqueles materiais que expressem resultados que não são obtidos por meio de métodos estatísticos, entre outras formas de quantificação disponíveis (STRAUS; CORBIN, 2008). Como também, fora selecionado por se tratar de um processo análise bibliográfica com um olhar mais apurado para as interpretações feitas pelas vivências e questionamentos levantados por um indivíduo ou grupo (YIN, 2016).

Em consideração à abordagem qualitativa selecionada, os dados foram coletados e debatidos a partir de uma revisão de literatura narrativa, esta que, tem como seu objeto de estudo a própria história dos envolvidos (GIL, 2021), podendo ser coletadas a partir de meios como entrevistas, observação, análise de documentos, história de vida e grupos focais, favorecendo a ampliação no entendimento da realidade (GIL, 2021).

No presente estudo, foram usadas as bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e base dados de Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Universitário Multivix na seleção dos documentos para análise. Já os critérios de inclusão foram estudos, livros e revistas científicas publicados nos últimos 15 anos, encontrados pelos descritores: transtornos alimentares, saúde da mulher, redes sociais e imagem corporal. Já os critérios de exclusão foram os materiais não científicos e publicados antes do ano de 2007.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao fazer uma análise dos textos propostos, descobrimos que um indivíduo, ao internalizar um padrão estipulado pela sociedade e eventualmente se encontrar a margem desta, possivelmente virá a potencializar e estimular o desenvolvimento de uma insatisfação corporal. Em um estudo feito entre os anos de 2017 e 2018 com um grupo de meninas adolescentes no interior de São Paulo, buscou-se investigar a relação da insatisfação corporal com a influência das mídias sociais e o uso dessas redes de interação. Ainda que o material não abranja todo o território nacional, os dados coletados quanto a relação entre corpo e redes/mídias sociais, estas, sendo entendidas como meios de comunicação em grande escala como *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, *Snapchat*, *YouTube* e Televisão, tendem a reforçar que existe somente um corpo que é belo, e quem não se enquadra nessas medidas acaba por estar mais exposta a possíveis exclusões que acontecem na sociedade, onde se enxergam no papel de consumidoras de produtos tidos como milagrosos fornecidos pelas grandes indústrias a fim de se enquadrar naquela ideia de belo propagado. Colaborando com essa mesma linha de pensamento, (LIRA; GANEN; LODI E ALVARENGA, 2017) abordam que:

Além disso, verificou-se que, independentemente da idade, EN, classe social e escolaridade materna, as adolescentes que apresentaram maior influência da mídia (pontuação SATAQ-3) tiveram mais chances de ser insatisfeitas com a IC. Apesar de a mídia por si só não ser o único fator que influencia na insatisfação corporal, ela parece ser o principal agente influenciador negativo na IC de jovens e crianças (LIRA; GANEN; LODI & ALVARENGA, 2017, p. 7).

Sendo o público adolescente os participantes do estudo, os autores trazem questões quanto às inúmeras mudanças em que esses se encontram nesse período da vida e o quão vulneráveis podem estar frente a todos os acontecimentos internos e externos. Outro ponto exposto, se refere a quantidade de acessos diários feitos pelos usuários e como isso pode estar diretamente ligado ao nível de insatisfação com o corpo. Aquelas que acessavam de 5 a 10 vezes por dia, quando comparadas àquelas que se conectam de forma mensal, estão sujeitas a maior insatisfação com a imagem corporal. Ao trazer dados sobre o estudo nutricional das participantes, notou-se maior insatisfação por aquelas que se encontram com sobrepeso e obesidade. Mesmo aquelas consideradas eutróficas (com uma alimentação de qualidade) se mostram insatisfeitas com sua silhueta (LIRA; GANEN; LODI & ALVARENGA, 2017). Elas ainda afirmam que:

Os adolescentes, especialmente as meninas, tendem a apresentar preocupações com o peso corporal por desejarem um corpo magro e pelo receio de rejeição, constituindo um grupo mais vulnerável às influências socioculturais e à mídia (LIRA; GANEN; LODI & ALVARENGA, 2017, p.2).

Outro fator existente mostra que pessoas que já nasceram na era digital tendem a procurar mais informações e estão mais expostas às telas desde cedo, o que influencia em sua visão de mundo e construção de identidade. Independentemente de classe social, escolaridade, idade e estado nutricional, todas as participantes têm chances de apresentar insatisfação com o corpo. Ainda por cima, pensarmos no impacto das redes/mídias sociais e o quão recente são em suas vidas, estas são principalmente para os usuários mais velhos (aqueles que nasceram antes da era digital), questionamos quais são os principais conteúdos produzidos, como sua qualidade, veracidade e distribuição (LIRA *et al.*, 2017). Ainda afirmam que:

Essa geração busca na mídia respostas para questões cotidianas e descontentamentos. Se imagens de corpos “perfeitos” são veiculados e essas pessoas as veem repetidamente, começam a acreditar que é uma versão da realidade, e não alcançar tal ideal é motivo de frustração e insatisfação (LIRA *et al.*, 2017, p.6).

Abjaude *et al.* (2020) mostra a possível ligação entre o uso exacerbado das redes/mídias sociais ao sentimento de isolamento do mundo real, bem como o tipo de conteúdo consumido tende a trazer sérios impactos à saúde mental quando são apresentadas as famosas ‘*Fake News*’ (notícias falsas). Segundo os autores, as



respostas emocionais dos usuários têm gerado grande preocupação de forma global devido aos prejuízos gerados na rotina dos usuários. Perante as constantes transformações que acontecem na sociedade, constata-se que mudanças no campo da beleza tendem a seguir o mesmo curso, não ocorrendo necessariamente através de uma remodelagem suave, o que leva o público-alvo a modificar-se de forma tão rápida como o novo padrão é apresentado a estes, e as redes sociais estão diretamente ligadas a isso (ABJAUDE *et al*, 2020). Os autores ainda ressaltam que:

Vale ressaltar também a exposição dos indivíduos ao *cyberbullying*, uma prática que se multiplicou nas mídias sociais. O anonimato e a falta de privacidade e de segurança contribuem para a disseminação da violência, o que afeta a saúde mental do indivíduo atingido (ABJAUDE *et al*, 2020, p.2).

Questionar o papel da subjetividade das mulheres e a encontrar cada vez mais postas em segundo plano são perspectivas delicadas de serem aceitas, entretanto, refletir sobre esses padrões de beleza leva-se ao debate sobre onde esse campo fundamental de um indivíduo está inserido nessa busca incansável a esse desejo coletivo (LOPES *et al*, 2021). Esses autores mostram também que:

De acordo com Toledo, em matéria publicada no site do UOL (2020) “Jovem morre após cirurgia plástica e acende debate sobre pressão estética”. A partir da matéria mencionada é possível ter uma ideia a respeito das consequências da utilização de métodos invasivos a fim de alcançar os padrões de beleza socialmente impostos. (LOPES *et al*, 2021, p. 06).

As propagandas expostas nas mídias, portanto, causam efeitos tanto em homens quanto em mulheres, cada um a seu modo, como em casos quando o foco está em atrair a atenção do público masculino, nota-se aqui estratégias com base na objetificação dos corpos femininos, o que reforça a importância de um cuidado e olhar mais analítico frente ao que é produzido e consumido. Assim, podemos trazer à tona a lógica capitalista de produção e consumo, que usa as redes sociais como forma de divulgação de um ideal de beleza, que hoje pode ser “comprado”, e torna o corpo da mulher um objeto de exposição dessa produção. A partir disso, faz-se necessário apresentar o termo capitalismo informacional, posteriormente nomeado pela psicologia social e a filósofa Shoshana Zuboff, como Capitalismo da Vigilância. (OLIVEIRA; ANDRADE; SANTOS, 2019) discutindo sobre esse assunto afirmam que:

Podemos conceituar esse processo como uma forma de “venda direcionada”, em que são captados os “gostos” do cliente em potencial. O sistema de funcionamento do *Google* ocorre por meio do *Googlebot*, que é um robô rastreador escalável que foi construído para armazenar bases de dados (OLIVEIRA; ANDRADE; SANTOS, 2019, p. 5).

O capitalismo da vigilância emerge a partir da criação do sistema Google, que aprimora a experiência do usuário, em que os seus “gostos” são captados e assim é direcionado produtos relacionados aos que ele procurou ou viu recentemente. Contudo, apesar de parecer uma ferramenta muito boa, Zuboff (2019) faz um alerta de que, a partir disso, as grandes redes podem induzir os sujeitos a formas de pensar, comer, vestir e assistir. Além disso, expor nas redes o que gosta e desgosta vem sendo entendida como produto de modos de se viver que alcançam não só cidadãos de forma pontual. Tendo isso em vista o sistema capitalista mais uma vez não poupa esforços na coleta desses dados, nem na elaboração de formas possíveis de se levar para o comércio algo que se mostre tão próspero. Entretanto, deve-se lembrar que tanto o capitalismo quanto os próprios consumidores vêm a corroborar (consciente de seus atos ou não) com esse sistema, notando-se aqui que, os usuários sempre devem estar atentos ao que expõem e consomem. (OLIVEIRA, ANDRADE, SANTOS, 2019) afirmam que:

“... torna-se possível influenciar desde escolhas de produtos a serem comprados a representantes políticos de discursos alinhados às informações que “soltamos” na rede. Essas escolhas direcionadas podem comprometer a percepção dos usuários, forjando identidades e maneiras de enxergar o mundo”. (OLIVEIRA, ANDRADE, SANTOS, 2019, p. 8)

Dessa maneira, a associação da felicidade com o padrão ideal e a probabilidade dessas mulheres conseguirem responder a essas expectativas são outros pontos que tendem a gerar grande angústia dessa população muito visada pela indústria estética, pois, ao divulgarem corpos lisos (sem qualquer tipo de mancha ou traço) e ao direcionar esse olhar para si, se frustram por sua realidade não corresponder ao que é vendido. Concomitantemente a isso, podemos citar o que fala Novaes (2010), que traz a ideia contemporânea da busca incessante do corpo puro, corpo magro, sem sinais de doença e gordura, um corpo bidimensional, oco e sem conteúdo. Vilhena coloca “Um corpo apenas para ser visto!” (2010, p.48). Como podemos perceber também que:

Visto como um *software*, o corpo tem o seu estatuto modificado em nossa cultura- a visão do corpo como objeto de design, e não mais de desejo, o faz obsoleto, tal qual bens de consumo que são marcados pela obsolescência típica da sociedade em que vivemos. Por esta razão, o corpo deve sofrer constantes alterações em busca de novas identidades; novas imagens lhe são emprestadas num devir eterno e constante. (NOVAES, 2010, p. 48).

Assim, ao pensarmos nos transtornos alimentares e no dismorfismo corporal, que possuem como principal característica uma preocupação excessiva com a forma, podemos perceber como as redes podem servir de gatilho, para pessoas que já possuem esses transtornos, ou como meio de desencadeá-los. A alta exposição dos corpos perfeitos divulgados pelas mídias, servem de meio de comparação do corpo real com o corpo idealizado, esse que por vezes é editado e filtrado, de forma a parecer um corpo liso e magro. No que tange a busca incessante de chegar ao padrão de beleza imposto pelas mídias, as mulheres passam a adotar as dietas da moda, extremamente restritivas, cortam de sua alimentação alimentos ricos em carboidrato, passam horas sem comer e comem pequenas quantidades de alimento durante as refeições, e ainda associam a isso, uma rotina de exercícios pesada, uso de medicamentos para emagrecer, laxantes e diuréticos. (VAZ; FERNANDES, 2021) ainda afirmam:

A indústria da beleza incita nas mulheres a necessidade de consumo de seus produtos e potencializa nestas, a aquisição de cosméticos, artigos relativos à moda (roupas, sapatos, bolsas), bem como a busca por procedimentos estéticos. Tudo isso, sem levar em consideração os fatores econômicos, por exemplo, que interferem de maneira muito importante nesta busca pelo corpo ideal (VAZ; FERNANDES, 2021, p. 4).

Vale ressaltar também o enfoque selecionado nas buscas de materiais que dizem respeito aos transtornos alimentares, em que se pode constatar que em sua grande maioria os artigos, revistas e estudos científicos a uma prevalência desses transtornos relacionados ao sexo feminino, o que também se torna necessário afirmar que, mesmo com a predominância do sexo feminino, pessoas pertencentes ao sexo masculino também podem se enquadrar aos critérios referentes as distorções alimentares. Vaz e Fernandes (2021) afirmam que:

Os adolescentes, especialmente as meninas, tendem a apresentar preocupações com o peso corporal por desejarem um corpo magro e pelo receio de rejeição, constituindo um grupo mais vulnerável às influências socioculturais e à mídia. Além disso, são importantes consumidores de

tendências, entre elas, usam intensamente as mídias sociais como modo de comunicação e “informação”, e estas, por sua vez, parecem exercer importante influência sobre a insatisfação corporal (VAZ; FERNANDES, 2021, p.5).

Constata-se ainda a importância de mais estudos acerca da relação que indivíduos do sexo masculino tem com o corpo, que podem ir além de uma possível dismorfia corporal, como também outros aspectos que atravessam e o diferenciam da experiência enfrentada por pessoas do sexo feminino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pelos aspectos analisados no decorrer da confecção do presente estudo, diversos são os pontos que ainda merecem um olhar mais atento ao que diz respeito ao uso das redes, o culto ao tido corpo padrão/ideal e como isso vem a afetar não somente o corpo de milhares de mulheres, mas também até onde se mostra tolerável a sociedade e o controle destes sobre seus próprios corpos. Como já dito, o uso das redes sociais apesar de recente, vem crescendo cada vez mais, assim como os produtos expostos nesses espaços têm sua produção com um crescimento equivalente ou até mesmo maior, fazendo com que seus usuários possivelmente sintam que existe uma necessidade de os consumir devido a sua forte propaganda e as promessas não ditas.

Ao adentrarmos no universo da relação corpo, alimento e imagem corporal, foi possível ainda perceber que todos esses fenômenos vão para muito além da insatisfação que, infelizmente, é vivenciada por muitas mulheres. Estudar a respeito dessas expectativas impostas, enquanto pertencentes a uma sociedade e a talvez não tão notória percepção do que ainda perpassa o ser mulher, percebe-se que o julgamento do que seria adequado ou mesmo o ideal, majoritariamente, é feito a partir de um olhar em específico, o olhar do homem. Compreende-se aqui, que é imprescindível revermos essa contradição inclusive nas abordagens distintas quando se fala em homens e mulheres.

Assim, a partir do recorte de gênero e a perspectiva histórica a respeito do controle feminino por meio dos seus corpos, fica claro a condição biopsicossocial para o desenvolvimento dos transtornos alimentares e do transtorno dismórfico corporal.

Concomitantemente a isso, é notória a contribuição das redes sociais como forma de agravamento ou o desenvolvimento desses transtornos, isso devido à alta exposição de padrões de vida irreais e corpos magros, sem defeitos ou “gordura”.

Além disso, fica claro a necessidade de estudos que investiguem como o homem é afetado pelos padrões de beleza. Ao realizarmos esse estudo, percebemos que são raras as pesquisas ou artigos que trazem o homem como o ser afetado pelas redes e a disseminação do ideal corpóreo, mesmo que a cobrança social, pondere mais a respeito das mulheres, também se exige do homem um padrão a ser seguido tanto no que tange a personalidade como também o corpo.

Por fim, uma boa parte dos objetivos foram alcançados acerca da influência da mídia na distorção da imagem da mulher. Entretanto, algumas lacunas foram observadas na temática proposta como uma escassez de estudos que relacionam diretamente o uso das redes sociais e a possibilidade de desenvolver algum tipo de transtorno alimentar, assim como dismorfismo corporal, podendo este estudo estimular um aprofundamento nos tópicos acima citados.

## REFERÊNCIAS

ABJAUDE, R, A.S.; PEREIRA, B, L.; ZANETTI, B, O, M.; PEREIRA, L, R, L.;. How do social media influence mental health? SMAD, **Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** 2020;16(1):1-3. doi: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.0089>. Acesso em: 04 out. 2022.

APA - American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CRESWELL, J. W. Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa. [Porto Alegre]: Grupo A, 2014. **E-book.** Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848893/>. Acesso em: 27 set. 2022.

FAGUNDES, S, L.; NATIVIDADEC, J.; Autoestima e bem-estar subjetivo no Instagram: O impacto da comparação social e da personalidade. Rio de Janeiro, 2019. 76p. **Dissertação de Mestrado** – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46666/46666.PDF>. Acesso em: 10 out. 2022.

GIL, A. C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770496/>. Acesso em: 04 out. 2022.

LAUS, M. F. Influência do padrão de beleza veiculado pela mídia na satisfação e escolha alimentar de adultos. Ribeirão Preto: USP, 2013. Disponível em : <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59134/tde-26032013-100917/pt->

[br.php#:~:text=Assim%2C%20%20C3%A9%20poss%C3%ADvel%20concluir%20que,padr%C3%A3o%20de%20beleza%20socialmente%20aceito](#). Acesso em: 04. set. 2022.

LIMA, R. A. R., MAYNARD, D. C. Relação entre mídias sociais e transtornos de autoimagem em mulheres. **Centro Universitário de Brasília**. Brasília. 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13488>. Acesso em: 25 out. 2022.

LIRA, A. G. *et al.* Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria** [online]. 2017, v. 66, n. 3, pp. 164-171. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0047-2085000000166>>. Acesso em: 17 set. 2022.

LOPES, S. G.; BITENCOURT, B. P.; FREITAS, R.; PAGUNG, B. L. O Ideal de beleza e os prejuízos causados a saúde mental. [online]. 2021 : <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2022/04/o-ideal-de-beleza-e-os-prejuizos-causados-a-saude-mental.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

ZUBOFF, S. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. London: Profile Books. 2019.

NASCIMENTO, A. L. *et al.* Comorbidade entre transtorno dismórfico corporal e transtornos alimentares: uma revisão sistemática. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria** [online]. 2010, v. 59, n. 1, pp. 65-69. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0047-20852010000100010>. Acessado 4 Out 2022.

OLIVEIRA, L. L.; HUTZ, C. S. Transtornos alimentares: o papel dos aspectos culturais no mundo contemporâneo. **Psicologia em Estudo**. 2010, v. 15, n. 3, pp. 575-582.

OLIVEIRA, S. G. ANDRADE, S.L. SANTOS, R. M. **Capitalismo de Vigilância: Uma discussão filosófica sobre a influência de redes sociais na autoimagem da mulher**. 2019 [online] disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/http://www.filologia.org.br/linguagem/mrevista/30/02.pdf> Acesso em: 29 set.2022

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VAZ, S, C, L.; FERNANDES, V, P, C, N. **Redes sociais e a distorção da autoimagem- um olhar atento sobre o impacto que os influenciadores digitais provocam na autoestima das mulheres**. 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17274/1/Redes%20Sociais%20e%20a%20Distor%C3%A7%C3%A3o%20da%20Autoimagem.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022

VIEIRA, J. L. L., AMORIM, H. Z., VIEIRA, L. F., AMORIM, A. C., ROCHA, P. G. M. Distúrbios de atitudes alimentares e distorção da imagem corporal no contexto competitivo da ginástica rítmica. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte, Niterói**, v. 15, n. 6, 2009. [online] disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/8KPPVhn5qhm8vPZgXC53Lbt/?lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2022.

VILHENA NOVAES, J. **Com que corpo eu vou? Sociabilidade e usos do corpo nas mulheres das camadas altas e populares**. 1. ed. rev. Rio de Janeiro: PUC Rio,2010.

VILHENA NOVAES, J. **O intolerável peso da feiura: sobre as mulheres e seus corpos**/Joana de Vilhena Novaes- Rio de Janeiro: Ed. OUC-Rio: Garamond,2013.

YIN, R. K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim**. Grupo A, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290833/>. Acesso em: 04 out. 2022.

## A ESCOLA E A PREVENÇÃO DE SUICÍDIO NAS ADOLESCÊNCIAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Jônatas Luiz de Oliveira Gomes<sup>1</sup>  
Júlia Maia de Paula<sup>1</sup>  
Renata Affonso Mariano<sup>1</sup>  
Adriana Elisa de Alencar Macedo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicos de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará - Docente do Curso de Psicologia

### RESUMO

As taxas de suicídio vêm crescendo constantemente, é uma das 20 principais causas de morte para todas as idades em nível internacional, nos últimos anos essa taxa tem aumentado para as(os) mais jovens. Sabemos que a adolescência é um período marcado por mudanças físicas e emocionais, sendo a escola um espaço de acesso potencial a essas(es) adolescentes. Este artigo tem como objetivo identificar o conhecimento científico produzido entre os anos 2019 a 2021 relacionado a escola e a prevenção do suicídio nas adolescências. Sendo discutidos os fatores de riscos, as estratégias e intervenções para a prevenção do suicídio nas adolescências. Foi utilizado como método uma revisão integrativa de literatura, na qual foram utilizadas as bases de dados Lilacs, pepsic, scielo.

**Palavras-chave:** Prevenção. Suicídio. Adolescência. Escola. Comportamento Suicida.

### ABSTRACT

Suicide rates have been constantly increasing, and it is one of the 20 leading causes of death for all ages internationally. We know that adolescence is a period marked by physical and emotional changes, and the school is a space of potential access to these adolescents. This article aims to identify the scientific knowledge produced between the years 2019 to 2021 related to school and suicide prevention in adolescents. Being discussed the risk factors, strategies and interventions for the prevention of suicide in adolescents. An integrative literature review was used as a method, in which the Lilacs, pepsic, scielo databases were used.

**Keywords:** Prevention. Suicide. Adolescence. School. Suicidal Behavior.

---



## INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que ocorrem, por ano, cerca de 800 mil suicídios. O suicídio, está entre as principais causas de morte entre adolescentes e jovens de 15 a 29 anos, sendo considerado o segundo principal motivo de morte entre as meninas, e o terceiro principal motivo de morte entre os meninos (OMS, 2018; OMS, 2019).

A adolescência, de acordo com Papalia e Fieldman (2013) é pensada como: “uma transição no desenvolvimento que envolve mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais e assume formas variadas em diferentes contextos sociais, culturais e econômicos” (p. 381). É uma das fases do desenvolvimento mais complexa para o indivíduo, onde acontecem as alterações hormonais, físicas, de estilo, tudo parece estar acontecendo de forma muito rápida, trazendo grande impacto para os aspectos emocionais.

Ao mesmo tempo em que os aspectos biológicos se tornam ou podem se tornar questões nas adolescências, o contexto social deve ser considerado para permitir um olhar integrado para as demandas que se produzem nas vidas.

Na teoria sóciohistórica, Bock (p. 68, 2007) aponta: “A adolescência é vista como uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento.” De tal forma, a partir do delineamento feito por Akotirene (2019) em torno do conceito de Interseccionalidade, é possível traçar os atravessamentos de marcadores sociais como raça, classe e gênero como fatores importantes na forma como as adolescências são vivenciadas, de forma a problematizar questões singulares de sujeitos em seus processos de adoecimento.

A partir das concepções sobre as adolescências, desejamos trazer uma discussão que priorize os determinantes sócio-históricos que atravessam os processos de saúde e adoecimento dessa fase do desenvolvimento humano. Nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde (2019) tem destacado a necessidade da incorporação de estratégias de prevenção ao suicídio em programas nacionais de saúde e educação (OMS, 2019). As autoras Cristina Neves, Ana Pereira e Carlos Pereira destacam que:

Pensar na prevenção do suicídio significa apostar que se possa oferecer aos indivíduos outras possibilidades de enfrentamentos das dificuldades que os levam a buscar neste ato fatal uma espécie de solução para seu sofrimento (NEVES, PEREIRA & PEREIRA, 2020, p.4)

A importância deste projeto está na urgência em se falar sobre esse tema que ainda é considerado um tabu, através de uma perspectiva preventiva, abordando a questão como um problema de saúde pública e que necessita de articulação entre diversos autores e instituições sociais, sendo a escola o que foi escolhido para a discussão neste trabalho.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo revisar artigos científicos publicados que tenham relação com a temática prevenção do suicídio nas adolescências no contexto escolar, mostrando algumas estratégias e intervenções que podem ocorrer na escola com intuito de disseminar a informação apropriada sobre o tema. Compreender as medidas de prevenção de suicídio nas adolescências adotadas em escolas e refletir sobre a importância de promover ações de prevenção ao suicídio de adolescentes nas escolas.

Ao realizar a leitura dos resumos de artigos científicos relacionados ao tema “A escola e a prevenção de suicídio nas adolescências” do presente artigo, encontramos lacunas relacionadas ao contexto escolar e a prevenção de suicídio nas adolescências, como por exemplo, pouca produção de conteúdo relacionada a temática no Brasil, escassez de discussão sobre o tema na escola, desenvolvimento das habilidades sociais nas(os) adolescentes, e como realizar intervenções. Sendo assim, a questão a ser investigada nessa revisão de literatura é como a escola pode criar estratégias na prevenção do suicídio nas adolescências? E quais possíveis intervenções podem ser realizadas no contexto escolar?

A temática de prevenção do suicídio na escola, é de suma importância ser abordada, uma vez que o número de casos de suicídio tem aumentado, por diversos fatores. A autora Giovana C. Sganzerla (2021) escreve assim:

Falar em prevenção ao suicídio é pensar em diferentes artifícios que englobem uma soma de fatores que estão associados à consumação do ato e considerar que esse não é um caminho de via única. Sendo assim, promover e valorizar a vida em um contexto como o da escola mostra-se a melhor alternativa. Para isso, é preciso não só direcionar estratégias aos estudantes, mas também envolver os educadores nessa missão tornando-os agentes de mudança, tendo em vista o trabalho em equipe e multidisciplinar (SGANZERLA, 2021 p. 6).

Sendo o suicídio um sério problema de saúde pública, “este demanda nossa atenção, mas sua prevenção e controle, infelizmente, não são uma tarefa fácil”. (OMS, 2000a.)

## **AS ADOLESCÊNCIAS E OS COMPORTAMENTOS SUICIDAS**

As definições das adolescências estão muito além de critérios cronológicos, e partem de diferentes enfoques teóricos (FERREIRA, 2021). Este período se refere a transição entre a infância e a fase adulta e contempla múltiplas transformações biopsicossociais. Para Santos (2019), “a adolescência se trata também de uma construção histórica, cultural e social”. As visões que se tem acerca das adolescências se constituem a partir de consequências proporcionadas principalmente pela Revolução Industrial, ao final do século XIX (FERREIRA, 2021). Formou-se um período em que o jovem não era mais criança, mas também ainda não era adulto (SANTOS, 2019). O termo “adolescência” passou a ser utilizado a partir do século XIX e veio a ser introduzido como objeto de estudo científico pela Psicologia a partir do século XX (FERREIRA, 2021).

Ocorre na adolescência, a mudança do pensamento concreto para o abstrato, o que permite as(os) jovens a elaboração de teorias, especulações e reflexões (FERREIRA, 2021; NEIVA; ABREU; RIBAS, 2004). Além disso, a(o) adolescente também possui a compreensão da morte como algo irreversível e universal, podendo refletir sobre este tema (FERREIRA, 2021). Sganzerla (2021) entende o suicídio como um processo, que se inicia pela idealização, seguida da tentativa de autoagressão que pode, ou não, resultar na consumação deste.

O comportamento suicida está na intencionalidade, nas ações tomadas contra si mesmo que podem resultar em lesão ou até mesmo em letalidade, bem como nas ações atípicas que podem indicar que algo está errado. E precedente a este comportamento está a idealização suicida, o pensamento de finalizar a sua própria vida, desde a consideração do ato até o planejamento dele. Esta idealização eleva o risco, pois somada a intencionalidade e o desejo de morrer, pensamentos de onde, quando e o método a ser utilizado torna a ideia de morte mais concreta.

O comportamento suicida constitui-se como todo ato pelo qual o indivíduo causa lesão a si mesmo, independentemente do grau de intenção letal e do verdadeiro motivo desse ato.<sup>1</sup> Trata-se de fenômeno complexo que não possui única causa, mas que é influenciado por diversos fatores que atuam em múltiplas dimensões: individual, familiar, comunitário e social.<sup>2</sup> O seu espectro varia desde a ideação, que pode ser comunicada por meios verbais e não verbais, ao planejamento, a tentativa de suicídio e, por fim, o suicídio. (BRITO *et al.*, 2020 p.2)

No contexto escolar, dentre os comportamentos suicidas a serem observados estão: retraimento, marcas de violência, comportamento violento com as(os) colegas, choro sem motivo prévio, automutilação etc. A automutilação constituiu-se como a forma de expressão mais recorrente do comportamento suicida na ótica dos(as) professores. (BRITO *et al.*, 2020).

Além dos comportamentos já citados, no âmbito escolar outros sinais podem ser observados, como o declínio no desempenho escolar, a ausência de interesse em atividades costumeiras, discurso negativo em relação ao futuro, alteração significativa na aparência, excesso de faltas e isolamento social. (SGANZERLA, 2021).

Embora a escola seja um espaço prioritário para ações de prevenção de suicídio junto a adolescentes, e ainda existem poucas ações em relação à inclusão e discussão sobre questões relacionadas à saúde mental, e, muitas vezes, o ambiente escolar ainda é um espaço adoecedor e promotor de violências (BRASIL, 2016).

## **A ESCOLA E A PREVENÇÃO DE SUICIDIO NAS ADOLESCÊNCIAS**

Para Friedman e Narvaez (2021) “escola é um espaço de inscrição social cuja responsabilidade não se restringe à ação pedagógica do ensino.” Pensando em fortalecer os fatores de proteção e prevenção ao suicídio em adolescentes, torna-se importante compreender e desenvolver estratégias para a contribuição da escola nesse processo (SILVA; BARROS, 2021). Compreender as(os) adolescentes, como seres biopsicossociais, com demandas e necessidades próprias, possibilita formas de intervenção, que vão muito além da aprendizagem dos conteúdos.

A escola é uma importante ferramenta para orientação, auxílio no desenvolvimento da autoestima, acolhimento, desenvolvimento de estratégias de enfrentamento de problemas, responsabilidade, e engajamento com o intuito de desenvolver e/ou fortalecer o vínculo e o diálogo com os(as) familiares (SILVA; BARROS, 2021).

Para Costa *et al* (2014, p. 16), o ambiente escolar pode desenvolver “ações de promoção da saúde, principalmente no que diz respeito à percepção das mudanças comportamentais dos(as) adolescentes e os sintomas depressivos, contribuindo para o diagnóstico e intervenção para qualidade de vida”. Corroborando com esta ideia...

O aspecto mais importante da prevenção do suicídio é o reconhecimento dos jovens em situação de angústia e/ou com alto risco de suicídio (VENTURA, *et al.*, 2010); é por isso que escolas e faculdades se tornam o cenário perfeito para prevenir esses comportamentos; por esta razão, os programas educacionais têm adquirido um grande boom com o objetivo de aumentar a conscientização e o conhecimento sobre o suicídio, comportamentos de risco, estratégias de prevenção e sinais de alerta (CANYON *et al.*, 2018, p. 29).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), é importante a criação de programas para o acompanhamento de jovens no grupo de risco, além de auxiliarem no enfrentamento das adversidades da vida.

A fim de exemplar estratégias que podem ser realizadas pela escola com o objetivo de promover a saúde mental dos alunos, prevenindo assim casos de depressão e suicídio, apresentamos agora uma atividade intitulada “Varal dos Sentimentos – nossos sentimentos estendidos”. Esta atividade pode ser desenvolvida em pequenos grupos ou mesmo por toda a sala e tem como objetivo auxiliar os adolescentes na expressão dos seus sentimentos, passando a nomeá-los mais claramente e também internalizá-los. Para a realização desta atividade no espaço escolar, é importante a criação prévia de um ambiente de respeito e acolhimento. A escuta de todos deve ser realizada de maneira ativa e empática, para que possam sentir-se bem em falar, assim como ouvir os demais (SILVA; BARROS, 2021 p.21089 -21090).

A educação precisa ser espaço político onde um sujeito possa se apossar da sua identidade e compreensão do seu lugar no mundo (XAVIER, 2021). Quando fortalecermos a autonomia e o espaço de fala, apoiamo-nos na compreensão de Paulo Freire (1997) sobre o potencial transformador e libertário da educação. Destaca-se que:

Os professores estão em posição estratégica dentro do ambiente escolar para atuarem como provedores da prevenção do comportamento suicida, por meio da utilização das estratégias de prevenção que envolve intervenções de resiliências, promoção da cultura da paz, identificação dos sinais de alerta, além de poder fornecer apoio de primeira linha aos adolescentes por estarem em contato contínuo e diário com os alunos e servirem de elo entre os serviços de saúde (BRITO *et al.*, 2020, p.2).

Em 2019, foi sancionada a Lei nº13.819/2019, responsável por instituir a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Brasil (PNPAS).

Nesta lei, a escola aparece como um importante espaço na tarefa de combate ao suicídio, ao ser apontada a necessidade de articulação intersetorial entre entidades de saúde, ambiente escolar, imprensa, polícia e entre outras instituições para a elaboração de ações de prevenção (BRASIL, 2019).

## METODOLOGIA

Na execução do presente artigo foi realizada uma revisão integrativa de literatura que consiste em uma abordagem metodológica mais ampla referente a revisões, pois, possibilita a incorporação de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão global do fenômeno estudado, combinando também dados da literatura teórica e empírica (SILVA; CARVALHO, 2010).

A primeira etapa consiste na familiarização com o tema. Sendo assim, foi realizada a busca nas bases de dados *Lilacs*, *Pepsic*, *Scielo*. Considerou-se como critério de inclusão artigos científicos publicados no idioma português, com recorte temporal entre os anos de 2019 ao ano de 2021. Foi utilizada como estratégia de pesquisa, as seguintes combinações entre as palavras-chave e operadores booleanos: (prevenção OR *prevention*) AND (suicídio OR *suicide*) AND (adolescência OR *adolescence*) AND (escola OR *school*); (prevenção OR *prevention*) AND (comportamento suicida OR *suicidal behavior*) AND (jovens OR *youth*) AND (escola OR *school*). Os estudos incluídos foram lidos na íntegra e colocados em um quadro e posteriormente discutidos para que possam ser contemplados os objetivos da presente proposta de estudo.

Os critérios de exclusão foram artigos que fugiam da temática escolar e artigos repetidos. Os resumos foram analisados e os artigos com texto completo que preencheram os critérios de inclusão foram recuperados. A análise dos artigos baseou-se nas intervenções e estratégias na prevenção de suicídio no contexto escolar, assim como nos fatores de risco. A segunda etapa, foi levantar questões que nortearam a elaboração do artigo, sendo elas: Como a escola pode criar estratégias de prevenção do suicídio nas adolescências? E quais as possíveis intervenções podem ser realizadas no contexto escolar? A saber, tais questões foram discutidas ao longo do desenvolvimento do artigo.

## ANÁLISES E DISCUSSÕES DE DADOS

Para realizar a análise foi necessário fazer um levantamento de artigos científicos sobre a escola e a prevenção de suicídio nas adolescências, nas bases de dados e periódicos *Lilacs*, *Pepsic* e *Scielo*, com recorte temporal de 2019 a 2021, para discussão e reflexão das estratégias de prevenção no contexto escolar e como os fatores de riscos são uma questão de saúde pública e social, no qual um dos grandes desafios foi encontrar artigos que estivessem relacionados com o tema.

Para isso, utilizou-se as seguintes palavras-chave: Escola, Suicídio, Prevenção, Adolescência e Comportamento Suicida. Com essas palavras-chave se foram encontrados os artigos listados abaixo, no Quadro 1.

QUADRO 1. ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE A ESCOLA E A PREVENÇÃO DO SUICÍDIO NAS ADOLESCÊNCIAS

Autor(a)	Título	Ano	Instituição/Programa
Vanessa Barbosa Romera Leme, Adriana Pinheiro Serqueira das Chagas, Amanda Porto Padilha, Aline Penna-de-Carvalho, Ana Júlia de Carvalho Pereira Alves, Carolina Seixas da Rocha, Fernanda de Azevedo França, Fernanda dos Santos Quintanilha de Jesus, Fernanda Pereira Calabar.	Habilidades Sociais e Prevenção do Suicídio: Relato de Experiência em Contextos Educativos	2019	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
Mara Dalila Leandro de Sousa Brito, Fernando José Guedes da Silva Júnior, Ana Paula Cardoso Costa, Jaqueline Carvalho e Silva Sales, Angélica Martins de Souza Gonçalves, Claudete Ferreira de Souza Monteiro.	Comportamento suicida e estratégias de prevenção sob a ótica de professores	2020	Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação Profissional em Saúde da Família. Teresina, PI, Brasil.
Giovana Coghetto Sganzerla	Risco de Suicídio em Adolescentes: Estratégias de prevenção Primária no Contexto Escolar	2021	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre.

Alessandra Xavier Silva	Tecnologias em Saúde Mental Junto a Adolescentes - Guardiões da Vida nas Escolas	2021	Universidade Estadual do Ceará. Curso de Psicologia.
-------------------------	--	------	--

Fonte: Jônatas Luiz de Oliveira Gomes, Julia Maia de Paula e Renata Affonso Mariano (2022).

Entre os textos encontrados, há o trabalho de Brito *et al.* (2020) que discute como professoras(es) atuam na prevenção do comportamento suicida. A pesquisa versa sobre o papel dos docentes no relacionamento com o(a) aluno, sendo a identificação dos fatores de risco no(a) jovem um ponto marcante para que se pensem as possíveis soluções.

A identificação dos fatores de risco é recorrentemente afirmada como um passo importante em ações que visem abordar o suicídio de adolescentes, mas a diversidade de fatores produz lacunas em termos de quais sinais poderiam ser identificados ou os sentidos possíveis de como eles se colocam.

Observa-se que a literatura traz fatores de risco ligados a questões sociais, psicológicas e políticas, entre eles: gênero, uso de drogas, violência, questões familiares. Em contrapartida, é possível questionar se o ato de identificar esses fatores é um procedimento que ocorre de forma reducionista e que busca a patologização da vida <sup>3</sup> junto a psicologização <sup>4</sup> do sofrimento nas adolescências, dado os comportamentos ligados às formas como as adolescências são subjetivadas no mundo.

Sobre o uso dos fatores de risco como estratégia de intervenção no contexto escolar, vale a pena citar:

Nesse sentido, observa-se que a psiquiatria do desenvolvimento, ao adentrar o ambiente escolar, advoga justamente pela formação de crianças e jovens resilientes, ou seja, invulneráveis. A partir do ensino das competências socioemocionais, ela idealiza a formação de sujeitos que devem, por meio de uma “escolha responsável”, acolher as normas sociais, políticas e médicas vigentes e a tudo tolerar. A promoção da saúde mental, portanto, está diretamente relacionada à formação para a invulnerabilidade, para a auto-responsabilização e gerência de si (o autocontrole) no enfrentamento das adversidades da vida. Ela incentiva a construção de subjetividades inclinadas

<sup>3</sup> A patologização da vida surge em um contexto em que expressões da natureza humana são associadas a categorias médico-psiquiátricas, baseadas na ideia de enquadramento necessário de “doenças mentais” a serem resolvidas por meio do modelo biomédico. (Valente, 2019)

<sup>4</sup> A psicologização é uma tendência a explicar a vida apenas a nível psicológico, atribuindo todos os problemas a uma condição de psiquismo. Partindo desse conceito reduzimos o sofrimento das adolescências apenas ao campo psicológico, deixando de considerar os fatores ambientais que influenciam também no sofrimento.



ao conformismo, ocultando e silenciando conflitos sociais e relações de poder (AMARAL; CAPONI, p. 2830)

De tal forma, ao considerar as adolescências como um momento de transição e experimentação, há possibilidade do(a) jovem construir práticas que fujam a uma determinada norma. É importante lançar um olhar sobre comportamentos que representem perigo, mas também não cair em um reducionismo, deixar de olhar para o contexto em que ocorrem.

Corroborando com essa ideia, a autora Xavier (2021), elege que os estudos sobre prevenção do suicídio identificam a escola como espaço prioritário para ações junto as adolescências. Sendo importante ressaltar em nossa análise um trecho de seu artigo *Tecnologias em saúde mental junto a adolescentes - Guardiões da vida nas escolas*:

A educação precisa ser espaço político onde um sujeito possa se apossar da sua identidade e compreensão do seu lugar no mundo. [...] Além disso, consideramos que a prática educativa deve promover a dignidade, a apropriação existencial, a transformação de mundos, a empatia, a solidariedade e o vínculo enquanto estratégias que fortalecem a vida. Tal compreensão relaciona-se a uma visão crítica e política da adolescência, que a situa no campo das contradições, do jogo de forças, das relações de poder e nos embates por autonomia, visibilidade e pertença diante do contexto social. (XAVIER, p. 201, 2021)

Dentro desse campo, pensa-se o papel da escola. Silva e Barros (2021) apontam que o estabelecimento é um ponto importante para construção de estratégias de intervenção e ações de promoção de saúde:

Para isso, é importante que a escola possa elaborar estratégias que auxiliem no combate a depressão e ao suicídio em adolescentes. Não se trata de transformar a escola em um consultório de psicologia, e nem de atribuir mais um papel a professores, orientadores, coordenadores, entre outros, mas afirmar o seu papel no desenvolvimento integral dos adolescentes, propondo estratégias que contemple os conteúdos do currículo escolar e proposição de uma educação e uma escola atenta a realidade de seu público. (SILVA & BARROS, 2021, p. 21088)

Frente a necessidade de construir práticas preventivas perante o suicídio de adolescentes, os trabalhos de Leme *et al.* (2019) e Xavier (2021) apontam ações possíveis com tal finalidade, de modo a salientar caminhos para que se ampliem as estratégias dentro do contexto escolar.

Leme *et al.* (2019) discute a experiência de um projeto de extensão cuja população alvo está localizada em pessoas em idade escolar, sobretudo adolescentes, os quais são convidadas(os) a participar de uma palestra e uma oficina sobre o desenvolvimento de habilidades sociais. As autoras resgatam a perspectiva de valorização de fatores de proteção em relação aos fatores de risco, construindo práticas queensem o que a comunidade escolar traz como potência para a promoção de saúde e não apenas na eliminação de possíveis traços patológicos. Ainda, como resultado da prática, as autoras colocam:

De modo geral, os relatos dos participantes evidenciaram alguns ganhos no autoconhecimento e satisfação com as oficinas e palestra, busca por estratégias coletivas para enfrentar de maneira assertiva situações opressoras nos espaços educativos, ampliação de conhecimentos sobre habilidades sociais e de vida e desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo. (LEME *et al.*, 2019, p. 293)

Em contrapartida, Xavier (2021) discorre sobre o projeto Guardiões da Vida na Escola, que envolve a construção de encontros em grupo entre equipes de referência composta por profissionais da escola e alunas(os) que desejassem participar. Sobre os temas abordados nos encontros, vale citar:

Os aspectos abordados ao longo desses encontros envolviam: adolescência e desenvolvimento humano; compreensão sobre os aspectos multidimensionais da saúde mental e conduta suicida na adolescência; fatores de proteção e fatores de risco na adolescência; teorias sobre conduta suicida; o papel terapêutico da arte no sofrimento psíquico; o papel da escola na prevenção ao suicídio; articulação com a rede de proteção e de atenção psicossocial; o papel da família na saúde mental; construção de projetos permanentes na escola que potencializem cuidados em saúde mental com toda a comunidade escolar e de ações intersetoriais e interdisciplinares; o que fazer diante de conduta suicida. (XAVIER, 2021, p. 202)

De tal forma, os dois projetos afirmam estratégias que se direcionam às potencialidades da comunidade escolar para discutir e pensar soluções para a prevenção ao suicídio de adolescentes. O papel da escola se presentifica e se articula à outras especialidades e políticas de Estado, destacando a importância de uma abordagem multidisciplinar e ampliada para a questão.

As adolescências, em espaços como estes, podem ser acolhidas, escutadas e reconhecidas, de modo que assumam também um papel dentro de uma construção conjunta para uma realidade menos adoecedora para as juventudes brasileiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo a revisão de artigos científicos relacionados com o tema, para mostrar estratégias e intervenções de prevenção que podem ocorrer na escola, para a prevenção do suicídio, com intuito de disseminar informação apropriada. As questões levantadas na introdução do presente artigo, foram discutidas ao longo do desenvolvimento e obtiveram alguns resultados de estratégias de prevenção no contexto escolar, programas educacionais de orientação as adolescências e a sua forma ver o mundo, relação professores e alunos, atentos aos sinais de alerta e a incentivo a resiliência, etc, e como intervenção programas interdisciplinares na criação de projetos que envolva a participação da equipe de saúde mental, professores e os demais profissionais escolares, comunidade e adolescentes, uma vez, que o suicídio é um problema de saúde pública.

Na discussão de nossa análise, enfatizamos a importância de os fatores de risco do suicídio nas adolescências serem abordados para além de uma visão reducionista, na qual possa culpabilizar a/o adolescente, uma vez, que este tem subjetividades a serem respeitadas e consideradas e estar inserido em sociedade. Sendo assim, os fatores de risco como classe, gênero, violência, raça, conflitos familiares devem e podem ser discutidos, desde que explicados. Em nossa revisão foi encontrada a lacuna das discussões desses fatores.

Embora a identificação dos fatores de riscos seja importante para os estudos relacionados ao suicídio, é preciso também identificar conhecimento a respeito dos fatores de prevenção ao suicídio nas adolescências é importante para a construção de estratégias de prevenção e intervenções que possa diminuir a presença dos fatores risco.

Considerando o suicídio na adolescência como um problema de saúde pública e não apenas de um setor da vida dessas(es) adolescentes, todos devem estar incluídos na proteção, prevenção e fortalecimento da rede de apoio, como família, escola, comunidade, profissionais da saúde na totalidade, é necessário que se façam novos estudos que investiguem esse fenômeno em profundidade, buscando maior compreensão, possibilitando a proposição de estratégias e intervenções junto a essa população. Cabe lembrar que no Brasil o tema prevenção de suicídio nas adolescências no contexto escolar, possui poucas publicações de artigos científicos.

O suicídio na adolescência deve ser discutido e combatido, para que se possa evitar que mais jovens recorram à morte voluntária.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade - Feminismos Plurais**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

AMARAL, L. H.; CAPONI, S. Novas abordagens em psiquiatria no século XXI: A escola como locus de prevenção e promoção em Saúde Mental. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 5, p. 2820–2836, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14560>. Acesso em: 12 nov. 2022.>

BARRUETO O., C. *et al.* Autopercepción de conocimientos y competencias de profesores en la prevención de conductas suicidas adolescentes pre y posintervención. **Rev. chil. neuro-psiquiatr.**, Santiago, v. 55, n. 3, p. 170- 178, jul. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S071792272017000300170&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071792272017000300170&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 27 de maio de 2022. <http://dx.doi.org/10.4067/s0717-92272017000300170>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil: 2017 a 2020**. Brasília, 2017.

BRITO, M. D. L. de S. *et al.* Comportamento suicida e estratégias de prevenção sob a ótica de professores. **Esc. Anna Nery**, v. 24, n. 4, 2020. Disponível em: <[http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452020000400214&lng=pt&nrm=iso](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000400214&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 02 jun. 2022. Epub 03-Jul-2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0109>.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.11, n.1, p.63-76, jan/jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572007000100007>. Acesso em: 25 out. 2021.

BUSTAMANTE V, F.; FLORENZANO U, R. Programas de prevención del suicidio adolescente en establecimientos escolares: una revisión de la literatura. **Rev. chil. neuro-psiquiatr.**, Santiago, v. 51, n. 2, p. 126-136, abr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0717-92272013000200006&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-92272013000200006&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 27 de maio de 2022. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-92272013000200006>.

CANON, S. C. *et al.* Propuesta de intervención educativa para la prevención de la conducta suicida en adolescentes en la ciudad de Manizales (Colombia). **Divers.: Perspect. Psicol.**, Bogotá, v. 14, n. 1, p. 27-40, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-99982018000100027&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-99982018000100027&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 30 maio 2022. <https://doi.org/10.15332/s1794-9998.2018.0001.02>.

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA. **Guia para pais e educadores**. 2017. Disponível em: [guia\\_CVV\\_pais\\_educadores\\_DIGITAL.pdf](#). Acesso em: 06 jun 2022.

COTA, F. C.; JUNIOR, E. G. J.; FAJARDO, R. S. Depressão e suicídio na adolescência: representações sociais e indicadores de risco. **Visão Universitária**, v. 1, n. 1, p. 9-19, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/133593>>.

FERREIRA, B. D. A prevenção do suicídio na adolescência nas escolas. **Trabalho de conclusão de curso**. São Paulo. 2021. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/26204>> Acesso em: 02 jun 2022.

LEME, V. B. R. *et al.* Habilidades Sociais e Prevenção de suicídio: Relatos de Experiências em Contextos Educativos. **Estudos e pesq. em Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43020/29729>> Acesso em: 01 jun. 2022.

NEVES, C.C.S., PEREIRA, A.P.C.; PEREIRA, C.A.S. Strategies of suicide prevention within the school for teenagers: a literature review on the base medline. **Research, Society and Development**, 2020. 9(7): 1-21, e300973945. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3945/3457>> Acesso em: 03 jun de 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Suicídio**. 2018. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839)>. Acesso em: 06 jun 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Uma pessoa morre por suicídio a cada 40 segundos, afirma OMS**. 2019. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6017:suicidio-uma-pessoa-morre-a-cada-40-segundos-afirma-oms&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6017:suicidio-uma-pessoa-morre-a-cada-40-segundos-afirma-oms&Itemid=839)>. Acesso em: 06 jun 2022.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12a ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

PIEDRAHITA S, L. E.; PAZ, K. M.; ROMERO, A. M. Estrategia de intervención para la prevención del suicidio en adolescentes: la escuela como contexto. Hacia promoc. Salud, **Manizales**, v. 17, n. 2, p. 136-148, Dec. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-75772012000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75772012000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 30 de maio de 2022.

XAVIER, A. S. Tecnologias em saúde mental junto a adolescentes- Guardiões da Vida nas Escolas. **Revista De Psicologia**, 12(2), 198 – 208, 2021.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa**: o que é e como fazer. Einstein, 8(1): 102-106, 2010.

SGANZERLA, G. C. Risco de suicídio em adolescentes: estratégias de prevenção primária no contexto escolar. **Psi. Esc. Educ.**, Porto Alegre. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/cSRRLBHpxrsKghmcNWMWctJ/?lang=pt#>> Acesso em: 27 maio 2022. <https://doi.org/10.1590/2175-3539202122682>

VALENTE, P. Patologização da Vida – Quando comportamentos comuns se transformam em transtornos mentais. **CENAT Cursos**. Florianópolis, SC. 2019. Disponível em: <<https://blog.cenatcursos.com.br/patologizacao-da-vida/#:~:text=A%20patologiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20vida%20surge,por%20meio%20do%20modelo%20biom%C3%A9dico.>> Acesso em: 09 de novembro de 2022.